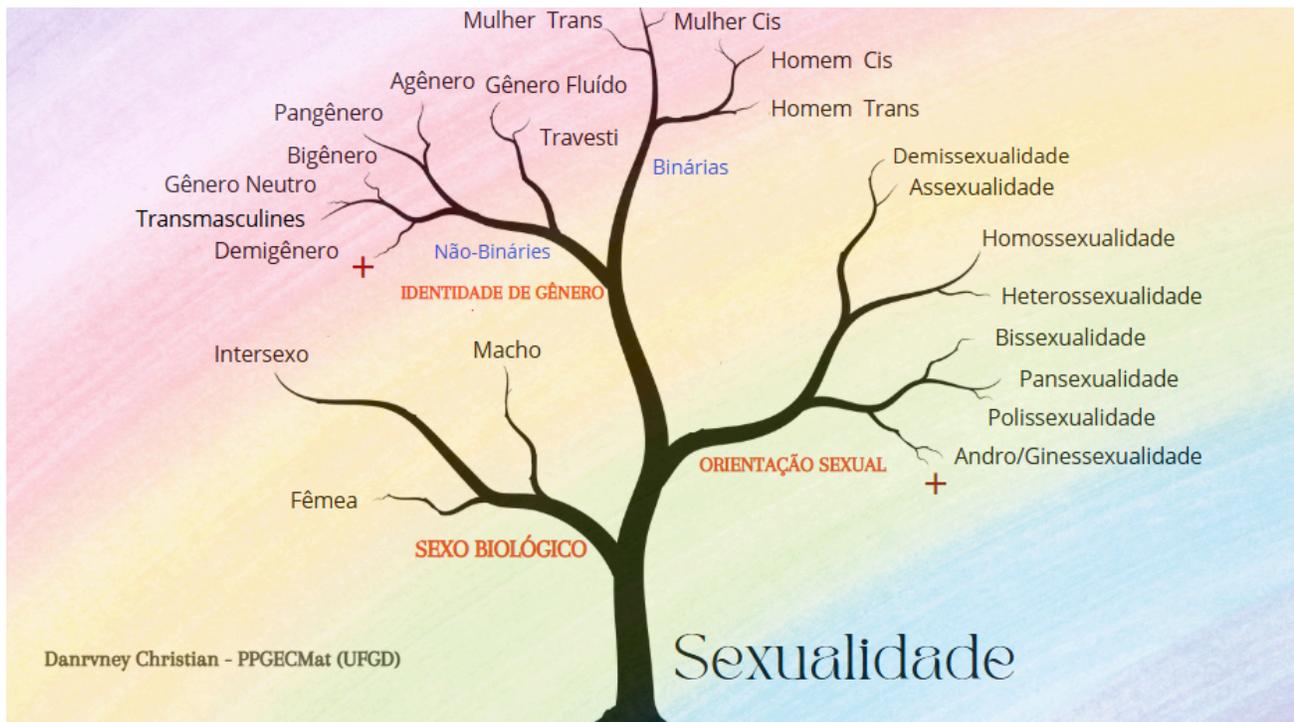


UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
FACULDADE DE CIÊNCIAS EXATAS E TECNOLOGIA (FACET)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO DE CIÊNCIAS E MATEMÁTICA

Danrvney Christian Monteiro dos Santos

Orientadora: Dra. Regiani Magalhães de Oliveira Yamazaki



Identidade de Gênero e Orientação Sexual na Educação e no Ensino de Ciências: o que revelam as teses e dissertações das universidades públicas do Mato Grosso do Sul e as Atas do ENPEC?

DOURADOS/MS

[2025]

Danrvney Christian Monteiro dos Santos

Orientadora: Dra. Regiani Magalhães de Oliveira Yamazaki

Gender Identity and Sexual Orientation in Education and Science Teaching: What Do Theses and Dissertations from Public Universities in Mato Grosso do Sul and the ENPEC Proceedings Reveal?

Identidad de Género y Orientación Sexual en la Educación y la Enseñanza de las Ciencias: ¿Qué revelan las tesis y disertaciones de las universidades públicas de Mato Grosso do Sul y las Actas del ENPEC?

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Matemática da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) para a obtenção do título de Mestre em Ensino de Ciências.

Orientadora: Prof^a Dr^a Regiani Magalhães de Oliveira Yamazaki

Área de concentração: Ensino de Ciências

Linha de Pesquisa: Ensino e Aprendizagem das Ciências e Matemática

Dourados/MS

[2025]

Ficha catalográfica

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP).

S237i Santos, Danrvney Christian Monteiro Dos
Identidade de Gênero e Orientação Sexual na Educação e no Ensino de Ciências: o que revelam as teses e dissertações das universidades públicas do Mato Grosso do Sul e as Atas do ENPEC? [recurso eletrônico] / Danrvney Christian Monteiro Dos Santos. -- 2025.
Arquivo em formato pdf.

Orientador: Regiani Magalhães de Oliveira Yamazaki.
Dissertação (Mestrado em Ensino de Ciências e Matemática)-Universidade Federal da Grande Dourados, 2025.
Disponível no Repositório Institucional da UFGD em:
<https://portal.ufgd.edu.br/setor/biblioteca/repositorio>

1. LGBTQIA+. 2. Paulo Freire. 3. Professores. 4. Sexualidade. I. Yamazaki, Regiani Magalhães De Oliveira. II. Título.

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

©Direitos reservados. Permitido a reprodução parcial desde que citada a fonte.

ATA de aprovação na Defesa da Dissertação



Ministério da Educação
Universidade Federal da Grande Dourados
PROPP - Pró-Reitoria de Ensino de Pós-Graduação e Pesquisa



ATA DA DEFESA DE DISSERTAÇÃO DE Mestrado APRESENTADA POR DANRVNEY CHRISTIAN MONTEIRO DOS SANTOS, ALUNO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO DE CIÊNCIAS E MATEMÁTICA, ÁREA DE CONCENTRAÇÃO "ENSINO DE CIÊNCIAS E MATEMÁTICA".

Aos vinte e oito dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e cinco, às nove horas, em sessão pública, realizou-se na Universidade Federal da Grande Dourados, a Defesa de Dissertação de Mestrado intitulada **"IDENTIDADE DE GÊNERO E ORIENTAÇÃO SEXUAL: O ESTADO DA ARTE DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO E ENSINO DE CIÊNCIAS DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS DO MATO GROSSO DO SUL (MS)"**, apresentada pelo mestrando Danrvney Christian Monteiro dos Santos, do Programa de Pós-graduação em Ensino de Ciências e Matemática, à Banca Examinadora constituída pelos membros: Prof.^a Dr.^a Regiani Magalhaes de Oliveira Yamazaki/UFGD (presidente/coorientadora), Prof. Dr. Ademir de Souza Pereira/UFGD (membro titular interno), Prof. Dr. Victor Hugo de Oliveira Henrique/UECE (membro titular externo). Iniciados os trabalhos, a presidência deu a conhecer ao candidato e aos integrantes da banca as normas a serem observadas na apresentação da Dissertação. Após o candidato ter apresentado a sua Dissertação, os componentes da Banca Examinadora fizeram suas arguições. Terminada a Defesa, a Banca Examinadora, em sessão secreta, passou aos trabalhos de julgamento, tendo sido o candidato considerado APROVADA. Nada mais havendo a tratar, lavrou-se a presente ata, que vai assinada pelos membros da Comissão Examinadora.

Dourados/MS, 28 de fevereiro de 2025.

Documento assinado digitalmente
gov.br REGIANI MAGALHAES DE OLIVEIRA YAMAZAKI
Data: 12/03/2025 09:22:03-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Prof.^a Dr.^a Regiani Magalhaes de Oliveira
Yamazaki
Presidente/coorientadora

Documento assinado digitalmente
gov.br ADEMIR DE SOUZA PEREIRA
Data: 12/03/2025 10:07:10-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Prof. Dr. Ademir de Souza Pereira
Membro Titular Interno

Documento assinado digitalmente
gov.br VICTOR HUGO DE OLIVEIRA HENRIQUE
Data: 12/03/2025 15:32:04-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Prof. Dr. Victor Hugo de Oliveira Henrique
Membro Titular Externo

Esta dissertação foi julgada e aprovada pela presente banca examinadora para a obtenção do título de Mestre/Mestra em Ensino de Ciências pela Faculdade de Ciências Exatas e Tecnologia (FACET) da Universidade Federal da Grande Dourados.

Dourados/MS, 28 de fevereiro de 2025.

Prof. Dr. Sidnei Azevedo de Souza

Diretor da Faculdade de Ciências Exatas e Tecnologia (FACET)

BANCA EXAMINADORA

Orientador(a)

Prof.(a) Dr(a). Regiani Magalhães de Oliveira Yamazaki

Instituição - Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD)

Membro Titular Externo

Prof. Dr. Victor Hugo de Oliveira Henrique

Instituição - Universidade Estadual do Ceará (UECE)

Membro Titular Interno

Prof. Dr. Ademir de Souza Pereira

Instituição - Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD)

DEDICATÓRIA

Dedico essa pesquisa a todos os membros da comunidade LGBTQIAPN+ de todo Brasil, principalmente para as pessoas trans, que tanto sofrem nessa sociedade injusta e violenta. Dedico esse espaço para também pontuar sobre pesquisadores e personalidades da mídia, que mesmo sofrendo represálias, utilizam de suas ferramentas de trabalho para perpetuar informações acerca de identidade de gênero e orientação sexual, assim, destaco:

- 1 - Erika Hilton - Com suas múltiplas contribuições para a comunidade na área da política;
- 2 - Rupaul - Com seu programa intitulado “*Rupaul’s Drag Race*” que por muitas vezes deram vozes para grupos marginalizados na sociedade;
- 3 - Fernanda Lima - Com seu antigo programa “Amor e Sexo” produzido pelos estúdios Globo, assim, levando informações para públicos que provavelmente não teriam acesso a tal;
- 4 - Jaqueline Jesus - Uma mulher trans, preta e pesquisadora;
- 5 - Michelle Brea Soares de Castro - Mulher trans, ativista e pesquisadora, em suas redes sociais denominada “Astravadaida” utilizadas para debater acerca desses conceitos contra políticos e fanáticos religiosos, sendo uma das minhas inspirações;
- 6 - Por fim, para a diversidade de membros da comunidade LGBTQIAP+ do Brasil que auxiliam seus seguidores nessa luta contra as formas de preconceito, como a Samira Close, Wanessa Wolf, Mdm Daiane, Dacota Monteiro, Travetty Glamour, Diva Depressão, Pablio Vittar e Anitta.

AGRADECIMENTOS

Agradecer é uma palavra onde o conceito pode ser interpretado de diferentes formas, para mim agradecer é um ato expressivo do reconhecimento de alguma ação e sensação/sentimento de algum indivíduo com você, onde essas ações e sensações podem ser diretas ou não, nesse espaço dedico meus agradecimentos aos meus pais, Josemar Simplicio dos Santos e Elba M. Monteiro dos Santos, que sempre me apoiaram academicamente, aos meus irmãos, Danrley Cristian e Danrvyley Christian, que me apoiaram em todo esse processo.

Sigo agradecendo aos professores Diego Marques da Silva Medeiros e Luiz Carlos dos Santos Júnior que me incentivaram durante a graduação, a minha família, minha cachorrinha meg e as minhas amigas: Adlei Souza, Ana Beatriz Barroz (Beh), Camily Diniz (Camy), Cleber Jonnata Farias de Lima (Biwolt), Diego Heichart, Douglas Willians, Eduardo Andrade do Nascimento (Du), Edson Lopes, Eliza Kiara, Esdras Anjos, Evandro Santos, Ezequiel Marques Suriano, Gustavo Miguel Silva de Lima, Halysson Delleon, Igor Victor da Silva, Isabella Giunco Estigarribia, José Irlan, João Victor Moura de Oliveira (JeiVih), Kétilly Cunha, Luiz Carlos Izeppi de Almeida (Carlão), Marcos Victor, Mateus Vinicius Teles Lima, Michelle Caroline de Lima Teodoro, Lara Fernandes, Milena Rodrigues, Monik Anjos, Raphael da Silva Sobral, Rener Nobre, Rodrigo da Silva Sobral, Rosália Arruda Carneiro, Tainara Micheli Pereira do Prado, Thomaz Jeffrey Seren, Victor Gabriel de Lima Baratela, Vitor Simon Araújo, Vladimir Ferreira Cavalcante e Warley Nascimento, que foram minha base para conseguir trilhar nesse caminho.

Sigo agradecendo a Faculdade de Ciências Exatas e Tecnologia (FACET), ao Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Matemática (PPGECMat) e a Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) pela oportunidade de realizar esse feito, dentro das experiências no PPGECMat, gostaria de ressaltar o excelente trabalho, apoio e contribuições vindas dos professores: Ademir de Souza Pereira, Diego Marques da Silva Medeiros, Fernando Cesar Ferreira e Sérgio Choiti Yamazaki no decorrer das disciplinas realizadas.

Por fim, finalizo meus agradecimentos enaltecendo o excelente trabalho da minha queridíssima orientadora Regiani Magalhães de Oliveira Yamazaki que desde o início viu o potencial e a necessidade de trabalhar com questões de sexualidade e gênero, sendo uma referência positiva tanto de pessoa como de profissional e ao Carrefour com todo seu suporte financeiro e comunicação essenciais para a realização de toda a pesquisa.

Um agradecimento especial aos meus finados amigos de infância, Edson José da Silva Lopes, para os mais íntimos “bi”& “bibita” e Luciano Albuquerque, carinhosamente chamado de “Lulu”. E também ao meu querido avô, João Deodato (Dão). Não existem palavras para descrever a dor que estou sentindo, um longo descanso, amo vocês.



A vertical funeral notice on a dark background. At the top left is a black cross. To its right, the word "LUTO" is written in white, followed by a white ribbon symbol. Below this is a circular portrait of a smiling man with a beard and glasses, wearing a green shirt. Underneath the portrait, the name "Edson José da Silva Lopes" is written in a white, elegant script. Below the name is a quote: "Aqueles que amamos nunca morrem, apenas partem antes de nós." Further down, the text reads: "Seu corpo será velado em (sua residência na rua Bolívia 39)", "Local no cemitério morada das verdes colinas", and "As 17hrs da tarde de hoje". Below that is "Descanse em Paz" and at the bottom, "★ 02/04/1997 + 22/01/25".

LUTO



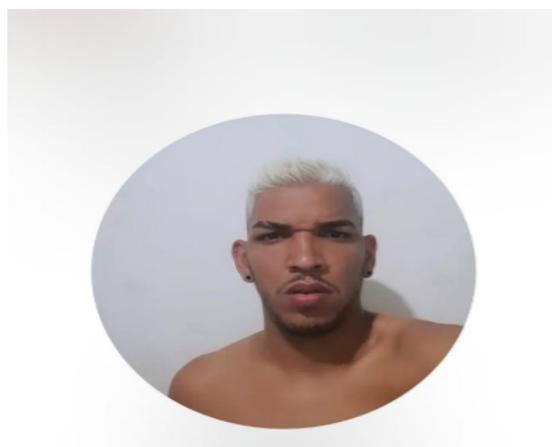
Edson José da Silva Lopes

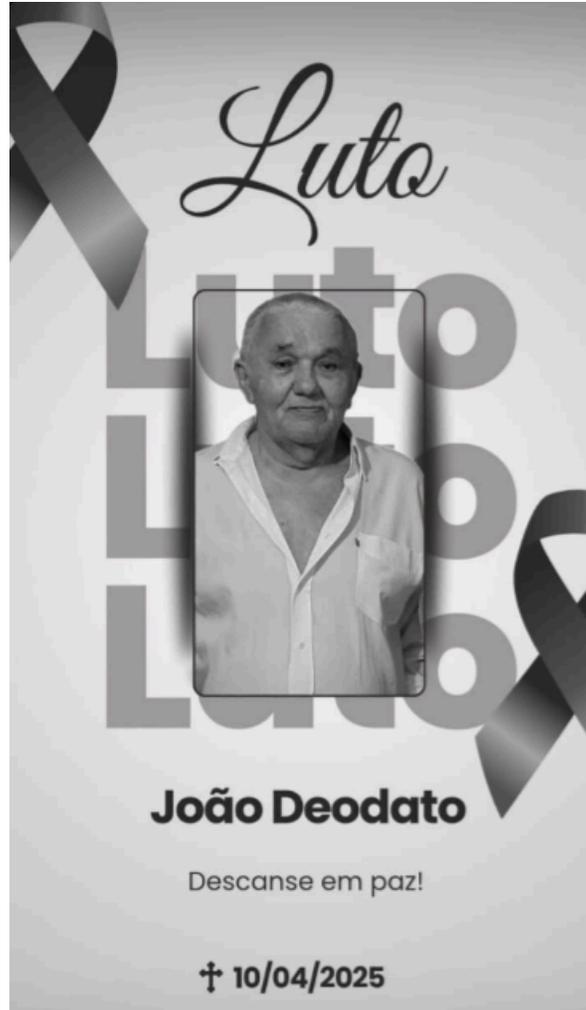
Aqueles que amamos nunca morrem,
apenas partem antes de nós.

Seu corpo será velado em (sua residência na rua Bolívia 39)
Local no cemitério morada das verdes colinas
As 17hrs da tarde de hoje

Descanse em Paz

★ 02/04/1997 + 22/01/25





“Follow your oddities and fly your freak flag”.
“Siga suas excentricidades e erga sua bandeira da originalidade” - Tradução.
Yvie Oddly - Rupaul’s Drag Race Season 11 Finale (2019).

RESUMO

Vivemos em um mundo onde muitos corpos não possuem voz, como os da comunidade LGBTQIA+, mais precisamente depois do (des)governo do Ex-Presidente da República Jair M. Bolsonaro, que utilizava de sua “Ideologia de gênero” para atacar, desacreditar e invisibilizar saberes voltados às identidades de gênero e orientações sexuais. E mesmo que esses temas estejam ganhando um pouco mais de visibilidade nos mais variados cenários, ainda assim, estão longe de serem implementadas em todas as instâncias, entre elas, nas universidades públicas com seus mestrados e doutorados e seus eventos ligados a eles. Diante disso, essa pesquisa tem por objetivo compreender como esses temas estão presentes nos programas de pós-graduação em Educação e Ensino de Ciências das universidades públicas do Mato Grosso do Sul (MS), como também, em todas as edições do ENPEC. Fundamentada pela epistemologia Freireana, conhecida por apresentar uma abordagem humanizadora, que dá voz a todos os corpos e que repudia os diferentes tipos de preconceito, por meio de obras como a “*Pedagogia do Oprimido*” (1987), “*À sombra dessa mangueira*” (2015) & “*Pedagogia da Autonomia*” (2019). Com caráter qualiquantitativo, a presente pesquisa se estrutura como um Estado da Arte, ou seja, um levantamento bibliográfico de um determinado tema a ser examinado, que nesse caso, foi a sexualidade. Importante destacar que as buscas foram finalizadas no dia 05/06/2024, deste modo, qualquer pesquisa defendida após essa data foi desconsiderada. Os dados apontam que tanto no ENPEC, quanto nesses programas investigados, a inserção de identidade de gênero e orientação sexual foi extremamente baixa, visto que, em ambos os casos, essa representação não alcançou 2% da totalidade. o que considero triste, preocupante e alarmante, uma vez que, o ENPEC e os programas investigados tem como público-alvo pesquisadores que também são professores, conseqüentemente, esperava-se que discussões voltadas aos saberes que dizem a respeito das realidades e problemáticas sociais enfrentadas pelos estudantes, como por exemplo, os frequentes casos de machismo, homofobia, misoginia e transfobia, entretanto, a prioridade parece ser outra.

Palavras-chave: LGBTQIA+. Paulo Freire. Preconceito. Sexualidade.

ABSTRACT

We live in a world where many bodies have no voice, such as those from the LGBTQIA+ community, especially after the (mis)government of former President Jair M. Bolsonaro, who used his "gender ideology" to attack, discredit, and render invisible knowledge related to gender identities and sexual orientations. And even though these topics have gained a bit more visibility in various contexts, they are still far from being implemented across all spheres — including public universities, their master's and doctoral programs, and related academic events. In light of this, this research aims to understand how these topics are present in graduate programs in Education and Science Teaching at public universities in Mato Grosso do Sul (MS), as well as in all editions of ENPEC. The study is grounded in Freirean epistemology, known for presenting a humanizing approach that gives voice to all bodies and rejects different forms of prejudice, drawing from works such as "Pedagogy of the Oppressed" (1987), "Under the Shade of This Mango Tree" (2015), and "Pedagogy of Autonomy" (2019). With a qualitative and quantitative approach, this research is structured as a State of the Art review — that is, a bibliographic survey of a specific topic to be examined, which in this case is sexuality. It is important to highlight that searches were completed on 06/05/2024, meaning any research defended after this date was disregarded. The data indicate that both in ENPEC and the investigated programs, the inclusion of gender identity and sexual orientation was extremely low, as in both cases this representation did not reach 2% of the total. This is considered sad, worrying, and alarming, especially since ENPEC and the investigated programs target researchers who are also teachers. Consequently, it was expected that discussions focused on knowledge related to the social realities and challenges faced by students — such as frequent cases of sexism, homophobia, misogyny, and transphobia — would emerge. However, the priority seems to be otherwise.

Keywords: LGBTQIA+. Paulo Freire. Prejudice. Sexuality.

RESUMEN

Vivimos en un mundo donde muchos cuerpos no tienen voz, como los de la comunidad LGBTQIA+, especialmente después del (des)gobierno del ex Presidente Jair M. Bolsonaro, quien utilizó su "ideología de género" para atacar, desacreditar e invisibilizar los conocimientos relacionados con las identidades de género y las orientaciones sexuales. Y aunque estos temas han ganado un poco más de visibilidad en distintos escenarios, todavía están lejos de ser implementados en todas las instancias, entre ellas, las universidades públicas, sus programas de maestría y doctorado, y los eventos académicos relacionados. Ante esto, esta investigación tiene como objetivo comprender cómo están presentes estos temas en los programas de posgrado en Educación y Enseñanza de las Ciencias en las universidades públicas de Mato Grosso do Sul (MS), así como en todas las ediciones de ENPEC. La investigación se fundamenta en la epistemología freireana, conocida por presentar un enfoque humanizador que da voz a todos los cuerpos y rechaza las diversas formas de prejuicio, basándose en obras como *"Pedagogía del oprimido"* (1987), *"A la sombra de este mango"* (2015) y *"Pedagogía de la autonomía"* (2019). Con un carácter cualitativo y cuantitativo, esta investigación se estructura como un Estado del Arte, es decir, un levantamiento bibliográfico de un tema específico a ser examinado, que en este caso fue la sexualidad. Es importante destacar que las búsquedas se finalizaron el 05/06/2024, por lo que cualquier investigación defendida después de esta fecha fue descartada. Los datos muestran que tanto en ENPEC como en los programas investigados, la inclusión de identidad de género y orientación sexual fue extremadamente baja, ya que en ambos casos esta representación no alcanzó el 2% del total. Esto se considera triste, preocupante y alarmante, dado que ENPEC y los programas investigados tienen como público objetivo a investigadores que también son docentes. Por lo tanto, se esperaba que surgieran discusiones centradas en los conocimientos relacionados con las realidades sociales y los problemas enfrentados por los estudiantes — como los frecuentes casos de machismo, homofobia, misoginia y transfobia —, sin embargo, la prioridad parece ser otra.

Palabras clave: LGBTQIA+. Paulo Freire. Prejuicio. Sexualidad.

Lista de Quadros

Quadro	Pág
Quadro 1 - Cursos de pós-graduação da área da Educação e Ensino de Ciências investigados.	68
Quadro 2 - Quantidade de trabalhos apresentados nos últimos 20 anos de ENPEC.	76
Quadro 3 - Quantidade de dissertações e teses dos programas em Educação e Ensino de Ciências da UFMS.	79
Quadro 4 - Quantidade de dissertações e teses dos programas em Educação e Ensino de Ciências da UFGD.	80
Quadro 5 - Quantidade de dissertações e teses dos programas em Educação e Ensino de Ciências da UEMS.	81
Quadro 6 - Totalidade de defesas dos programas em Educação e/ou Ensino de Ciências das universidades públicas do Mato Grosso do Sul.	82
Quadro 7 - Dissertações e teses envolvendo identidade de gênero ou sexualidade nos programas de pós-graduação em educação ou ensino de ciências nas universidades públicas do Mato Grosso do Sul.	84
Quadro 8 - Envolvimento das pesquisas encontradas com o ambiente escolar e o seu referencial teórico.	89
Quadro 9 - Epistemologia Freireana nas pesquisas envolvendo identidade de gênero e orientação sexual.	97

Lista de Gráficos

Gráfico	Pág
Gráfico 1 - Percentual de pesquisas envolvendo identidade de gênero e orientação sexual no ENPEC.	78

Lista de Figuras

Figuras	Pág
Figura 1 - Esquematização da sexualidade humana	30
Figura 2 - Bar <i>Stonewall</i> Inn, em 1969.	33
Figura 3 - Ação policial durante o ocorrido em <i>Stonewall</i> .	34
Figura 4 - Marsha P. Johnson.	35
Figura 5 - Primeira Marcha do Orgulho Gay, em Nova York, um ano após <i>Stonewall</i>	36
Figura 6 - Movimento Nacional de Travestis e Transexuais	39
Figura 7 - Parada do Orgulho LGBT do Brasil.	40
Figura 8 - Rupaul's Drag Race	43
Figura 9 - Ariadna Arante no BBB11.	44
Figura 10 - Assassinatos de pessoas trans no Brasil entre 2017 e 2024 - ANTRA	47
Figura 11 - Principais meios utilizados nos assassinatos em 2024.	48
Figura 12 - Esquematização para as buscas no ENPEC.	66
Figura 13 - Menu do programa de Pós-graduação da UFGD.	73

Lista de Abreviaturas e Siglas

1. ABRAI - Associação Brasileira Intersexo;
2. ANTRA - Associação Nacional de Travestis e Transexuais;
3. APA - *American Psychological Association*;
4. BBB - *Big Brother Brasil*;
5. BDTD - Biblioteca Digital de Teses e Dissertações;
6. CG - Campo Grande;
7. EAD - Educação a Distância;
8. Encontro Nacional de Pesquisa em Educação em Ciências (ENPEC);
9. HIV - *Human Immunodeficiency Virus* (Vírus de la Inmunodeficiencia Humana);
10. HPV - *Human Papillomavirus* (Vírus del Papiloma Humano);
11. IGC - Índice Geral de Cursos;
12. IST's - Infecções Sexualmente Transmissíveis;
13. LGBT's - Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travesti/Transsexual/Transgênero;
14. LGBTQIA+ - Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travesti/Transsexual/Transgênero, Queer, Intersexo, Assexual, Pansexual, entre outros(es);
15. MEC - Ministério da Educação;
16. MBA'S - *Master Business Administration*;
17. MS - Mato Grosso do Sul;
18. ONU - Organização das Nações Unidas;
19. PDI - Plano de Desenvolvimento Institucional;
20. PL - Partido Liberal;
21. PNE - Plano Nacional de Educação;
22. PPGEcMat - Programa de Pós-graduação em Ensino de Ciências e Matemática
23. PSL - Partido Social Liberal;
24. STF - Supremo Tribunal Federal;
25. UEMS - Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul;
26. UFGD - Universidade Federal da Grande Dourados;
27. UFMS - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

Sumário

Nº	Item	Pág
1	Biografia	16
2	Introdução	19
2.1	“Sexo Biológico?”	19
2.2	Orientação Sexual	22
2.3	Identidade de gênero	25
2.4	Transgeneridade	31
2.5	Estopim dos Direitos LGBTQIA+ - A Rebelião de <i>Stonewall</i> e a História do Movimento no Brasil	33
2.6	O alvo é a Comunidade LGBTQIA+: O papel docente, da escola e dos currículos frente a essas questões?	46
2.7	Sexualidade e a política nacional e mundial, amigas?	53
3	Fundamentação Teórica	58
4	Questão de Pesquisa	64
5	Objetivo	65
5.1	Objetivo Geral	65
5.2	Objetivo Específico	65
6	Aspectos Metodológicos	66
7	Resultados e Discussões	76
8	Considerações Finais	104
9	Apêndices	106
10	Referências Bibliográficas	109

1. Biografia

Nasci no dia 05/11/1996, no município de Moreno-PE, fruto do relacionamento de Josemar Simplício dos Santos, um militar com personalidade séria e rígida, e Elba Maria Monteiro dos Santos, dona de casa bastante extrovertida, interativa e com mais outros dois filhos. Por ter um pai militar passei por diversas transferências de estado, morando em Pernambuco, Roraima, Amazonas e no Distrito Federal, estudando no sistema Colégio Militar do Brasil. No Colégio Militar de Recife, onde estudei do 7º ano do Ensino Fundamental ao 8º ano, por ser nova, ficava mais silenciada, mesmo sendo alvo de comentários e de agressões físicas, não fiz nenhuma reclamação, pois não queria que meus pais fossem informados de uma possível não-heterossexualidade de minha parte. Se perpetuando até a transferência para o Colégio Militar de Brasília, que fiquei do 9º ano do Ensino Fundamental ao 2º ano do Ensino Médio, e que as experiências não foram tão diferentes, por ter um sotaque bem perceptível, os comentários segregativos acabavam envolvendo duas temáticas presentes na sociedade, homofobia e xenofobia, importante ressaltar que esses comentários eram tanto por estudantes, quanto por membros da gestão escolar, como sargentos, soldados, professores e assistentes sociais. Os ataques eram tantos que minha turma era a única que tinha uma militar mulher como monitora, sendo inserida após minhas reclamações do último monitor que ignorava meu pedido de ajuda.

Em um dia específico, pedi permissão para ir ao banheiro, ao entrar no box, jogaram toda a sacola do lixo por cima do box, me acertando, sai do banheiro chorando, molhada e reclamando da situação para o monitor do corredor, que tinha como função auxiliar os estudantes nos corredores, evitar brigas e ajudar os mesmos onde podiam, para a minha surpresa, o monitor não conseguiu ver os alunos envolvidos e as câmeras dos corredores estavam desligadas, de acordo com a direção. Com isso, minha monitora pediu para que começasse a utilizar os banheiros femininos, e foi o que fiz, passei meses usufruindo dessa localidade, sendo essa a primeira vez que me questionei sobre a minha identidade e expressão de gênero, as outras pessoas que usavam o banheiro não se incomodavam com a minha presença no local.

Até que um dia estava saindo do banheiro e me deparei com 3 sargentos e um tenente coronel na frente me esperando sair, pareciam já estarem informados da minha presença ali, fui arrastada para uma sala, sozinha, onde realizaram uma sequência de perguntas, tentando descobrir o motivo pelo qual utiliza daquele banheiro, recebi uma advertência e uma suspensão de 5 dias, em casa, comecei a refletir que a gestão escolar estava focada em me punir por usar o

banheiro o qual eles consideravam errado e ao mesmo tempo ignoravam toda o ataque que sofria e a ajuda que pedia, em que alguns outros acontecimentos começaram a ganhar uma atenção maior, como a falta de discussões e aulas sobre identidade de gênero, sexualidade e formas de preconceitos, esses conteúdos não eram trabalhados nem em disciplinas como Biologia, Sociologia e Filosofia, mas pensava “esses assuntos não são obrigatórios? por que estão sendo ignorados?”. Fiz o último ano do Ensino Médio em um órgão privado e me formei com a intenção de cursar Ciências Biológicas no Instituto Federal do Amazonas (IFAM), o qual fiz os dois primeiros semestres da graduação. No primeiro semestre, durante a disciplina de Metodologia Científica, o docente responsável apresentava como avaliação um projeto de pesquisa individual e com tema livre. A turma de ingressantes do Curso de Ciências Biológicas do IFAM era composta por 8 estudantes, onde 7 deles iriam fazer seus projetos de pesquisas sobre animais e plantas, quis me testar, e escolhi o tema “Identidade de gênero X cultura da escola”, estudando regras e normas específicas de escolas que afetam diretamente em expressões de gênero dos estudantes, entrevistei professores, coordenadores, assistentes sociais e a diretora, podendo analisar que muitos deles não apresentavam um conceito de gênero e sexualidade bem definido, recebendo como dado “não sei o que é isso” de um dos participantes, o que me deixou ainda mais reflexiva, questionando como essa gestão escolar iria conseguir ajudar possíveis alunos que sofressem qualquer tipo de preconceito envolvendo o tema, visto que nem os mesmos entendem a problemática. Com os dados coletados, montei todo o trabalho e apresentei com uma banca presente, tirando nota máxima no projeto e sendo convidada para uma iniciação científica por uma das avaliadoras, evidenciando a importância de se trabalhar com questões como essa.

Ao entrar na Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), matriculei na disciplina de Corpo, Saúde e Sexualidade, em que participava ativamente em todo decorrer, fazendo pontuações e questionamentos acerca de pautas que envolvem gênero e sexualidade, passando com nota máxima e sendo chamada para monitoria e Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) com a professora responsável pela disciplina.

Em relação às experiências advindas dos estágios supervisionados e do Programa de Residência Pedagógica (PRP), ao aplicar aulas para o 3º ano do Ensino Médio, a professora supervisora impediu a elaboração de uma aula em que seriam abordados os conteúdos de órgãos sexuais, hormônios, métodos contraceptivos e conceitos básicos de gênero e sexualidade, onde o

motivo pelo qual a aula foi negada foi o uso de termos e conceitos que divergem de uma vertente religiosa da supervisora, aceitei a decisão e informei o coordenador de curso. Ao me formar, fixei a ideia de me inscrever no Programa de Pós-graduação em Ensino de Ciências e Matemática (PPGECMat) da UFGD com um projeto que englobasse as concepções de identidade de gênero e outros questionamentos dos professores das escolas públicas de Dourados-MS.

2. Introdução

Alter e Harris (2023) publicaram uma matéria onde um procurador Distrital de Justiça do Estado Americano de Wyoming acusava trabalhadores de uma biblioteca por terem em suas prateleira os livros: “*Sex Is a Funny Word*” e o “*This Book Is Gay*”, em que essa denúncia tinha como objetivo proibir a leitura de obras que abordam atividades sexuais, identidade sexual ou identidade de gênero, o Senado do Estado de Oklahoma apresentou um Projeto de Lei para impedir que obras com esses conteúdos fossem exibidas em bibliotecas de escolas públicas.

Os livros mais perseguidos pelos conservadores foram aqueles que discorrem sobre raça, gênero e sexualidade, como “*All Boys Arent’t Blue*”, em tradução, “nem todos os garotos são azuis”, de George M. Johnson e o livro “*Gender Queer*” ou “gênero queer”, de Maia Kobabe (Alter & Harris, 2023). Esse discurso de ódio vem se propagando fortemente através dos diferentes meios de comunicação.

Para compreender acerca dos conceitos presentes dentro da grande área do conhecimento denominada “Sexualidade”, antes é preciso conceituar “identidade pessoal”, uma vez que, se caracteriza como o conjunto de características próprias de um ser, como raça, gênero, sexo e/ou orientação sexual, onde essas individualidades podem ou não os diferenciar das demais pessoas, assim, segregando-os em grupos sociais distintos (Hall, 2006).

A temática *gênero* ganhou proporções gigantescas nos últimos anos, e é abordada em diversas áreas de pesquisa (Colling, 2018). Mas, antes mesmo de falar sobre o conceito de “gênero”, é importante ser destacar as diferenças entre “sexo”, “orientação sexual” e “identidade de gênero”, uma vez que, são terminologias com conceitos que muitas vezes são confundidos, trocados e perpetuados de formas errôneas, e dentro dos espaços escolares isso não é diferente.

2.1 “Sexo Biológico?”

A sociedade acaba estabelecendo uma primeira diferenciação entre seus membros com base no “sexo”, nas genitais propriamente falando, determinando tratamentos distintos e esperando padrões de comportamentos também diferentes (Dias, 2010). É o que dizem, “nasceu menino, o enxoval é azul, ne?”.

Delamont (1985) afirma que a palavra “sexo” diz respeito aos aspectos biológicos que distinguem os seres em machos e as fêmeas. Piscitelli (2009) acrescenta que “sexo” está

conectado com a biologia, mais especificamente, com os hormônios, morfologias, genes/cromossomos sexuais (XX/XY) e sistema nervoso, entretanto, essas duas colocações são retrógradas e segregativa, pois exclui a comunidade intersexo.

De acordo com Cardin & Santos (2020), o intersexo é uma circunstância em que os indivíduos nascem com os cromossomos sexuais divergindo de machos (XY) e fêmeas (XX), podendo ocorrer em uma pessoa a presença de características de machos e fêmeas ao mesmo tempo, como acontece com o cariótipo de *Klinefelter*¹, expressando XXY no par de cromossomos sexuais, com isso, havendo aspectos fenotípicos (“sintomas corporais”) específicos, como testículos pequenos, seios elevados e a esterilidade (Curado *et al.*, 2020).

É importante reforçar que o intersexo era popularmente chamado de “hermafroditas”, entretanto, esse termo entrou em desuso por ser pejorativo, excludente e podia sujeitar o indivíduo a confinamentos e castigos específicos (Cardin; Santos, 2020).

“[...] O termo hermafrodita está em desuso em humanos, é usado apenas para animais que são monoicos, como humanos são dioicos, essa característica fica melhor descrita como estado intersexual, como já mencionava Richard Goldsmith 1917, sendo aderido pelo ativismo Intersexo, por aliviar toda a carga negativa que a palavra hermafrodita carrega devido as demonizações, realizadas durante todo período da idade média e moderna, além de ser afetada pela heterocisnormatividade [...]” (Abrai, sd).

“[...] o termo Intersexo refere-se a pessoas com características “entre os sexos” macho e fêmea ou com variantes corporais relacionadas às características sexuais. Essas pessoas lutam para serem designadas como Intersexo, estando, já, inclusas na sigla LGBTQIA+ [...]” (Santos; da cunha; Martins, pág. 12472).

Para a letra “I” ser oficialmente presente na sigla LGBTQIA+ no Brasil, foi preciso o desenvolvimento da Associação Brasileira Intersexo (ABRAI), em 26 de janeiro de 2020.

“[...] Uma definição objetiva de Intersexo, feita pela *Intersex Human Rights*, sediada na Austrália, define as pessoas Intersexo como as que têm características sexuais congênitas, não se enquadrando nas normas médicas e sociais para corpos femininos ou masculinos, e que criam riscos ou experiências de estigma, discriminação, ódio e danos. Essa definição é compartilhada pelo Escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos. A declaração baseia-se em uma definição de características sexuais. Baseada nos Princípios de Yogyakarta mais 10, definem-se as características sexuais como sendo características físicas relacionadas ao sexo, incluindo cromossomos,

¹ *Klinefelter* é uma condição que se caracteriza pela presença de um cromossomo X a mais, afetando apenas pessoas que tenham um cromossomo Y e sendo uma condição sem cura. O ser humano apresenta em seu material genético 23 pares de cromossomos, 22 autossomos (características não-sexuais) e 1 par sexual. Em um indivíduo com essa alteração cromossômica, apresentam uma trissomia (trio) em seu par sexual, resultando em XXY (Maranhão, 2025).

órgãos genitais, gônadas, hormônios e outras anatomias reprodutivas, e características secundárias que aparecem na puberdade [...]” (Abrai, sd).

O canal no *Youtube* - Hiperplasia Adrenal Congênita, reconhecido por abordar principalmente a intersexualidade, publicou um vídeo de uma pessoa intersexo falando sobre suas vivências e dificuldades:

“[...] Queremos respeito, não queremos mutilações e nem modificações em nossos corpos sem a nossa permissão, queremos visibilidade e igualdade. Precisamos entender sobre sexo biológico, fêmea, intersexo e macho. Sempre existimos, somos tão comuns quanto as pessoas ruivas no mundo. Somos plurais e somos diversos², somos mais de 45 variações catalogadas. A sociedade precisa parar de querer limitar as pessoas em apenas duas caixas, fêmea e macho/ masculino ou feminino, tá tudo errado!, o intersexo estar ali e sempre existiu. Atualmente a medicina mutila inúmeras crianças anualmente, com a desculpa que o intersexo não existe e precisa ser corrigido, inserindo a criança, que ainda não fala por si, em uma caixa que não pertence [...]” (Ramos, 2021).

Para Cardin & Santos (2020), como muitas outras vertentes que fogem do visto como “natural”, o intersexo vive em um grande esquecimento, que mesmo existindo legislações que dissertem sobre o seu assentamento civil, ainda assim, pouco é falado a respeito, refletindo na ausência da intersexualidade na produção de documentos. Importante lembrar que os indivíduos intersexos são frequentemente tratados de forma pejorativa e preconceituosa em livros, revistas, artigos, entre outros, com termos como “abominação”, “síndrome”, “mutante”, “doente”... (Santos, 2012).

Em alguns países como Alemanha e Canadá já ocorrem o reconhecimento desse terceiro sexo, com seus registros deixando com que os indivíduos insiram o seu sexo, diferente de como acontecia antigamente com as opções sendo unicamente masculino ou feminino (Cardin; Santos, 2020).

Nesse contexto, devido a essa ambiguidade, o corpo intersexo passa a ser compreendido como um erro e/ou -desafio- a ser superado, ainda que, a diversidade física envolvida, na maior

² Outros exemplos de intersexualidades, são os casos de *Turner*, caracterizado pela ausência total e/ou parcial de um dos cromossomos X. Dentre os sinais clínicos mais marcantes, encontram-se a baixa estatura, disgenesia gonadal levando à amenorréia primária, atraso no desenvolvimento puberal e esterilidade (Suzigan *et al*, 2004). E os casos de *Superfêmea/TriploX*, conhecida pela presença de uma trissomia no cromossomo X (47, XXX), presente em uma a cada mil pessoas nascidas, dentre alguns aspectos fenotípicos encontram-se, a baixa massa muscular; dificuldades no desenvolvimento do sistema motor e linguagem e um baixo índice de fertilidade (Rosa, *et al*, 2008).

parte das situações, não constitui uma ameaça à vida da pessoa intersexo (Oliveira; Gentil, 2024).

“[...] A “correção” do corpo intersexo, então, recai à ciência médica e seus profissionais, que intervêm de forma cirúrgica e hormonal para “normalizar” a genitália atípica de pessoas intersexo de maneira a adequá-la aos corpos tidos como masculinos ou femininos. O maior problema dessa intervenção médica, entretanto, é que ela ocorre logo que do nascimento das pessoas intersexo, quando é geralmente identificada a genitália atípica, e ao longo de sua infância e adolescência [...]” (Oliveira; Gentil, 2024, pág. 3).

Esses procedimentos de “adequação” da aparência genital geralmente ocorrem em etapas consecutivas, devido à complexidade envolvida, e são realizados sem o aval da criança ou adolescente intersexo, considerando a impossibilidade física e cognitiva do paciente de dar seu consentimento para tais intervenção(ões) (Oliveira; Gentil, 2024).

O Projeto de Lei nº 134/2018 enviado ao Senado Federal, em que determina o “Estatuto da Diversidade Sexual e de Gênero”, considerado como um mecanismo que visa a luta e a resistência, criminalizando de ações com preconceito sexual, dando visibilidade às minorias sexuais (Brasil, 2018).

Esse Projeto é essencial no combate de uma das problemáticas que mais acontecem com pessoas intersexuais, as cirurgias de *mutilação genital* realizadas ainda quando jovens sem os seus consentimentos, em que nessas cirurgias os familiares decidem qual seria a genitália da criança, ocorrendo uma invasão corporal com mutilações. Nesse contexto, o Projeto de Lei leva em consideração o interesse e desejo do/a jovem ao chegar na maturidade suficiente para isso (Cardin; Santos, 2020).

2.2 Orientação Sexual

Para APA (2009) orientação sexual se trata do vínculo, da atração física, sexual, psicológica e/ou afetiva de um indivíduo por outro(s).

Acnur (2002) reforça que orientação sexual pode ser definida antes da fase adulta, com as expressões mais comuns e midiáticas sendo a homossexualidade, bissexualidade, assexualidade e heterossexualidade.

“[...] O conceito de orientação sexual pode variar muito de área para área e de autor para autor. Na maioria das vezes, esse conceito está relacionado ao sentido do desejo sexual: se para pessoas do sexo oposto, do mesmo sexo ou para ambos. Aqui se

considera a natureza da fantasia sexual de cada indivíduo como um critério mais para detectar a orientação sexual [...]” (Cardoso, 2008, pág.5).

Iniciando com a heterossexualidade, que é compreendida pela atração sexual, psicológica e/ou afetiva de um indivíduo por pessoas de gênero “opostos”, guiada por uma ideia tradicional de reprodução e de um sistema binário (homem-mulher) (Bagagli, 2017). Já a homossexualidade, é quando essa atração ocorre com pessoas de mesmo gênero, entre homens... entre mulheres... nessa terminologia encontramos os gays e as lésbicas (Bagagli, 2017).

O uso de -gênero- em vez de -sexo- nas orientações sexuais é proposital e recomendado, pois, o segundo descredibiliza pessoas trans que não realizaram cirurgias de redesignação sexual, por exemplo, um homem hetero deixaria de ser hetero ao se relacionar com mulheres trans se utilizássemos -sexo-, ou seja, as genitálias, como critério de conceituação das orientações sexuais.

A bissexualidade é a atração sexual, psicológica e afetiva de um indivíduo por mais de um gênero. Devido a tendência da sociedade a seguir padrões binários, a bissexualidade entra em uma intensa esfera de invisibilidade “[...] Se olharmos para a literatura, facilmente se repara que a bissexualidade ainda se encontra envolta numa forte neblina de ignorância e desconhecimento [...]” (Nogueira; Oliveira, 2010, pág. 20).

Entretanto, existem orientações sexuais em que essa atração é reduzida, ausente, ocorrendo independente de gênero, por inúmeros gêneros, entre muitas outras, à vista disso, quebrando estereótipos presentes na sociedade.

De acordo com Bernardino (2022), a assexualidade é a ausência, o baixo nível de desejo sexual e/ou redução de atração sexual de um indivíduo, com isso a pessoa assexual “[...] é aquela que não vivencia a atração sexual, algo que lhe é intrínseco e, portanto, difere do celibato que consiste em uma escolha, o que faz da assexualidade uma orientação sexual [...]” (Santos; Carvalho, 2019, pág. 2711). Dessa forma, entendemos que a assexualidade não é uma escolha ou uma circunstância a ser tratada, mas sim, uma autoidentificação, uma parte de sua identidade (Santos, 2016).

O artigo “Assexualidade: Os desafios para o reconhecimento e aceitação social” publicado na Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação - REASE, realizou uma análise dos depoimentos presentes no veículo de comunicação da *BBC News Brasil* em uma

matéria que falava acerca da assexualidade. Em que separei dois depoimentos que falam um pouco mais sobre as vivências de pessoas assexuais:

“[...] Muitas pessoas acreditam que assexuais não sofrem preconceitos, o que é uma tolice. Vivemos em uma sociedade na qual o sexo ainda representa sucesso e poder. Somos constantemente ensinados que só podemos nos sentir valorizados ao termos alguém, ao sermos desejados. É clara a existência de uma estrutura social que, com muita facilidade, reproduz preconceitos contra os assexuais. Durante anos, me senti uma pessoa quebrada. Uma das piores coisas era não encontrar quem pudesse me ajudar a entender o que eu sentia. Acho que muito do sofrimento que assexuais relatam sentir em suas vidas é culpa da falta de conhecimento e visibilidade sobre a assexualidade.(W.M., idade não declarada) [...]” (Lima, 2021, pág. 121).

“[...] Pelos estudos que faço sobre a assexualidade, acho plausível a inclusão dela, na sigla LGBT, porque é um aspecto de identificação da pessoa, de ordem afetiva ou sexual. Não podemos ignorar essa orientação. Os assexuais também devem ser reconhecidos. Não incluí-los, para mim, é uma invisibilidade contra esse grupo. (B.R., idade não declarada) [...]” (Lima, 2021, pág. 121).

Já a pansexualidade é uma orientação sexual em que a identidade de gênero deixa de ser um fator determinante para que ocorra a atração (Silva, 2021). A psicóloga e especialista em Sexualidade Humana abordou esse tema em seu Canal no *Youtube* (Psicóloga Carolina Freitas), em que disse:

“[...] a pansexualidade é uma orientação afetivo-sexual por pessoas independente do gênero ou ainda, podendo ser entendida como a atração afetivo-sexual por pessoas de qualquer gênero. O foco é na pessoa, independente de sua sexualidade ou gênero. Estamos falando de multiplicidade e não de indecisão ou promiscuidade. Um contraponto que podemos fazer é que na bissexualidade o gênero é importante, já na pansexualidade o gênero não é [...]” (Freitas, 2022).

Ainda sobre as diferentes manifestações das orientações sexuais, encontra-se aquela em que a atração afetivo-sexual ocorre por múltiplos gêneros, denominada polisssexualidade, sendo facilmente confundida com bissexualidade e pansexualidade, fazendo com que seu processo de invisibilização seja ainda mais notável, essa orientação sexual também é ligada erroneamente com o termo “poliamor”, porém, esses conceitos não apresentam nenhuma relação, enquanto o primeiro é uma orientação sexual, o segundo é compreendido como a relação afetiva de dois ou mais indivíduos acontecendo ao mesmo tempo (Santos, 2018).

Ao analisar a visão histórica das orientações sexuais, é possível perceber uma focalização maior na heterossexualidade e homossexualidade, quase como uma divisão binária, resultando na invisibilidade e não-aceitação das demais expressões de orientações sexuais (Klidzio & Siqueira, 2020).

2.3 Identidade de Gênero

O debate entre as perspectivas essencialistas e construtivistas sobre gênero tem sido palco de divergências entre feministas, antropólogos, sociólogos, historiadores, psicólogos e educadores, sem que se alcance um consenso. O que inicialmente parecia uma questão puramente teórica acabou se revelando como uma base influente para diretrizes em movimentos sociais. Nesse cenário, Judith Butler surge com uma abordagem inovadora para as teorias de gênero, redirecionando o foco da discussão para os impactos e mecanismos do poder (Firmino; Porchat 2017).

“[...] O livro de Butler, *Problemas de gênero*, publicado em 1990, provocou uma revolução nas hostes feministas porque contrariava alguns dogmas. Ao questionar a distinção sexo/gênero e ao problematizar a razão de o sujeito do feminismo ser “as mulheres”, Butler apontava para a chamada “heterossexualidade compulsória” imposta pelas instâncias reguladoras do poder, ou seja, pelo discurso hegemônico. Dessa forma, ela visava abrir caminho para uma “construção variável da identidade” (Butler, 2010, p. 23), que incluiria não só as lésbicas como também os transexuais e os intersexuais. Ela sinalizava, assim, o caráter construído de todas as identidades [...]” (Figueiredo, 2018, pág. 41).

Diante disso, antes de conceituar “identidade de gênero”, é necessário compreender “gênero” propriamente dito. Com isso, para Butler (2010), gênero é um aglomerado de percepções construídas nas relações de poder que embasam as interações entre homens e mulheres, fundamentado-se na pré-estabelecida diferença sexual biológica, ou seja, gênero é uma performance do indivíduo, oriunda das pressões sociais e normativas. Dessa maneira, compreendemos que gênero, nada mais é do que um conjunto de aspectos culturais que levam em consideração a psicologia, sociologia e as vivências desde o nascimento.

Seguindo nessa mesma ideia, Jesus (2012) diz que gênero é a classificação pessoal e social dos indivíduos, que podem se classificar como homens, mulheres e outros. Connell e Pearse (2015) acrescentam que o termo “gênero” é um aglomerado de condutas socioculturais impostas, que alinham os indivíduos pelo entendimento binário (homem – mulher), sendo assim, independente do “sexo biológico”, guiando papéis distintas e formando a identidade pessoal do indivíduo (Gorisgh, 1998).

Colling (2018) pontua que muitas pessoas transgridem de uma forma mais intensa as normas de gênero, por exemplo, os transgêneros, existindo uma gama de identidades e

expressões que destoam de homens e mulheres, identidades essas tidas como comum na sociedade.

Mencionar assuntos que envolvam gênero, vai além de proferir sobre homens e mulheres, envolve relações de poder e de material que se aplicam nos membros da sociedade, falar de gênero compreende a dar visibilidade das problemáticas de significação corporal, dos aglomerados de características humanas, como falar, andar, ser (Foucault, 1990).

Com esses preceitos iniciais, fica possível conceituar identidade de gênero, que segundo Moira *et al* (2022) “identidade de gênero” é a maneira em que os indivíduos se compreendem e se expressam, quebrando estereótipos presentes na sociedade, como “quem nasce com órgão reprodutor masculino é homem” ou “quem nasce com órgão reprodutor feminino é mulher”, ou seja, órgãos reprodutores não são características para determinação/reconhecimento de uma identidade de gênero, mas sim, seu próprio “eu”, o entendimento do seu corpo e de como quer levar a sua vida.

Entrando em concordância com Dalsotto (2021, p. 29) que diz “[...] a identidade de gênero corresponde à forma como alguém se auto percebe, sem influência social ou sexual, demonstra que identidade de gênero e orientação sexual não são sinônimos e não necessariamente andam juntos [...]”.

Com a relevância que as discussões de gênero adquiriram ao longo dos anos, muitos corpos começaram a ganhar notoriedade, como por exemplo, os corpos trans e intersexos, que até o momento nada falavam sobre, isso fez com que o termo *Ideologia de Gênero* começasse a ser pautado.

“[...] O termo *Ideologia de Gênero* foi artificialmente criado para rotular negativamente um campo científico em franco processo de crescimento e reconhecimento. Como cientistas, não podemos aceitar sem críticas o que é dito, principalmente nas redes sociais, sobre o que seja a Ideologia de Gênero, até porque se trata de um grave erro conceitual fundamentado no senso comum e em interpretações opinativas. Não são os Estudos de Gênero que constituem uma ideologia, mas sim seus detratores, que agem a partir de uma ideologia [...]” (Ribeiro, 2017).

Dessa maneira, “ideologia de gênero” segue sendo utilizada em debates políticos até hoje, com o intuito de descredibilizar, invisibilizar, atacar e misturar saberes voltados à efetivação e proteção dos direitos humanos da comunidade LGBTQIA+, mais precisamente nos espaços escolares (De Oliveira; Da Cunha & Dos Santos, pág. 87-88, 2018).

Um exemplo dessa ideologia sendo aplicada na prática pode ser observado em um caso que ocorreu em 2021, em que “influenciadores” digitais, sendo eles, Nikolas Ferreira (Deputado Federal - PL), Ana Caroline Campagnolo (Deputada Estadual - PSL), Ingrid Silveira (*Influencer* Evangélica), Samuel Salton (*Influencer* Evangélico), Giovanna Panichi (*Influencer* Evangélica) e João Pedro Maia - JP (*Influencer* Evangélico) convidaram a Michelle Soares, mulher trans, engenheira de sistemas e pesquisadora na área de gênero e sexualidade, popularmente conhecida pelo seu canal no *Youtube* e *Tiktok* de nome “AsTravadaVida”, para um debate³ ao vivo no *Youtube* e outras redes sociais com o título “identidade de gênero”.

Entretanto, no decorrer das 5 horas de *live*, é perceptível que o debate se dividiu em dois lados, a Michelle *versus* os outros 6 participantes, em que o foco da discussão foi abruptamente alterado para “ideologia de gênero” logo nos primeiros minutos, tal como, também não autorizaram nenhum aliado da Michelle a participar da *live* (Queer, 2021).

A Michelle mesmo trazendo dados científicos comprovados com artigos publicados em revistas de grande impacto na área, ainda assim, foi interrompida, desrespeitada e tratada com pronomes masculinos o tempo inteiro, com os participantes e seus seguidores, nos comentários, chamando-a de homem...de ele/dele... de “macho biológico”... e muitas outras terminologias transfóbicas.

Um momento marcante dessa atrocidade, foi quando a Ingrid Silveira e Samuel Salton utilizaram da expressão mais popular desse público, a famosa “XX nasce mulher, XY nasce homem”, em que rapidamente, Michelle trouxe um artigo falando sobre a comunidade intersexo e sua cariótipagem, quebrando esse argumento sem fundamentos deles.

Em outros momentos da gravação, os mesmos argumentaram com frases como “deus fez homem e mulher”, “na bíblia isso é pecado”, “só existe XX e XY” e “querem sexualizar nossas crianças”, semelhante ao “Discurso Biológico da Exclusão”, dito pela Deputada Federal Erika Hilton na sessão da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher da Câmara, em agosto de 2023, em que Erika argumenta que sempre usam o termo “biológico” para desacreditar pessoas trans.

Diante de toda *live*, os 6 participantes que estavam contra Michelle demonstraram um total despreparo para lidar com essas questões, bem como, evidenciaram em rede nacional para inúmeros telespectadores como a arma, ideologia de gênero, é utilizada.

³ Debate - Ideologia de Gênero - *YouTube*, - <https://www.youtube.com/watch?v=V1ncgHSGcks&t=5471s>.

Devido ao ocorrido, este caso repercutiu em todo território nacional, por meio da *hashtag* #RespeitoporMichelle, em que os internautas exigiam respeito e denunciavam as redes sociais dos “influenciadores”, como também, pediam punições para os envolvidos (Queer, 2021).

Diante disso, entendemos que *identidade de gênero* e *ideologia de gênero* não são sinônimos e não fazem parte da mesma esfera de conhecimento.

Retornando a identidade de gênero, um de seus conceitos aliados é o de expressão de gênero, que segundo Jesus (2012) nada mais é do que a forma em que o indivíduo vai se apresentar, sua aparência, vestimentas e comportamentos ligados com uma identidade de gênero específica.

Quando falamos em “identidade de gênero”, automaticamente ocorre uma divisão de reconhecimento em dois grupos, homens e mulheres, sendo esses os gêneros binários, pois, são vistos como comum na sociedade, em contrapartida, as identidades de gênero não-binárias são aqueles que não se identificam com nenhum desses 2 citados anteriormente, como: gênero-fluidos, pangênero, transmasculines, demigênero, agêneros, bigêneros, e muitas outras identidades (Dalsotto, 2021; Barbosa *et al*, 2019).

Para abordar sobre não-binariedade, antes, é preciso salientar acerca da terminologia “guarda-chuva”, termo esse que faz parte do caráter da não-binariedade. Assim, “guarda-chuva” é empregado para agrupar identidades, expressões e outros aspectos da sexualidade humana (LGBTQ+Spacey, 2023)

Nesse aspecto, Jesus disserta que “[...] identidade de gênero é o gênero com o qual uma pessoa se identifica, que pode ou não concordar com o gênero que lhe foi atribuído quando de seu nascimento [...]”. consequentemente, identidade de gênero e orientação sexual são dimensões diferentes e que não se confundem. Pessoas trans podem ser heterossexuais, lésbicas, gays, bissexuais, etc., tanto quanto as pessoas cisgênero (Jesus, 2012).

“[...] Quando ocorre que o indivíduo se identifique e se expresse com o mesmo gênero que lhe foi atribuído no seu nascimento, o mesmo é classificado como cisgênero (cis). Mas, em casos das pessoas que não se identificam com o mesmo gênero que lhe foi dado ao nascer, essas pessoas se reconhecem como transgêneros (trans) [...]”. (Jesus, 2012, pág. 24).

O termo *transgênero* foi desenvolvido por pesquisadores *cisgênero* por volta dos anos 60 para retratar indivíduos que não se enquadravam nas identidades e expressões de gênero vistas como comum na época, já cisgênero foi criado por volta dos anos 90 (Pfeil, 2020).

Um ponto de suma importância, é que no decorrer dos anos 80, a transexualidade foi inserida no Código Internacional de Doenças na classificação de “doenças e distúrbios mentais”, retirada apenas em 2022 pela Organização Mundial de Saúde (OMS) (Bento, 2006; Hailer, 2022).

Para Almeida (2012) pessoas trans podem se identificar tanto com os gêneros binários quanto com gêneros não-binários, dentro do aspecto da binariedade as pessoas trans são presentes nas identidades: Homem-trans, que são compreendidos como pessoas que ao nascer foram pré-rotuladas meninas/mulheres, devido a suas características sexuais e corporais, porém, ao amadurecerem, não se identificam com esse gênero, mas sim, como homens, homens trans Nesse mesmo sentido, mulheres trans são pessoas que ao nascerem foi designado o gênero homem/menino, mas futuramente reivindicam e se reconhecem legalmente como mulheres (Jesus, 2012). A partir disso, Jesus fala que homens trans são “[...] Pessoas que **reivindicam** o reconhecimento social e legal como **homem** [...]” e mulheres trans são “[...] Pessoas que **reivindica** o reconhecimento social e legal como **mulher** [...]” (Jesus, 2012, p.28).

Já na esfera das identidades trans-não-binárias:

“[...] Transidentidades não-binárias são identidades de gênero que se articulam para além do binarismo de gênero (menino-homem/menina-mulher). Pessoas não-binárias podem se identificar como: bigêneras (pessoas que possuem dois gêneros, não necessariamente homem e/ou mulher); agêneras (pessoas sem gênero); gênero-fluidas (pessoas que experimentam a fluidez entre diferentes gêneros); andrógenas (pessoas que se identificam com uma mescla dos gêneros feminino e masculino); entre outras. Diferentemente de outras pessoas que teorizam a respeito desse universo de identidades, opto por utilizar sempre “não-binariE(s)” como uma aposta político-discursiva na não flexão dessa palavra no masculino ou feminino em nenhum momento [...]” (Barbosa, 2023, pág.14).

Mas não paramos por aí, assim, o Demigênero é uma identidade não-binária, que contempla a conexão parcial a um gênero, ou seja, pessoas demigênero sentem uma conexão a um gênero e se identificam como ele, mas não completamente. Demigêneros são gêneros parciais. “[...] Isso significa que a pessoa demigênero não se identifica *completamente* com um gênero, mas em parte ele está lá. O que denomina um gênero como demi, ainda que a pessoa se identifique com outros gêneros, é a maior conexão e/ou intensidade que a pessoa tem com este [...]” (LGBTQ+Spacey, 2022).

Pangêneros se identificam com múltiplos e indeterminados gêneros ao mesmo tempo, podendo ser descritos como infinitos — desde que não ultrapasse uma barreira cultural, isto é,

não se aproprie de gêneros específicos de comunidades às quais a pessoa não faz parte (LGBTQ+Spacey, 2023).

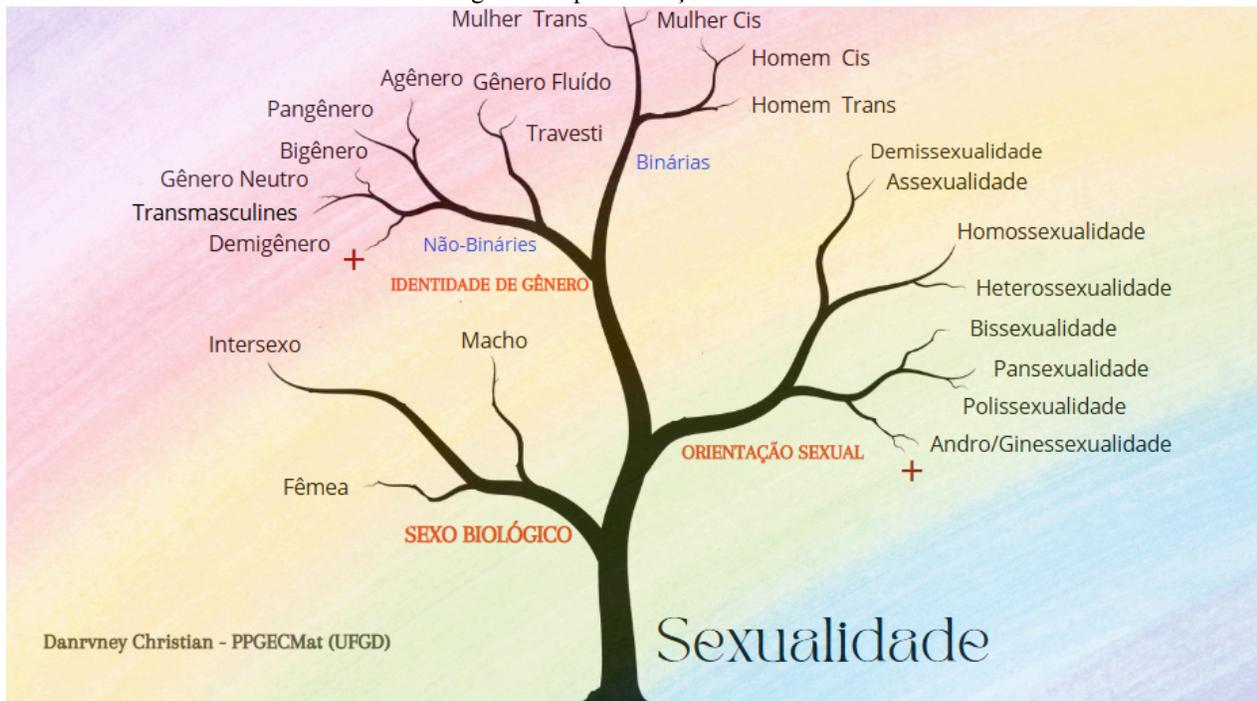
O intergênero, descreve o gênero desse indivíduo e a relação dele com seu *status* como intersexo. Embora a maioria das pessoas que usam a identidade intergênero sejam não-binárias, ela também está aberta a pessoas cis intersexo (Actually Intersex, 2015).

Como última identidade não-binária, transmasculines são pessoas que se reconhecem com características tidas como ‘masculinas’, mas não necessariamente se enxergam como homens [...]”(Valle, 2024).

“[...] Segundo a Comissão de Direitos Humanos de Nova York, existem 31 identidades de gênero, entre elas estão: Agênero, andrógino, gênero de fronteira, gênero fluido, gênero neutro, gender-queer, gênero em dúvida, gênero variante, hijra, gênero não conformista, butch, bigênero, não-binário, male to female (MTF), female to male (FTM), terceiro sexo, nenhum, travesti, homem, mulher [...]”. (PRAE, S/d).

Diante do exposto, conseguimos perceber que identidade de gênero, orientação sexual e sexo biológico são esferas distintas e que não devem ser tratadas como sinônimas. Para facilitar esse entendimento, elaborei no aplicativo *Canva*, uma esquematização (Fig.1) de como enxergo a sexualidade humana.

Fig . 1 - Esquematização da sexualidade humana.



Fonte: Autoria própria (2025).

[...] Partir do princípio que essas 3 esferas fazem parte da sexualidade humana, dito isso, enxerguei a sexualidade como uma grande árvore, com 3 ramificações saindo de seu caule, a primeira ramificação é a de “sexo biológico”, que possui 3 menores ramificações (Macho, fêmea e intersexo), subindo um pouco, temos mais duas ramificações, mais próximas entre si e cobrindo toda a parte superior da árvore, assim, dando a entender que são preceitos mais significativos na construção da sexualidade humana. A segunda ramificação, de nome “Orientação sexual”, se subdivide em várias outras menores. Importante notar um +, elucidando a existência de outras nomenclaturas diferentes daquelas expostas, ou seja, funciona no mesmo sentido do (+) da comunidade LGBTQIA+. Por fim, na parte superior, coincidentemente na região da “cabeça”, encontramos a última ramificação, a “identidade de gênero”, que nela se dispõe duas menores ramificações, sendo elas, a Binária e Não-Binária, cada ramificação se subdividindo novamente em outras menores. Por ser um termo guarda-chuva, não-binária apresenta um número complexo de identidades, por isso, teve tantas separações. O +⁴ retornou, pois existem outras identidades para além daquelas [...] - Autoria própria (2025).

2.4 Transgeneridade

De início, já informo que não adoto e/ou recomendo o uso das nomenclaturas *Transsexual* e *Transsexualidade* como sinônimas para transgênero e transgeneridade respectivamente, pois, esses termos focam muito em questões sexuais, não levando em consideração aspectos sociais e psicológicos envolvidos (Nascimento, 2019).

Sempre bom lembrar em 2011, quando o Big Brother Brasil (BBB) tinha como uma de suas participantes, Ariadna Arantes, uma mulher trans que tinha realizado o procedimento de redesignação sexual/confirmação de gênero, isso fez com que, não apenas a Rede Globo, como também, o público de casa, a chamasse de *transsexual*.

Mesmo sendo a primeira eliminada, Ariadna teve diversas frases marcantes como “[...] já estou muito exposta lá fora, não quero me expor para todos aqui dentro [...]” e “[...] eu sou mulher e ponto final [...]”, como também, foi o centro de diversas conversas entre os outros concorrentes, com frases como “[...] já aconteceu de vocês se enganarem? [...]” - referindo-se sobre homens-cis heteros já terem ou não se relacionado com mulher-trans, em resposta um dos participantes falou “[...] eu já fui salvo disso uma vez [...]”, tudo isso ao lado da Ariadna.

No documentário “BBB - O Doc” (2025) o Ex-apresentador Pedro Bial falou um pouco sobre a passagem da Ariadna no BBB-11:

⁴ Entendemos que a gama das identidades de gênero ultrapassa os saberes que geralmente são tidos como comuns, como a representação única de homens e mulheres, ignorando a existência de todas as outras identidades.

“[...] Deram um tratamento tão primário para a questão trans, que a trans foi escalada para o elenco para que o programa sustentasse o suspense (se ela iria contar para os outros ou não), olha só como o mundo mudou, isso atualmente seria inadmissível hoje [...]” (Bial, 2025).

Diante disso, o conceito de transgeneridade começa a ser entendido, em que Camilloto (2019) pontua que para compreender acerca de transgeneridade, é necessário visualizar identidade de gênero e orientação sexual como duas esferas distintas. Lanz (2015) acrescenta que “[...] transgeneridade é uma palavra que conecta todas as identidades e expressões de gênero [...]”.

Nery e Gaspodini (2015) ressaltam que transgeneridade é o conjunto de vivências que quebram com as antigas regras binárias e essencialistas sobre gênero, e que o entendimento sobre a diversidade humana pode ser visto nas diversas expressões de transgeneridade.

O termo “travesti”, presente na transgeneridade, é antigo, e muito anterior até mesmo ao conceito de “*transsexual*”, e por isso é mais consolidado em nossa linguagem, quase sempre em um sentido pejorativo, como sinônimo de “imitação”, “engano” ou de “fingir ser o que não se é” (Jesus, 2012).

Essa expressão de gênero reconhece o uso de pronomes femininos (ela/dela), ou seja, o correto a se falar é “as travestis”, entretanto, a realidade nacional é outra, esse grupo sofre fortemente violências físicas, sexuais e morais, dentro de diversas esferas, fazendo com que sejam expulsas de casa, da escola e do mercado de trabalho, dessa forma, muitas delas ficando obrigadas a sobreviverem da prostituição (Jesus, 2012).

Essa expressão de gênero é de longe uma das que mais sofre de preconceito, se não for a mais, dentre algumas falas segregativas envolvendo as travestis, destacam-se o uso de “traveco”, “mulhermacho”, “trava” e “aberração” (Coelho, 2021).

A ANTRA (2022) acrescenta que travesti são:

“[...] Pessoas que vivem em uma construção de gênero feminino, oposta à designação de sexo atribuída ao nascer, seguida de uma construção física, de caráter permanente, que se identifica na vida social, familiar, cultural e interpessoal, através dessa identidade [...]”.

Uma pesquisa feita por Jesus (2014), evidenciou 12 casos de assassinatos de travestis no país, em que todas foram cruelmente alvejadas, esfaqueadas, apedrejadas e espancadas. Outro

ponto observado é que nenhuma delas ultrapassa a idade de 45 anos. Deixando o questionamento, “por que a comunidade LGBTQIA+ é perseguida apenas por serem o que são?” ou então “Como iniciou o movimento dos direitos LGBTQIA+?”, visto que, ainda muito recente, acontecem casos de violência brutal com os membros da comunidade.

A partir daqui irei adotar a sigla “LGBTQIA+”, uma vez que, por terem diversas variações (GLS, GLBT, LGBT, LGBT+, LGBTQIAPN+, etc.), a fim de padronizar, empregamos a mesma utilizada pelo Ministério dos Direitos Humanos.

2.5 Estopim dos Direitos LGBTQIA+ - A Rebelião de *Stonewall* e a História do Movimento no Brasil.

As manifestações que visavam os direitos da comunidade LGBTQIA+ se iniciaram de forma espontânea em 28 de junho de 1969, reconhecidos como rebeliões *Stonewall*, reunindo gays, lésbicas, travestis, drag queens e muitas outras expressões não-cisheteros. Esse dia foi nomeado o Dia Internacional do Orgulho LGBT. Como frutos conquistados desse movimento, destacam-se a visibilidade para a causa e os direitos civis, tais como, casamento, nome e o voto (Trevisan, 2018).

Em 18 de junho de 2019, se comemorou o quinquagésimo aniversário de *Stonewall*, entretanto, para falar um pouco melhor sobre essa rebelião é preciso voltar nos anos 60, onde a relação entre pessoas do mesmo gênero era tratada como crime em alguns estados dos Estados Unidos, incluindo Nova Iorque.

Neste estado, havia um bar denominado “*Stonewall Inn*” (Fig. 2), situado no bairro de *Greenwich Village*, conhecido por ser uma localidade que reunia a comunidade LGBTQIA+, que não eram bem recebidos em outros bares, com muitos deles de periferias ou em condições de rua (Rossini, 2021).

Fig. 2 - Bar *Stonewall Inn*, em 1969.



Fonte: Drop Drag Gorgeous: Revolta de *Stonewall* <
<https://dropdraggorgeous.wordpress.com/category/revolta-de-stonewall/>>.

No dia 28 de junho de 1969, durante uma noite comum, a polícia (Fig. 3) entrou de forma extremamente agressiva no bar, agredindo as pessoas presentes no local, resultando na detenção de 13 indivíduos, entre eles, drag queens, travestis e funcionários do *Stonewall* por “violarem o estatuto de vestuário”, previsto por lei na época.

Fig. 3 - Ação policial durante o ocorrido em *Stonewall*.



Fonte: Drop Drag Gorgeous: Revolta de *Stonewall* <
<https://dropdraggorgeous.wordpress.com/category/revolta-de-stonewall/>>.

No entanto, o que mais surpreendeu foi a multidão constituída pela população local, que durante essas prisões jogaram objetos como garrafas, pedras e moedas contra os policiais, sendo necessário a criação de barreiras de proteção, esse primeiro conflito se encerra após um dos manifestantes atearam fogo contra os policiais, fogo esse que precisou ser apagado pela brigada de incêndio, depois da dispersão dos protestantes (Rossini, 2021).

Um dos maiores nomes ligados com *Stonewall* é o da Marsha P. Johnson (Fig. 4), ativista, travesti e negra, que frequentava o estabelecimento e foi uma das líderes da manifestação (Blakemore, 2021).

Fig. 4 - Marsha P. Johnson.



Fonte: Rolling Stones Brasil <
<https://rollingstone.com.br/noticia/negra-drag-queen-prostituta-e-ativista-marsha-p-johnson-um-simbolo-da-luta-lgbtq/>>.

Considerado um marco histórico para os movimentos LGBTQIA+, pois, 5 dias depois do acontecido, centenas de pessoas se reuniram nas proximidades do *Stonewall inn*, protestando a favor dos direitos da população gay, bem como, contra a perseguição dos policiais com os homossexuais (Rossini, 2021).

Com a rebelião, os manifestantes e a população do bairro de *Greenwich Village* tomaram coragem e se juntaram com aqueles que já protestavam acerca dos direitos da comunidade LGBTQIA+ da época, dando visibilidade ao caso em todo o país e no mundo (Blakemore, 2021).

Esse dia se tornou uma representação da libertação e orgulho da comunidade LGBTQ+, assim, sendo criadas a “Frente de Libertação Gay dos Estados Unidos” e a “Aliança de Ativistas Gays”.

Um ano depois do acontecimento em *Stonewall*, ocorreu a primeira marcha do Dia da Libertação guiada por Craig Rodwell, conhecida nos dias de hoje como a “Primeira Marcha do Orgulho Gay” (Fig. 5), reunindo milhares de pessoas de volta ao bar para celebrar a data. Com o passar dos anos, essa marcha foi novamente renomeada para o “Mês do Orgulho LGBTQIA+”, conhecido nos tempos atuais (Rossini, 2021; Blakemore, 2021).

Fig.5 - Primeira Marcha do Orgulho Gay, em Nova York, um ano após *Stonewall* (Foto: Leonard Fink/Arquivo da História Nacional do Centro Comunitário LGBT).



Fonte: Revista Cult, O Mito Fundador de *Stonewall*, 2019. <
<https://revistacult.uol.com.br/home/o-mito-fundador-de-stonewall/>>.

O ocorrido em *Stonewall* é comemorado desde que aconteceu até hoje, apesar disso, a população trans e negra só apresentam seus direitos reconhecidos a pouco tempo. Então, de forma geral, o episódio no bar é tido como um momento político e revolucionário que encabeçou os movimentos pelos direitos da comunidade LGBTQIA+, assegurando direitos civis nos Estados Unidos e em todo o mundo (Blakemore, 2021).

Como um fruto dos acontecimentos em *Stonewall inn*, em junho de 2011, a Organização das Nações Unidas (ONU) emitiu um documento na Assembleia Geral que constava que os “direitos LGBTs” são “direitos humanos”, pontuada na Resolução do Conselho de Direitos Humanos da ONU (nº L9), no qual tratava que o país que não apoiasse a comunidade LGBT estaria indo contra os Tratados Internacionais de Direitos Humanos e outros documentos internacionais emitidos pela ONU (Gorisgh, 2014).

Entretanto, considerar que naquela época a ONU priorizava questões de sexualidade é um equívoco, pois desde a sua criação em 1945, jamais havia falado acerca desses assuntos, apenas

acontecendo em 1980 quando coorelacionaram a homossexualidade com a pandemia do *Human Immunodeficiency Virus* (HIV) (Gorisgh, 2014).

O Brasil em 2003 exibiu uma Resolução no Conselho Econômico e Social enfatizando os Direitos Humanos com foco na orientação sexual, sendo guiada pela Comissão de Direitos Humanos como a pauta 17 na 59ª sessão. Essa Resolução teve suporte de países como Canadá, Alemanha, Itália e muitos outros, reafirmando a Declaração Universal dos Direitos Humanos, adiada em 2004 e aprovada apenas em 2008 (Gorisgh, 2014).

Os direitos da comunidade LGBTQIA+ no Brasil foram alcançados através de muita luta, entre apoiadores da causa contra principalmente, os políticos de direita, que por muitas vezes, utilizavam de *fakenews* para atingir diretamente essa comunidade, resultando na exclusão e marginalização desses corpos, assim, dificultando no desenvolvimento de políticas públicas que poderiam auxiliá-los. Conquistando esses direitos legitimados apenas em 2019, com a inserção da homofobia e transfobia no crime de racismo (Mendos, 2020; Lima, 2020).

Importante lembrar que durante os acontecimentos de *Stonewall* (1969), Brasil se encontrava no período da ditadura militar (1964-1985), em que toda e/ou qualquer manifestação em prol da causa era perseguida, detida e/ou violentada, porém, esse cenário não impediu que gays, lésbicas, travestis e outros membros da comunidade se reunissem, visando a reivindicações de direitos e apoio (D'or Consultoria, 2022).

A partir disso, é possível compreender alguns dos eventos mais marcantes para a história da comunidade LGBTQIA+ no Brasil e no Mundo:

- **1978** - O início da organização do movimento LGBT; Circulação do primeiro jornal com a temática: “O Lampião da Esquina”; Surgimento do “**Movimento Homossexual Brasileiro (MHB)**” (D'or Consultoria, 2022).
- **1979** - “**Primeiro Encontro Brasileiro de Homossexuais**” no Brasil, realizado pela Associação Brasileira de Imprensa (ABI) em 16 de dezembro, sendo um evento com intuito de retirar a homossexualidade da lista de doenças mentais, bem como, reivindicar os seus direitos. Por ser o primeiro evento, sua existência por si só já era crucial para evidenciar que o movimento LGBTQIA+ estava começando a ganhar força e notoriedade (D'or Consultoria, 2022).
- **1983** - Marcado pela **luta da visibilidade lésbica**, em 19 agosto, foi realizada uma manifestação organizada pelo Grupo “Ação Lésbica Feminista”, após um grupo de

lésbica terem sido expulsas do “Ferro’s Bar”, um estabelecimento popular entre a comunidade LGBT do estado de São Paulo, por terem compartilhado o jornal “ChanaComChana”. Esse acontecimento foi um estopim para os movimentos em prol da comunidade lésbica, fazendo com que essa data fosse registrada como o “Dia do Orgulho Lésbico” (D’or Consultoria, 2022).

- **1985 - A luta contra a AIDS/HIV:** Essa patologia foi registrada a primeira vez em São Paulo, referindo-se na época como a “Peste gay” pelos jornais, fazendo com que a comunidade fosse vista como a causa da disseminação da doença, assim, colocando um alvo gigantesco neles. A partir disso, fundou-se o Grupo de Apoio à Prevenção da Aids (GAPA) e o Grupo Gay da Bahia (GGB, criadores das primeiras campanhas que tinham como objetivo retirar a homossexualidade da lista de patologias do Conselho Federal de Medicina no Brasil. Durante esse período, as primeiras discussões sobre a terminologia “Orientação sexual” eram feitas, entrando em conflito com “*opção sexual*”, termo ainda utilizado na contemporaneidade (D’or Consultoria, 2022).
- **1990 -** No dia 17 de Maio ocorreu a **retirada da homossexualidade** da Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde (CID) da Organização Mundial de Saúde (OMS) (Welle, 2020).
- **1992 - Criação da (ASTRAL):** a Associação de Travestis e Liberados, formada em 15 de Maio no Rio de Janeiro por 6 travestis, sendo elas: Jovanna Baby, Jossy Silva, Elza Lobão, Beatriz Senegal, Raquel Barbosa e Munique do Bavier. Considerado o primeiro agrupamento militante de pessoas trans no mundo, em que lutavam contra os preconceitos enfrentados pela comunidade trans e LGBTQIA+ da época. A ASTRAL nada mais é do que a antiga Rede Nacional de Travestis – (**RENATA**), que passou por algumas alterações de nomenclatura para que abrangesse o Brasil de forma mais significativa. Na segunda alteração da escrita, passou a se chamar de Rede Nacional de Travestis e Liberados – **RENTRAL**. Ainda em 1992, surgiu o Movimento Nacional de Travestis e Transexuais (Fig. 6). Nesse mesmo ano, a travesti Kátia Tapety foi eleita vereadora no estado do Piauí, deste modo, sendo a primeira a ocupar tal cargo (Grupo Dignidade, 2024).

Fig. 6 - Movimento nacional de travestis e transexuais



Fonte: Cedoc Grupo Dignidade

<

https://cedoc.grupodignidade.org.br/astral/?view_mode=cards&perpage=12&paged=1&order=ASC&orderby=date&fetch_only=thumbnail%2Ccreation_date%2Ctitle%2Cdescription&fetch_only_meta=>.

- **1997 - Primeira Parada do Orgulho LGBT:** realizada em junho no estado de São Paulo (Av. Paulista), considerada como o maior evento que reúne LGBTQIA+ em todo o mundo, lutando pelos direitos de toda a comunidade. Vale lembrar que mesmo tendo sido retiradas em (2008), em 2004 a Parada do Orgulho LGBT de São Paulo (Fig. 7) entrou para o *Guinness Book*, por ter reunido por volta de 2,5 milhões de pessoas (Leal, 2016).

Fig. 7 - Parada do Orgulho LGBT do Brasil.



Fonte: Outra Cidade. <

<https://outracidade.com.br/por-que-a-parada-gay-de-sao-paulo-saiu-do-guinness-como-a-maior-do-mundo/>>.

- **1999 - Oposição a “Cura gay”:** mesmo tendo feito quase uma década desde a retirada da homossexualidade da lista de patologias da OMS, ainda assim, não existiam proibições acerca dos “tratamentos” chamados de “cura gay”, que eram impostos por discursos cisheteronormativos e de padrões religiosos, no qual só foram desaprovados pelo Conselho Federal de Psicologia em 1999 (D’or Consultoria, 2022).
- **2000 - Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA):** A antiga RENTRAL, passou por mais uma alteração em dezembro de 2000, passando a se chamar ANTRA, pois, estavam começando a articulação nacional da pauta trans no Brasil (ANTRA, 2000).
- **2001 - Ascensão da Lacreia, ícone do Movimento LGBTQIA+:** Travesti carioca, dançarina, cabeleireira e drag queen, Lacreia alcançou o sucesso nacional ao lado do seu parceiro MC Serginho através das músicas “*Égua Pocotó*” e “*Vai Lacreia!*”. O fenômeno “Lacreia” quebrou barreiras, resultando na visibilidade em escala nacional de uma representante de um grupo que na época nem seus direitos legais obtinham. Em 10/05/2011, Lacreia faleceu aos 33 anos, deixando seu legado e servindo de inspiração para diversos artistas presentes no cenário atual, como Pablo Vittar, Gloria Groove, entre outros (Tomaz, 2021).
- **2002 - Procedimento de redesignação sexual:** nesse ano o Conselho Federal de Medicina autorizou pela Resolução de nº 1.652/2002, o procedimento de redesignação

sexual. O processo que até então era chamado de “Mudança de sexo”, porém, na época so ocorria exclusivamente a transição da genitália masculina para a feminina. A transição do feminino para o masculino só foi autorizada 8 anos depois (Brasil, 2002).

“[...] As resoluções do Conselho Federal de Medicina tinham como destinatário exclusivos os “transsexuais”, assim considerados aqueles que apresentassem (1) desconforto com o sexo anatômico natural; (2) desejo expresso de eliminar os genitais, perder as características primárias e secundárias do próprio sexo e ganhar as do sexo oposto; (3) permanência desses distúrbios de forma contínua e consistente por, no mínimo, dois anos; (4) ausência de outros transtornos mentais [...]”.

- **2005 - Jean Wyllys, homem gay, vence o maior reality show do Brasil:** Em 2005, o *Big Brother Brasil*, reality show de maior audiência em território nacional, tinha em seu elenco um participante “assumidamente” homossexual. Com muita simpatia e por ser o cozinheiro da casa, Jean ficou muito surpreso ao receber 6 votos na primeira semana de confinamento, ao ser questionado pelo Ex-apresentador Pedro Bial do motivo de ter recebido tantos votos, Jean pontuou “[...] acho que por ser gay, só por isso mesmo [...]”, importante lembrar que durante a combinação de votos dos seus concorrentes, um dos participantes falou “[...] Na África a gente mata viado também [...]” se referindo ao Wyllys (Ferreira, 2024). Em 2025, a Rede Globo lançou o documentário denominado “*BBB: O Documentário*”, nele, vários participantes que marcaram o programa fizeram depoimentos sobre os acontecimentos em suas respectivas edições, um desses ex participantes, foi Jean Wyllys, no qual lembrou das situações de homofobia que ocorreram na época, como também, pontuou sobre como o Brasil colocou o tema da homofobia em um grande holofote. Ao vencer o programa, diversas famílias enviaram cartas para Jean relatando casos de homofobia, bem como, relatos de LGBTQIA+ que aproveitaram dessa visibilidade para conversar com suas famílias sobre suas orientações sexuais ou identidades de gênero (Aya, 2025).
- **2009 - Programa Nacional de Direitos Humanos III (PNDH III):** Segundo o blog “Fundo Brasil” (2022), esse programa tinha como intuito a promoção da cidadania da comunidade LGBTQIA+, através da “Garantia do respeito à livre orientação sexual e identidade de gênero”, “acesso universal a um sistema de saúde de qualidade” e a elaboração de “políticas de prevenção da violência”.

Ainda em 2009, estreou em fevereiro, o *reality show: Rupaul's Drag Race*, apresentado pela Rupaul, *Drag Queen*, cantora e dançarina americana, esse programa tinha como objetivo buscar “a próxima drag queen superstar da América”, dessa forma, reuniu 9 participantes em sua temporada piloto (Fig. 8). O formato do programa foi promissor, fazendo com que ganhasse bastante apoio midiático e dos críticos, resultando em uma audiência invejável e nas 29 vitórias na premiação *Emmy* (Brisa, 2021).

Importante destacar que por reunir apenas figuras LGBTQIA+, o programa trazia pautas essenciais a serem discutidas como o abandono familiar, sorologia, sobriedade, homofobia, transfobia, negritude x LGBTQIA+fobia, entre muitas outras dificuldades que essa comunidade passa.

Dessa forma, sendo considerado um marco para a comunidade, alcançando o mundo inteiro e servindo de inspiração para o desenvolvimento de outros programas queer's, como o “*The Boulet Brothers' Dragula*” e os nacionais: “*Corrida das blogueiras*” do canal Diva Depressão e o “*Glitter: Em Busca de um Sonho*” da TV Diário. Esses realitys, além de dar visibilidade para indivíduos marginalizados e violentados na sociedade, também, direcionam essas temáticas para seus públicos.

Fig. 8 - Rupaul 's Drag Race.



Fonte: O POVO - <

<https://www.opovo.com.br/vidaarte/2021/08/26/rupaul-s-drag-race-entenda-o-que-e-como-funciona-e-quem-apresenta.html> >.

- **2010 - Marcelo Dourado, vence o Big Brother Brasil:** Exibido pela *TV Globo* em 2010, o *Big Brother Brasil*, teve como vencedor em sua décima edição, o Marcelo Dourado, participante com diversas falas homofóbicas, com discursos como “você é viado, mas seja homem”, “Eu não tenho diva nenhuma dentro de mim”, “minha resistência é hetero” e o famigerado “orgulho hetero”, porém, de longe, sua fala mais problemática foi associar a AIDS/HIV com os homossexuais.

Nesta mesma edição, a Globo tinha uma proposta diferente no início do jogo, no qual os participantes foram divididos em grupos de 3. Como uma vertente mais inclusiva, um dos grupo se chamava os “coloridos” composto por Dicesar Santos (Dimmy Kieer), homem-cis, gay e *dragqueen*, Sérgio Orgastic, trans não-binária e performer & Angélica Martins (Morango), mulher-cis lésbica, entretanto, mesmo com todas as

situações de homofobia, todos os membros do grupo dos coloridos foram eliminados e dois deles diretamente pelo Marcelo. Em 2022, no seu canal de *Youtube* - Marcelo Dourado TV, Marcelo fez um desabafo sobre o ocorrido, pedindo desculpas pelas suas falas, bem como, relatando que sua ignorância na época não conseguia deixá-lo enxergar a magnitude de suas falas.

- **2011 - União estável para a comunidade LGBTQIAN+**: Aprovado pelo Supremo Tribunal Federal (STF) apenas neste ano, mesmo com as discussões sobre a situação ocorrendo desde 1995. Diante disso, casais em relações não-heterossexuais puderam ser reconhecidos como entidade familiar, assim, podendo realizar a adoção conjunta.

Outro ponto a destacar nesse ano, foi que no *Big Brother Brasil (BBB)*, o *reality show* com mais audiência nacional, tinha como uma de suas participantes a Ariadna Arantes (Fig. 9), mulher trans que tinha feito o procedimento de redesignação sexual, sendo chamada de mulher transsexual Brasil todo. Mesmo tendo sido a primeira eliminada da edição, Ariadna marcou história por ter sido a primeira trans a participar do reality, dando visibilidade para a causa (Gonzalez, 2022).

Fig. 9 - Ariadna Arante no BBB11.



Fonte: Terra.

<https://www.terra.com.br/diversao/tv/reality-shows/ariadna-arantes-do-bbb-11-revela-se-retornaria-ao-reality-confirma_30548ab058eeabe3b7f3bf28f4029ef7kir1g2rz.html>

Ainda em 2009, a Rede Globo estreava o "*Amor & Sexo*", apresentado por Fernanda Lima, o programa tinha como objetivo debater sem preconceito as questões vinculadas com sexualidade, como também, dava visibilidade em rede nacional para pesquisadores, artistas e influenciadores LGBTQIA+, sendo assim, um dos maiores programas nacionais informativos sobre sexualidade (Junior, 2011).

- **2013 - Casamento civil:** o Conselho Nacional de Justiça aprovou a resolução que obriga os cartórios a aceitarem e efetivarem o casamento civil entre homossexuais (Brasil, 2013). Destacando:

“[...] Caso o cartório recuse, a medida prevê que o caso seja levado imediatamente para análise do juiz corregedor do respectivo Tribunal de Justiça. A medida só vale a partir da sua publicação no Diário de Justiça, o que pode acontecer nos próximos dias [...]” (Brasil, 2013).

- **2017 - O caso Dandara:** ocorrendo no dia 15 de fevereiro, a travesti Dandara Kataryne foi brutalmente assassinada a murros, chutes, pedradas e tiros, envolvendo 12 agressores de idades distintas, em que os mesmos gravaram e divulgaram todo o crime, fazendo com que o caso repercutisse em território nacional. Esse caso em específico, foi a origem do Projeto de Lei chamado “Lei Dandara”, que tem por objetivo classificar como hediondo os crimes sofridos pela comunidade LGBTQIA+, mais precisamente a comunidade trans, que por muito tempo não tinham políticas públicas que as protegessem. Esse Projeto de Lei foi aprovado pela Comissão de Direitos Humanos em 2024 e deve ir para a Câmara dos Deputados, se novamente aprovado, os crimes guiados por LGBTQIA+fobia serão categorizados como hediondos em todo o Brasil (Lima, 2024).
- **2018 - Alteração dos registros civil em cartório:** O Supremo Tribunal Federal (STF) permitiu por unanimidade, a alteração no nomes de registros para pessoas trans, independente se o procedimento de redesignação sexual ocorreu ou não (Pompeu, 2018).
- **2019 - Criminalização da Homofobia:** O STF votou e criminalizou no dia 13 de junho, atos segregativos e violentos contra a comunidade LGBTQIA+, a votação do STF foi de 10 votos a favor com 2 contra, sendo inserida na Lei de Racismo (7716/89), que hoje prevê crimes de discriminação ou preconceito por "raça, cor, etnia, religião e procedência nacional" (Barifouse, 2019).
- **2020 - Permissão para a doação sanguínea:** Por terem sido colocados como causa da disseminação do HIV/aids, homossexuais por muito tempo eram proibidos de doarem sangue, por serem considerados “grupo de risco”, mas com a atualização dessas informações alterou-se para “Comportamento de risco”, sendo ele, o ato sexual sem proteção, retirando a causa da comunidade gay. A Partir disso, no dia 08/05/2020, o STF derrubou todas as notas que proibiam homossexuais de doarem sangue (Oliveira, 2020).

- **2022 - Retirada de *-transexualidade-* da lista de doenças e distúrbios mentais da OMS:** Na 11ª edição do CID (*Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde*) retirou o “transtorno de identidade sexual” ou “transtorno de identidade de gênero”. Esse CID está publicado no portal da OMS, dessa maneira, os países membros podem ter acesso e realizar as suas traduções e adaptações. Importante salientar que mesmo as discussões por volta das situações terem se iniciado anteriormente, apenas em 2022 entrou em vigor (Brasil, 2018). Ainda nesse ano, a Deputada Federal Erika Hilton foi eleita com mais de 250.000 votos, sendo a primeira mulher trans a atingir tal cargo (Marques, 2024).
- **2023 - Ofensas contra LGBTQIA+ como injúria racial:** O STF decidiu com, 9 votos a favor, com 1 contra, em 21 de agosto, que ações homofóbicas e transfóbicas como injúria racial, vale lembrar que em 2019, os mesmos enquadraram esse tipo de discriminação no crime de racismo, ou seja, ofensas discriminatórias contra um determinado grupo ou coletividade, mas focando e assegurando a proteção à pessoa LGBTQIA+, não necessariamente o grupo. Essa distinção na literatura jurídica entre injúria racial é crime de racismo pode ser entendida de modo onde a primeira assegura os direitos do indivíduo, a segunda, pune a pessoa que realizou a ofensa (Vivas & Falcão, 2023).

2.6 O alvo é a Comunidade LGBTQIA+ - O papel docente, da escola e dos currículos frente a essas questões

É praticamente impossível falar sobre a sexualidade humana sem que de alguma maneira abordem a comunidade LGBTQIA+, uma vez que, a disseminação desses conhecimentos é utilizada tanto para pavimentar os direitos desse grupo, quanto para tratar dos diferentes e diários tipos de preconceitos existentes.

O “Atlas da Violência de 2021” fala que no Brasil houve um aumento de 9,8% dos casos de homofobia e bifobia no período entre 2020 e 2021, e para os casos de transfobia ocorreu um acréscimo de 5,6%, elucidando, que a violência e a invisibilização desses indivíduos acontece até hoje (Cerqueira, 2021).

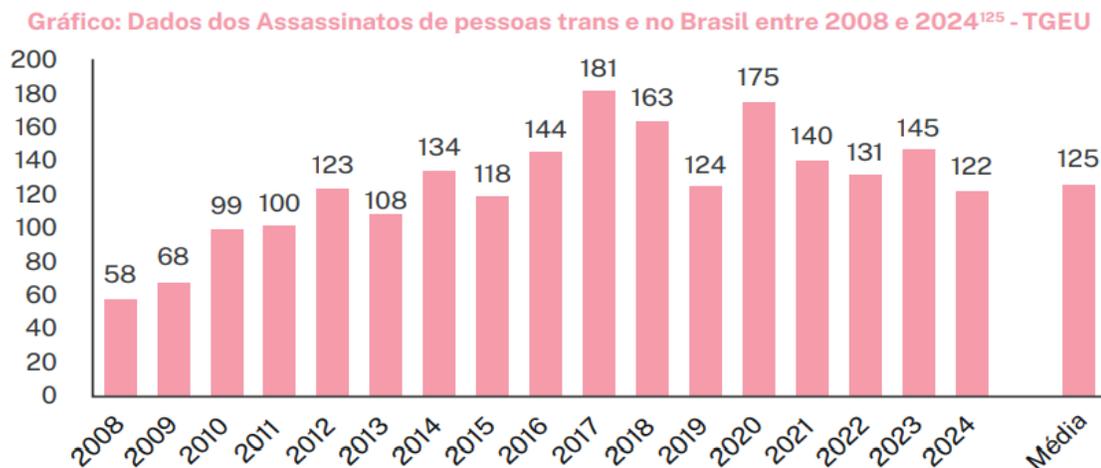
Levando em consideração todas as formas de violência que atingem diretamente a comunidade LGBTQIA+ semanalmente expressos nas redes sociais e nos aparelhos de mídia.

Uma pesquisa realizada pela ANTRA, pontuou que em 2022 aconteceram 131 assassinatos com vestígios de crueldade de pessoas trans no Brasil e outras 20 cometeram suicídio, devido à realidade discriminatória do país, em seu relatório final, o classificou o Brasil como o País que mais mata pessoas trans no mundo pelo 14º ano consecutivo (Antra, 2022).

Em seu Dossiê denominado “Assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2024” publicado em 2015, a ANTRA, pontuou que foram assassinadas 122 pessoas trans no Brasil, 16% a menos ao se comparar com o ano anterior (2023) que consistia em 145 casos. Sobre as vítimas destaca-se, 117 eram mulheres trans e/ou travestis e 5 eram homens trans e não-binários (Antra, 2025).

A Fig.10 a seguir, é um gráfico denominado “Gráfico: Assassinatos de pessoas trans e no Brasil entre 2017 e 2024 - ANTRA” que nele apresenta a quantidade de pessoas trans assassinadas no Brasil a cada ano, bem como, elucida uma média de casos de assassinatos no país (Antra, 2025).

Fig. 10 - Assassinatos de pessoas trans no Brasil entre 2017 e 2024 - ANTRA.



Fonte: Antra, 2025.

Ao analisar a fig.10, é perceptível que houve um aumento de 110% ao se comparar o ano inicial (2008) com o atual (2024), como também, percebe-se que muitos anos ultrapassam a média de casos (Antra, 2025).

O mesmo Dossiê, informa que o estado de São Paulo liderou o número de assassinatos de pessoas trans no Brasil em 2024, com 16 casos, seguido de Minas Gerais, Ceará e Rio de Janeiro com respectivamente 12, 11 e 10 casos registrados. Como dito anteriormente, a crueldade ocorre abruptamente nesses casos, como pode ser visto na Fig. 11 a seguir, quadro retirado do mesmo

dossiê que nele evidencia os principais meios utilizados para assassinar pessoas trans (Antra, 2025).

Fig. 11 - Principais meios utilizados nos assassinatos em 2024.

Quadro: Principais meios e tipos de métodos utilizados nos assassinatos em 2024

Tipo de Ferramentas/Métodos	
Amarrada + decapitada	Empurrada do carro
Arma branca + Facadas + Objetos contundentes	Espancamento + asfixia
Arma de fogo	Espancamento + estrangulamento
Asfixiamento (mata-leão) + golpes com pedra	Espancamento por pauladas + pedradas
Asfixiamento + espancamento + braço quebrado	Espancamentos
Asfixiamento + Estrangulamento	Estupro
Atropelamento	Estupro + amarrada + golpes na cabeça
Carbonizada	Facadas + desmembramento
Decapitada	Facadas + estrangulamento
Desaparecimento + morte	Morte presumida (desaparecimento)
Desmembramento	Pauladas
Desmembramento + 122 facadas	Pedradas

Fonte: Antra, 2025.

Por fim, A ANTRA, classifica o Brasil como o país que mais mata pessoas trans no mundo pelo décimo sexto ano consecutivo (Antra, 2025). Sobre essa marginalização que a comunidade trans sofre, Piovesan e Silva (2015), pontuam que, a mesma ajuda tanto na afeta diretamente na luta dos seus direitos, visto que nem com seus documentos, pessoas trans não conseguem ser reconhecidas oficialmente, socialmente e juridicamente.

Segundo Mello *et al.* (2011) de toda a comunidade LGBTQIA+, a população trans passa por pressões e preconceitos de forma bem mais abrupta ao irem atrás dos seus direitos à saúde e serviços especializados, pois acabam sendo vítimas de transfobia nos serviços de saúde pública.

A invisibilidade sistêmica que afeta a população trans afeta diretamente o processo de desenvolvimento de políticas públicas que sejam eficazes e consigam ajudar esse grupo. A falta de conhecimento da população acerca do número óbitos de pessoas trans, assim como a ausência de trabalhos que dissertem sobre essa realidade, fazem se tornar impossível a criação de indicadores dessas políticas públicas (Prado, 2022).

Um cenário atual que reforça esse ponto, é que em novembro de 2024, a cantora, travesti e Suplente de vereadora, Santrosa, foi encontrada morta decapitada e com os braços e pernas amarrados em uma mata no município de Sinop (MT) (Bento, 2024).

Ou como esquecer do caso de transfobia e assassinato da travesti Dandara Kataryne de 42 anos no dia 15 de fevereiro de 2017? gravada sendo brutalmente atacada com pedradas, murros, chutes e tiros por 12 pessoas de diferentes idades, incluindo menores de idade. Em 2021, o último criminoso foi condenado por homicídio triplamente qualificado (Sampaio & Freitas, 2021).

Diante disso, percebemos que mesmo com casos midiáticos de LGBTQIA+fobia em seu maior grau, como os das mulheres trans: Dandara Kataryne (2017) e Santrosa (2024) ou até mesmo, quando o Deputado Nikolas Ferreira (PL) no “Dia Internacional da Mulher” fez um discurso invisibilizando e atacando a comunidade trans, dizendo “[...] Mulheres estão perdendo espaço para homens que se sentem mulheres [...]”, ainda assim, fica parecendo que essa comunidade não existe, pois, não são presentes nas pautas e nas políticas públicas, nas famílias, na saúde e também nos ambientes escolares (Bento, 2024; Sampaio e Freitas, 2021; Pinotti, Amaral e Hirabahasi, 2023).

Importante destacar que políticos de viés de direita, como Bolsonaro, Nikolas Ferreira e seus aliados, utilizam de seus cargos e influências políticas para dificultarem o desenvolvimento de políticas públicas que poderiam ajudar essa comunidade que tanto sofre.

Tratar sobre identidade de gênero e orientação sexual na área escolar sempre foi uma adversidade, e após o *golpe* realizado durante o governo da Ex Presidenta Dilma Rousseff, se tornou mais difícil elaborar projetos e aulas acerca dessa temática.

Pouco tempo atrás havia um projeto de lei que ia contra a homofobia, a PLC 122, que foi retirado por causa das *fake news* espalhadas pelo, até então, Deputado Federal Jair Bolsonaro e seus seguidores, argumentando que o Ministério da Educação estava sintetizando e compartilhando um material, que foi pejorativamente denominado de “Kit gay”, fazendo com que um projeto importante, didático e humanizador se tornasse um mecanismo de desinformação, preconceito, violência e intolerância, utilizado em sua campanha eleitoral (Vitorelo, 2021).

Em um outro contexto, a tramitação do PNE (2014-2024) foi marcada de debates e polêmicas, devido a uma alteração que retirou as pautas que englobavam a igualdade racial e de gênero, ocorrendo através da Lei nº 13.005/2014. Com essas mudanças, aconteceram diversas discussões com os membros que eram a favor e contra, resultando na visibilidade da expressão “ideologia de gênero”, com esse termo ganhando uma força e apoio com grupos políticos e

religiosos, assim, confundido e compartilhado como se fosse sinônimo para identidade de gênero, mesmo não sendo (De Oliveira; Da Cunha & Dos Santos, 2018).

A ideia inicial abrangia as diferenças educacionais focando na igualdade de gênero, racial e regional, sendo alterada pela superação das desigualdades, enfatizando a cidadania e na quebra de qualquer forma de preconceito. Fazendo com que suprima e que torne invisível as pautas relacionadas com identidade de gênero e sexualidade, uma vez que, o PNE não pontuou mais nada em relação aos temas (De Oliveira; Da Cunha & Dos Santos, 2018).

Em suma, escolas produzem as desigualdades sociais por meio de suas práticas pedagógicas como os currículos, os discursos e linguagens vindas de padrões hegemônicos, as práticas segregativas vinculadas com orientação sexual e identidade de gênero não devem ser, de forma alguma, tratadas como normais, precisando ser debatidas e derrubadas.

Em relação ao papel da escola, Paulo Freire (2010), ressalta que a mesma deve estimular uma educação humanizadora por meio de seus currículos, desta forma, combatendo todos os tipos de preconceito presentes nesses espaços.

“[...] lutar contra a exploração, contra a discriminação, contra a negação de nós mesmos é um imperativo ético. Discriminados porque negros, discriminadas porque mulheres, discriminados porque homossexuais, ou trabalhadores ou brasileiros ou árabes ou judeus, não importa porque discriminados, temos o dever de protestar e de lutar contra a discriminação. A discriminação nos ofende enquanto fere a substantividade de nosso ser [...]” (Freire, 2010, p. 70).

Louro (2003, p. 81) acrescenta que “[...] indispensável que reconheçamos que a escola não apenas reproduz ou reflete as concepções de Gênero e Sexualidade que circulam na sociedade, mas que ela própria produz [...]”, ou seja, esses assuntos sempre marcaram presença nos espaços escolares.

Sabendo disso, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's) estabeleceram os Temas Transversais, temáticas essas que devido a sua urgência social e a abrangência nacional, os professores de diferentes disciplinas/matérias deveriam desenvolver estratégias para inseri-las em sala de aula, dentre esses temas, encontram-se, a Ética, Meio Ambiente, Saúde, Sexualidade, entre outros. Conseqüentemente, fazendo com que os discentes compreendam acerca dos direitos sociais e civis, bem como, aprimorando os saberes voltados às diferenças culturais e ao repúdio às segregações sociais (Brasil, 1997).

Um outro documento que molda o papel docente é a BNCC, estabelecendo conhecimentos, competências e habilidades essenciais que todos os estudantes brasileiros devem desenvolver ao longo de sua trajetória na educação básica, como também, definindo os objetivos de aprendizagem em diferentes áreas do conhecimento, desta maneira, ajudando no desenvolvimento dos Projetos Políticos Pedagógicos (PPP's) das escolas (Brasil, 2018).

O modelo final da BNCC é distribuído em Competências Gerais da base, Direitos de Aprendizagem e Desenvolvimento e Campos de Experiência da Educação Infantil; Áreas do Conhecimento, Competências Específicas de Área, Componentes Curriculares, Competências Específicas de Componentes Curriculares dos anos iniciais e finais do Ensino Fundamental (Silva, 2020). Dentro desses Componentes Curriculares existem 10 Competências Específicas, e com isso havendo um aglomerado de Habilidades que devem ser trabalhadas ao longo dos anos (Silva, 2020).

“[...] Diferente do PNE, que estabeleceu as metas para a educação no decênio 2004-2014, a BNCC tem como objetivo ser um documento permanente para nortear as habilidades e competências que deverão ser alcançadas pelos estudantes ao findar o ciclo básico de ensino que vai da educação infantil ao 9º ano do ensino fundamental [...]” (Silva, 2020, p. 1).

Segundo Filipe (2021), o currículo escolar, no âmbito da sociedade capitalista, representa um espaço de intensas disputas entre as classes sociais pela hegemonia sobre o conhecimento. Isso se deve ao fato de que o sistema não exerce controle total sobre o que os indivíduos aprendem e como esse processo impacta a formação de uma consciência crítica.

Nesse sentido, o currículo pode atuar como um mecanismo excludente, especialmente em pautas relacionadas à sexualidade, a omissão ou a abordagem superficial perpetuam uma visão conservadora e “cisheteronormativa” que marginalizam e invisibilizam não apenas pautas cruciais sobre a diversidade humana, mais também, corrobora diretamente para a violência e a perseguição que os membros da comunidade LGBTQIA+ sofrem.

Mesmo que conteúdos que sejam conectados com sexualidade marquem presença em documentos oficiais, sendo expressos como temas transversais, dessa forma, os professores de diferentes disciplinas deveriam criar estratégias distintas para inserirem essas pautas em suas aulas, entretanto, a realidade é outra, no qual esses temas são ignorados, silenciados e unicamente tratados como os conhecimentos voltados às infecções sexualmente transmissíveis (IST's), órgãos reprodutores, gravidez e os mecanismos contraceptivos (Quirino & Rocha, 2012). Leite

(2019) reforça que mesmo sendo inseridas como obrigação nos documentos curriculares, defendidos por leis específicas, questões como essas ainda são ignoradas, invisibilizadas e consideradas difíceis de trabalhar.

Diante disso, um tema que deveria intercruciar diversas disciplinas, acaba recebendo apoio unicamente dos professores de ciências/biologia, que devido a sua formação ser carente desses conhecimentos, acaba resultando na perpetuação biológica desses conteúdos, não se importando com as vertentes sociais e psicológicas envolvidas (Santos; Mianutti & Cerdas, 2022).

Tendo em vista essas consequências ligadas com a temática, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), apresenta como um dos seus objetivos do 8º ano a presença de "Sexualidade" como tema transversal, na habilidade EF08CI11, consistindo em selecionar argumentos que evidenciem as múltiplas dimensões da sexualidade humana (biológica, sociocultural, afetiva e ética), assim, os docentes devem desenvolver estratégias para inserir transversalmente o conteúdo dentro de suas aulas (Brasil, 2018).

As universidades e escolas são essenciais no processo de compartilhamento de conhecimentos voltados aos temas transversais no currículo escolar, as universidades, por lidarem com a formação inicial de docentes e as escolas por agirem na formação de cidadãos críticos e humanizados.

A educação sexual permite diálogos e discussões sobre sexualidade dentro do ambiente escolar, trazendo uma visão mais aprofundada de pautas que são tratadas no dia a dia das pessoas e dos currículos escolares, tais como, orientação sexual, identidade de gênero, hormônios, genes entre outros (Moizes & Bueno, 2010).

Para trazer a diversidade sexual e de gênero para o ambiente escolar, é necessário trabalhar para além de conceitos que englobem apenas a homossexualidade e bissexualidade, mas sim, falar sobre a diversidade de gênero e de orientações sexuais existentes, assim como salientar acerca da binaridade, não-binaridade, padrões e expressões de gênero e as mais variadas formas de segregações sociais que envolvam essas temáticas (Bortolini, 2011).

Embora na teoria, o papel docente ao falar sobre educação sexual seja relativamente simples de se entender, no qual o profissional vai agir como um mobilizador, desenvolvendo momentos interativos para trocas de ideias e sempre atualizando suas informações e conhecimentos, contudo na prática a realidade é um pouco diferente, os professores apresentam muitas dificuldades, desde a falta de material didático e recursos audiovisuais nas instituições,

que poderiam facilitar no processo de ensino-aprendizagem, até mesmo dificuldades de lidar com assuntos delicados e possíveis embates diretos com os temas envolvidos ou com a gestão escolar, fazendo com que temas como a sexualidade não sejam explorados, tornando-os invisíveis (Souza *et al*, 2010).

Uma outra dificuldade que o corpo docente passa ao enfrentar essas questões, é a sua ausência durante a formação, em razão disso, os educadores consideram esses temas complicados, delicados e difíceis de trabalhar (Silva & Neto, 2006).

Posto isto, é importante realçar que a aceitação das instituições de ensino sobre o uso do nome social, sanitários apropriados e de vestimentas, são algumas das pautas que podem fazer com que pessoas trans se sintam mais confortáveis, no qual muitas vezes essas escolas apresentam regras e normas que não aceitam essas pautas, o que poderia resultar em uma evasão escolar (Lima 2013).

Cada escola vai desenvolver sua própria cultura, que são as regras e normas específicas e, claro, por ser fruto da herança cultural, vão desenvolver regras que muitas vezes podem afetar os alunos tanto socialmente quanto psicologicamente por diversos motivos, entre elas, o gênero expresso. “[...] Algumas escolas essas regras acabam sendo mais exigentes, alunos transgêneros acabam sofrendo discriminações e preconceitos não apenas de outro estudante, mas também, por parte dos membros da própria escola [...]” (Silva, 2006, p.202).

Os profissionais precisam encontrar maneiras de lidar com as diferenças sem que elas se transformem em motivos para excluir ainda mais esses estudantes, porém, a realidade é outra, em que os docentes não estão preparados para lidar com essa situação, essa inaptidão está vinculada com a má formação profissional nos cursos de licenciatura e a própria formação moral e ética desses professores (Mendes, 2012).

A escola não é neutra e não pode permitir a evasão dos seus estudantes, sendo assim, precisa deixar que seus discentes se expressem da forma que quiserem, para que não contribua ainda mais para o alto índice de reprovações e desistências escolares que esses alunos vistos como “diferentes” passam todos os anos (Mendes, 2012).

2.7 Sexualidade e a política nacional e mundial, amigas?

Os membros da comunidade LGBTQIA+ são perseguidos e violentados em praticamente todas as esferas da sociedade. Gorisgh (2014) diz que em 1968, por volta de 500 pessoas foram detidas em Nova Iorque pelo crime “contra a natureza”, ou seja, o ato sexual entre pessoas do mesmo sexo. Da mesma maneira, mais de 3.000 pessoas foram presas por crimes vinculados a sua homossexualidade (Gorisgh, 2014).

Mesmo depois de todos os casos de crimes de homofobia e transfobia em todo o mundo, da Resolução da ONU; dos acontecimentos em *Stonewall*; dos direitos conquistados e de todas as manifestações a favor da causa LGBTQIA+, em 2020, a *International Lesbian and Gay Association* (ILGA), traduzido para, Associação Internacional de Gays e Lésbicas, que atualmente se denomina *International Lesbian, Gay, Bisexual, Trans and Intersex Association* (ILGA WORLD), em seu Relatório Mundial (*STATE-SPONSORED HOMOPHOBIA*), pontuou que 69 países **membros da ONU** são dispostos de leis que criminalizam pessoas que tiverem relações não-cis-heteros, dentre as punições para quem infringir essas leis, encontram-se as detenções e em alguns casos, a pena de morte (Mendos, 2020).

Importante comparar esse mesmo relatório na sua edição anterior (2019), a quantidade de países que criminalizam relações não-heterossexuais baixou, países como Angola e Gabão deixaram de tratar essa situação como crime. Ou por exemplo o Sudão, que retirou a pena de morte e castigos físicos como formas de punições (Mendos, 2020).

Nesse relatório proferia que em dezembro de 2020, 42 países pertencentes à ONU eram previstas barreiras legais contra a liberdade de expressão de gênero e da diversidade sexual. O Brasil entrava na lista por apresentar legislações que falam sobre “*ideologia de gênero*”, termo utilizado de maneira bem específica por políticos e grupos conservadores (Mendos, 2020; Lima, 2020).

Com a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) em 2019, inserindo a homofobia e a transfobia em leis de crimes de racismo, o Brasil entrou para a lista de 57 países que contêm leis de proteção e suporte para a comunidade LGBTQIA+ (Mendos, 2020; Lima, 2020).

Apesar da homossexualidade deixar de ser crime no Brasil em 1831, evidenciando avanços sociais na época, ainda assim, em 10 de outubro de 2023, a Comissão de Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família da Câmara outorgou um projeto desenvolvido pelo deputado Pastor Eurico (PL-PE) com 12 votos a favor, contra 5 (Lima, 2020; Barbiéri, Lima & Holanda, 2023).

No novo relatório apresentado, o pastor recomenda que acrescente no Código Civil uma sessão que pontue a proibição do casamento igualitário, bem como, também ressalta que o Poder Público e a Legislação Civil não devem se expressar quanto aos critérios e requisitos do casamento religioso.

Na mesma discussão, um relator tentou possibilitar o desenvolvimento de um novo instituto no Código Civil, denominado "sociedade de vida em comum", que considerava essa relação distinta do casamento e da união estável, porém, esse trecho foi excluído pelos deputados conservadores com a argumentação que abriria brechas para o poliamor (Barbiéri; Lima & Holanda, 2023). Mostrando que temáticas que envolvem sexualidade, orientação sexual ou identidade de gênero estão em conflitos diretos com a política nacional.

A comunidade LGBTQIA+ e seus aliados estão em um grande processo de luta e resistência contra ataques diretos guiados por preconceito ou indiretamente com a perpetuação de *fake news*, mesmo com assuntos como identidade de gênero e sexualidade estando presente cada vez mais nas redes sociais e na mídia, mesmo assim o conceito desses termos ainda não foi facilmente fixado, devido a contradições de algumas ideias (Prado, 2022).

Não tem como falar sobre questões de identidade de gênero e sexualidade contracenando com situações políticas sem lembrar da Erika Hilton, ex-Vereadora do município de São Paulo e atual Deputada Federal eleita com mais de 250 mil votos pelo PSOL-SP, ficando na nona colocação. Conhecida por levantar pautas e debates acerca dos direitos e resistências de toda comunidade LGBTQIA+ e outros grupos minoritários (Paranhos, 2023).

Pioneira em diversas situações, Erika Hilton, é a primeira travesti, negra e periférica a ser eleita em um cargo legislativo na Câmara Federal, como também, foi a primeira vereadora travesti negra eleita na cidade de São Paulo em 2020, ficando entre as cinco mais votadas. Semelhante de como aconteceu com a Duda Salabert (PDT-MG/), uma mulher trans eleita Deputada Federal no estado de Minas Gerais, sendo a mulher mais votada no seu estado (Abouid & Josephson, 2023).

Em suma, as eleições de 2020 ganharam notoriedade por terem “quebras” em configurações de espaços políticos que na história da política nacional sempre foram ocupados em sua maioria por homens cis, brancos, heterossexuais e de classes economicamente mais elevadas. A vitória de Erika, Duda e de outras pessoas trans nos últimos anos só enaltece a ideia de que cada vez mais, corpos que geralmente são marginalizados em espaços públicos, estarão

presentes e resistindo, participando de decisões e políticas públicas dos seus estados (Abouid & Josephson, 2023).

Outro reflexo que evidencia a ausência de identidade de gênero dentro do ambiente político, foi quando no Plenário da Câmara dos Deputados em 08/03/2023, em que se comemorava o Dia Internacional da Mulher, o Deputado Federal Nikolas Ferreira, o mais votado dentro desse cargo, vestiu-se com uma peruca loira e falou “[...] Hoje me sinto mulher, Deputada Nikole, e tenho algo muito interessante para poder falar, as mulheres estão perdendo espaços para homens que se sentem mulheres [...]”, atitude essa agressiva, preconceituosa e normalizadora da transfobia, ainda mais, ocorrendo no Brasil, que segundo a ANTRA (2022) pelo décimo quarto ano consecutivo é o país que mais mata pessoas trans no mundo (Silveira, 2023).

Em setembro de 2023, Nikolas Ferreira vira réu em um processo movido pelo Ministério Público de Minas Gerais (MP-MG), aceito pelo Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJ-MG), indiciado pelo crime de transfobia, pois, em julho de 2022, publicou em suas redes sociais um vídeo denominado “Travesti no banheiro da escola da minha irmã”, no qual tinha uma estudante trans no banheiro feminino de uma escola, em que Nikolas expôs a adolescente de 14 anos aos seus mais de oito milhões de seguidores, como também, ironizou, ridicularizou e criticou a presença dela naquele local (Sousa, 2023).

Dentro das pautas políticas que falam de questões de sexualidade e gênero, depois ser adiada algumas vezes, em setembro de 2023, finalmente a Comissão da Câmara do Supremo Tribunal Federal (STF) votou contra o Projeto de Lei do Deputado Pastor Eurico (PL-PE), que proibia a união civil entre homossexuais, direito esse que já havia sido conquistado em 2011 (Guia Gay, 2023).

Segundo Welle (2023) 34 países permitem o casamento igualitário. Uma pesquisa feita pela ILGA ressalta que apenas 17% dos países que constituem a ONU reconhecem essa união, com os Estados Unidos um deles. Desde 26 de junho de 2015, quando a Suprema Corte dos Estados Unidos emitiu uma Resolução que garantia o direito do casamento entre casais não-heteros (Blakemore, 2021).

Como esquecer do pronunciamento de Jair Messias Bolsonaro, ex-Presidente da República, na época ainda era Deputado Federal? Ele, ao responder um repórter acerca de sua opinião sobre o projeto com foco na criminalização da homofobia, o ex Deputado disse “[...] acho que tem que ter também uma lei que criminaliza a carecofobia, flamengofobia,

corithianofobia, magrelfobia, peitocaídofobia e digo mais, a maioria dos homossexuais é contra essa palhaçada que está aí no Senado [...]” (Fatima, 2014).

Em 2019, o Supremo Tribunal Federal (STF) reconheceu os direitos de toda comunidade LGBTQIA+, criminalizando atos transfóbicos/homofóbicos, por meio da aplicação da Lei do Racismo (7.716/1989), com punição inafiançável de 1-3 anos de detenção, sendo esse um grande marco para pessoas-trans no Brasil (Instituto Brasileiro de Direito de Família, 2021).

Aproximando do *locus* da pesquisa, em Dourados/MS, em outubro 2023, o Prefeito Alan Aquino Guedes Mendonça com apoio de muitos vereadores, entre eles, Juscelino Cabral (PSDB), sancionaram e publicaram no Diário Oficial a Lei 5.073/23 criada por Juscelino, que de acordo com seu Art.1 “[...] fica proibida a utilização de verba pública, no Município de Dourados/MS, em eventos e serviços que promovam, direta ou indiretamente, a sexualização de crianças e adolescentes[...]”. Ainda em sua resolução, no Art.8 pontua que “[...] incluem-se nas proibições desta Lei, incorrendo nas mesmas sanções, a aplicação de ideologia de gênero e de linguagem neutra nas campanhas publicitárias, eventos, serviços públicos, materiais, editais, espaços artísticos e culturais, manifestações que envolvam a administração pública direta ou indireta, ou por ela sejam patrocinadas, quando destinadas ao público infante-juvenil ou por ele possam ser vistas [...]” (Brasil, 2023).

Políticos como Bolsonaro, Nikolas Ferreira, Silas Malafaia, Levy Fidelix e seus aliados com seus discursos preconceituosos, homofóbicos, machistas e transfóbicos, enfraquecem lutas e resistências que demoraram décadas para colherem poucos frutos, propagam a desordem, desinformação, violência física e moral, da mesma forma que ameaçam a humanidade com suas falas a “favor” da família tradicional (Santos, 2023).

Essas declarações afetam drasticamente no ambiente escolar, que por sua vez apresentam urgências ao se discutirem sobre identidade de gênero e orientação sexual, pois, a realidade nacional é elucidada com um histórico de preconceito enraizado que vai contra a tudo, que de alguma maneira, beneficie a comunidade LGBTQIA+ (Sales, 2023).

3. Fundamentação Teórica

Essa pesquisa se fundamenta através dos conceitos discutidos nas obras “*Pedagogia do Oprimido*” (1987), “*À sombra dessa mangueira*” (2010) & “*Pedagogia da Autonomia*” (1996) de Paulo Freire.

Paulo Freire, patrono da Educação, apresenta uma pedagogia humanizadora, que nela, todas as pessoas têm voz e que a luta contra as diferentes manifestações de violências e preconceito é do caráter da escola, de suas gestões... de todos...

Para Freire (2010):

“[...] lutar contra a exploração, contra a discriminação, contra a negação de nós mesmos é um imperativo ético. Discriminados porque negros, discriminadas porque mulheres, discriminados porque homossexuais, ou trabalhadores ou brasileiros ou árabes ou judeus, não importa porque discriminados, temos o dever de protestar e de lutar contra a discriminação. A discriminação nos ofende enquanto fere a substantividade de nosso ser [...]” (Freire, 2010, p.70).

Iniciando as reflexões com o efeito da *Educação Bancária* na inserção de identidade de gênero e orientação sexual nas escolas, uma vez que, a mesma se caracteriza como uma educação acrítica, perpetuando conhecimentos de forma binária e não se atentando aos alunos em sala de aula, seus diferentes corpos e nem as suas distintas realidades sociais.

A partir disso, “ensinar” é entendido como apenas o ato de depositar informações, sem ocorrer discussões, na *Pedagogia do Oprimido*, Freire (1987) pontua: “[...] a educação se torna um ato de depositar, em que os educandos são os depositários e o educador o depositante [...]”, nessa visão, um bom aluno é aquele que absorve o máximo de conteúdos passados pelo docente. “[...] Quanto mais vá “enchendo” os recipientes com seus “depósitos”, tanto melhor educador será. Quanto mais se deixem docilmente “encher”, tanto melhores educandos serão [...]” (Freire, 1987).

Neste contexto, compreendemos a problemática que esse tipo de educação causa em corpos não-cisheteros no ambiente escolar, pois, os estudantes são passivos nesse processo de ensino-aprendizagem, suas vivências e individualidades são desconsideradas, desta maneira, silenciando seus corpos e a pluralidade das orientações sexuais e identidades de gêneros presentes nesses espaços.

Como estratégia para os decentes combaterem a *Educação Bancária*, Freire (1987) apresenta a *Educação Problematizadora*, caracterizada pela participação ativa dos educandos no processo de ensino-aprendizagem, diante disso, o professor “[...] não é o que apenas educa, mas o que, enquanto educa, é educado, em diálogo com o educando que, ao ser educado, também educa [...]”, com isso, o “conhecimento” é permutado entre o professor(a) e seus estudantes, suas realidades e vivências fazem parte das discussões, diferente como acontece na *Educação Bancária* (Freire, 1987). “[...] Neste sentido, a educação libertadora, problematizadora, já não pode ser o ato de depositar, ou de narrar, ou de transferir, ou de transmitir “conhecimentos” e valores aos educandos, meros pacientes, à maneira da educação “bancária”, mas um ato cognoscente [...]” (Freire, 1987, pág.39).

Sabendo que o objetivo do docente na *Educação Problematizadora* é desenvolver e estimular situações para que seus alunos consigam entender o mundo em sua volta, bem como, superar conhecimentos existentes, ao estabelecer um elo entre essa educação libertadora com os ensinamentos de identidade de gênero e orientação sexual, percebe-se que a mesma é fundamental nesse processo, uma vez que, durante o processo de ensino-aprendizagem, o docente e seus estudantes passam por essa fase juntos, suas individualidades são consideradas e a troca de informações abrange todos os sujeitos da sala de aula. Freire (1987) destaca “[...] não mais educador do educando do educador, mas educador-educando com educando-educador [...]” (Freire, 1987).

Para pesquisadores das áreas de sexualidade, inclusão e/ou diversidade, a obra “*Pedagogia da Autonomia*”, é um excelente material fundamentador de pesquisas, em seu primeiro capítulo denominado “*Não há docência sem discência*”, Freire aborda acerca do papel docente frente a diversas questões que podem inter cruzar seus alunos nas escolas, como por exemplo, a sexualidade.

No subcapítulo ‘*Ensinar exige risco, aceitação do novo e rejeição a qualquer forma de discriminação*’, o mesmo disserta que ser uma figura anti-preconceito é um *dever* docente e não pode ser jamais interpretada como um favor do profissional a escola, aos alunos ou aos familiares deles, pois, “[...] Faz parte igualmente do pensar certo a rejeição mais decidida a qualquer forma de discriminação. A prática preconceituosa de raça, de classe, de gênero ofende a substantividade do ser humano e nega radicalmente a democracia [...]” (Freire, 2019, p. 58).

Já no subcapítulo ‘*Ensinar exige criticidade*’, Freire fala que a distância entre a criticidade e a ingenuidade está relacionada de acordo com as experiências do cotidiano e os conhecimentos científicos, resultando não em uma ruptura, mas sim, em uma superação, isso ocorre porque a “*Curiosidade Ingênua*” não deixa de ser uma curiosidade, entretanto, se tornará crítica através da educação. Quando se torna uma “*Curiosidade Epistemológica*”, refletirá sobre a natureza, as etapas e os limites do conhecimento, se tornando crítica em termos metodológicos e conquistando as condições para compreensão da realidade.

Correlacionando com as questões de sexualidade no ambiente escolar, percebe-se que a superação de preceitos antigos é fundamental, uma vez que, muitos deles marginalizam e violentam corpos, como por exemplo, em uma aula fictícia de genética na matéria de biologia, um professor fala “[...] os cromossomos sexuais XX determinam mulheres, enquanto os cromossomos sexuais XY homens [...]”, nesse caso, temos um docente que misturou erroneamente dois conceitos distintos, e esse equívoco pode atingir diretamente seus discentes, dessa forma, os educadores devem ser críticos, bem como, precisam despertar/ajudar a/na curiosidade crítica de seus estudantes, se aproximando do conhecimento sem se submeter ao mesmo, pois, a autoridade de conhecimento não deve ocorrer, os alunos vão refletir e questionar com autonomia e liberdade sobre o que aprenderam.

Um ponto importante a ser destacado nesse mesmo exemplo do professor de biologia com os cromossomos sexuais, Freire pontua no subcapítulo “*Ensinar Exige Pesquisa*”, em que disserta que os docentes devem pesquisar e atualizar suas informações para que situações como essas não ocorram.

A partir disso, compreendemos que os conceitos envolvendo a identidade de gênero e orientação sexual são abordagens interdisciplinares, históricas e políticas, visto que, o patriarcado usou a ciência, no caso, as ciências biológicas, para dicotomizar a sexualidade humana. Corroborando na construção de conteúdos e práticas pedagógicas desumanizadoras contra outras formas de existir no mundo. Freire faz uma colocação sobre a biologia muito pertinente quanto sua função na educação:

“[...] se sou professor de biologia, não posso me alongar em considerações outras, que devo apenas ensinar biologia, como se o fenômeno vital pudesse ser compreendido fora da trama histórico-social, cultural e política. Como se a vida, a pura vida, pudesse ser vivida de maneira igual em todas as suas dimensões na favela, no cortiço ou numa zona feliz dos “Jardins” de São Paulo. Se sou professor de biologia, obviamente, devo ensinar

biologia, mas, ao fazê-lo, não posso seccioná-la daquela trama [...]” (Freire, 2018, p. 109).

Através dessa colocação de Freire, percebemos que não cabe uma visão exclusivamente biologicista sobre nossos corpos. Uma leitura sobre a identidade de gênero e orientação sexual precisa envolver aspectos históricos, sociais, culturais e políticos.

Já em *‘Ensinar exige respeito aos saberes dos educandos’*, Paulo Freire diz que o professor e a escola têm como dever não apenas respeitar os saberes dos seus alunos, saberes esses adquiridos em suas vivências, como também, precisam inter cruzar esses saberes com os conteúdos das disciplinas.

“[...] Por que não discutir com os alunos a realidade concreta a que se deva associar a disciplina cujo conteúdo se ensina, a realidade agressiva em que a violência é a constante e a convivência das pessoas é muito maior com a morte do que com a vida? Por que não estabelecer uma necessária “intimidade” entre os saberes curriculares fundamentais aos alunos e a experiência social que eles têm como indivíduos? [...]” (Freire, 2019, p. 14).

Os conteúdos aprendidos em sala de aulas não podem estar desconectados das realidades dos estudantes, diante disso, os professores devem conhecer a realidade de seus alunos, para que essas disciplinas consigam dialogar com os desejos e necessidade dos mesmos, por isso, as experiências vivenciadas em seus cotidianos devem ser refletidas nas escolas.

Ao vincular com a sexualidade fica o questionamento “por que não discutir sobre as identidades de gênero e orientações sexuais existentes refletindo-os também com as vivências e experiências de seus alunos? Assim, é possível entender que ser contra a *neutralidade*, também é do caráter docente.

Ainda sobre o caráter docente, Freire (2019) destaca que ser professor exige entender que ser uma figura anti-preconceito e violência é uma obrigação e que não deve ser separado de sua metodologia de ensino, pois, o “[...] respeito à autonomia e à dignidade de cada um é um imperativo ético e não um favor que podemos ou não conceder uns aos outros [...]” (Freire, pág 58, 2019). Paulo Freire critica todas as manifestações de violência porque a violência “[...] fere a ontológica e histórica vocação dos homens – a de *Ser Mais* [...]” (Freire, pág 27, 1987).

Nessa busca do *Ser Mais*, os indivíduos desenvolvem a sua humanização ao mesmo tempo que combatem os diferentes tipos de preconceito, bem como, compreendem o mundo a

seu redor. Para alcançar o *Ser Mais*, a identidade cultural precisa fazer parte, já que a classe e as individualidades dos estudantes permitem essa reinvenção do mundo (Leite, 2021).

“[...] Lutar contra a exploração, contra a discriminação, contra a negação de nós mesmos é um imperativo ético. Discriminados porque negros, discriminadas porque mulheres, discriminados porque homossexuais, ou trabalhadores ou brasileiros ou árabes ou judeus, não importa porque discriminados, temos o dever de protestar e de lutar contra a discriminação. A discriminação nos ofende enquanto fere a substantividade de nosso ser [...]” (Freire, 2010, p.70).

Ainda em sua obra *“Pedagogia do Oprimido”*, Freire apresenta os conceitos de *Inédito Viável* e *Situação Limite*, que durante suas experiências pessoais e sociais, os indivíduos se deparam com impasses/bloqueios, que por muitas vezes, esses bloqueios podem atingir diretamente na existência de uma pessoa ou grupo social, assim, necessitando serem superados, esses obstáculos são denominados de *“Situações Limites”* (Dias, 2016).

Quando adentramos nas questões envolvendo *“Situações Limites”* e identidade de gênero e/ou orientação sexual, percebemos que a superação é indispensável nesse processo, por exemplo, como uma ginecologista vai atender um paciente que seja um homem trans, se para essa profissional corpos trans são pecadores e abominosos? ou como uma professora do Ensino Fundamental, que defenda a ideia da existência de apenas dois gêneros, vai compreender que atividades em sala que dividem a turma em “meninos” e “meninas” podem deixar alguns estudantes desconfortáveis?, pois, algum discente poderia ser incluído em um grupo o qual não se identifica.

Em ambos os casos, os profissionais se encontram em uma *“situação limite”*, que por envolverem questões educacionais e de saúde, precisam perceber que essa situação é superável. “[...] Ao terem o ponto de decisão de sua atividade em si, em suas relações com o mundo e com os outros, os homens ultrapassam as “situações-limites”, que não devem ser tomadas como se fossem barreiras insuperáveis [...]” (Freire, 1987, pág.12).

Essa superação, que acontece unicamente dentro da relação ser humano-mundo, pode ser observada apenas por meio das ações desses indivíduos na realidade que a sua *“situação limite”* se encontra. Quando superadas, a realidade é alterada/transformada e conseqüentemente, novos surgirão, estimulando ações de rompimento dessas novas *“situações limites”*, essas ações de quebra desses bloqueios é denominada de *“Ato limites”* (Freire, 1987).

Na capacidade de criação e busca do novo, bem como, pela superação dessas “*situações limites*” com os *Atos-limites*, se formam os *Inéditos Viáveis*, que por sua vez, são ideias inéditas que podem se tornar realidade, que no passado eram considerados inviáveis, mas atualmente, com auxílio de uma visão crítica transformadora são vistos como uma possibilidade (Alves, 2016). Freire (1987) acrescenta que “os homens não chegam a transcender as “situações-limites” e a descobrir ou a divisar, mais além delas e em relação com elas, o “inédito viável”.

Deste modo, percebemos a importância de se discutir esses temas no ambiente escolar e nos programas de pós-graduação em Educação e Ensino de Ciências, uma vez que, esses pesquisadores formados futuramente entrarão em contato com as escolas e seus estudantes, assim, essas instituições de ensino precisam auxiliar na construção pessoal desses estudantes, fazendo com que eles sejam eles mesmos, bem como, na perpetuação de saberes e discursos anti-preconceituosos. Concordando com as ideias de Paulo Freire (2019, pág.20): “[...] faz parte igualmente do pensar certo a rejeição mais decidida a qualquer forma de discriminação. A prática preconceituosa de raça, de classe, de gênero, ofende a substantividade do ser humano e nega radicalmente a democracia [...]”.

Sabendo que Paulo Freire defende uma pedagogia humanista, que defende todas as existências contra as distintas formas de preconceitos, bem como, a superação de conhecimentos retrógrados, que por muitas vezes atinge diretamente corpos vistos como diferentes na sociedade, a partir disso, essa pesquisa se justifica, pois, tem como foco compreender o que futuros professores (pesquisadores da área da Educação e Ensino de Ciências) têm produzido acerca de orientação sexual e identidade de gênero.

4. Questão de Pesquisa

Diante do exposto, com a perseguição que os membros da comunidade LGBTQIA+, fazendo com que suas temáticas aliadas, como a identidade de gênero e a orientação sexual, sofressem de um processo intenso de invisibilização em diversas instâncias, entre elas, nos ambientes de educação de nível superior, como as universidades, seus programas de pós-graduação e seus eventos científicos ligados a eles, assim, essa pesquisa visa responder à seguinte questão: Como as temáticas de identidade de gênero e orientação sexual foram presentes nas pesquisas de mestrados e doutorados em Educação e Ensino de Ciências das universidades públicas do Mato Grosso do Sul, bem como, nas ATAS do ENPEC?

A determinação do Estado do Mato Grosso do Sul como localidade de análise ocorre por ser onde a pesquisa tem sido desenvolvida. Já a escolha do ENPEC ocorreu pelo mesmo ser reconhecido como uma das maiores em sua área, criando espaços para que diversas temáticas presentes nas escolas, como a sexualidade, sejam discutidas, pois seu público-alvo é formado por pesquisadores que também são professores.

5. Objetivos

5.1 Objetivo Geral

Compreender como identidade de gênero e orientação sexual estão presentes nos programas de pós-graduação em Educação e/ou Ensino de Ciências das universidades públicas do Mato Grosso do Sul, como também, em todas as edições do ENPEC.

5.2 Objetivos Específicos

- Averiguar a inserção de identidade de gênero e orientação sexual nas pesquisas publicadas em todas as edições (1997-2023) do Encontro Nacional de Pesquisa em Educação em Ciências (ENPEC);
- Analisar as dissertações e teses defendidas dos programas de pós-graduação em Educação e/ou Ensino de Ciências das universidades públicas do Mato Grosso do Sul (UFMS, UFGD e UEMS) que abordem identidade de gênero e/ou orientação sexual, ocorrendo desde a sua criação desse programa, até a atualidade, bem como, identificar qual programa apresenta mais pesquisas englobando esses temas em cada universidade, como também, em todo o estado;
- Perceber quais epistemologias estão mais presentes nas pesquisas envolvendo identidade de gênero e orientação sexual nos programas de pós-graduação em Educação e/ou Ensino de Ciências das universidades públicas do Mato Grosso do Sul.

6. Aspectos Metodológicos

Essa pesquisa apresenta caráter qualitativo, visto que, a representatividade numérica não é o foco do trabalho, mas sim, a compreensão de um determinado grupo social, organização, entre outros (Gerhardt & Silveira, 2009).

Por meio de um Estado da Arte, metodologia essa reconhecida por investigar, mapear, inventariar e avaliar um determinado tema escolhido, percebendo aspectos e respondendo questões pré-estabelecidas no decorrer de um espaço temporal, ocorrendo em teses, dissertações, publicações em periódicos, anais de eventos, entre outros (Ferreira, 2002), que nesse caso, se caracteriza por levantar as dissertações e teses defendidas que envolvem identidade de gênero e/ou orientação sexual nos programas de pós-graduação em Educação e Ensino de Ciências das universidades públicas do Mato Grosso do Sul, bem como, as publicações de todas as edições do ENPEC.

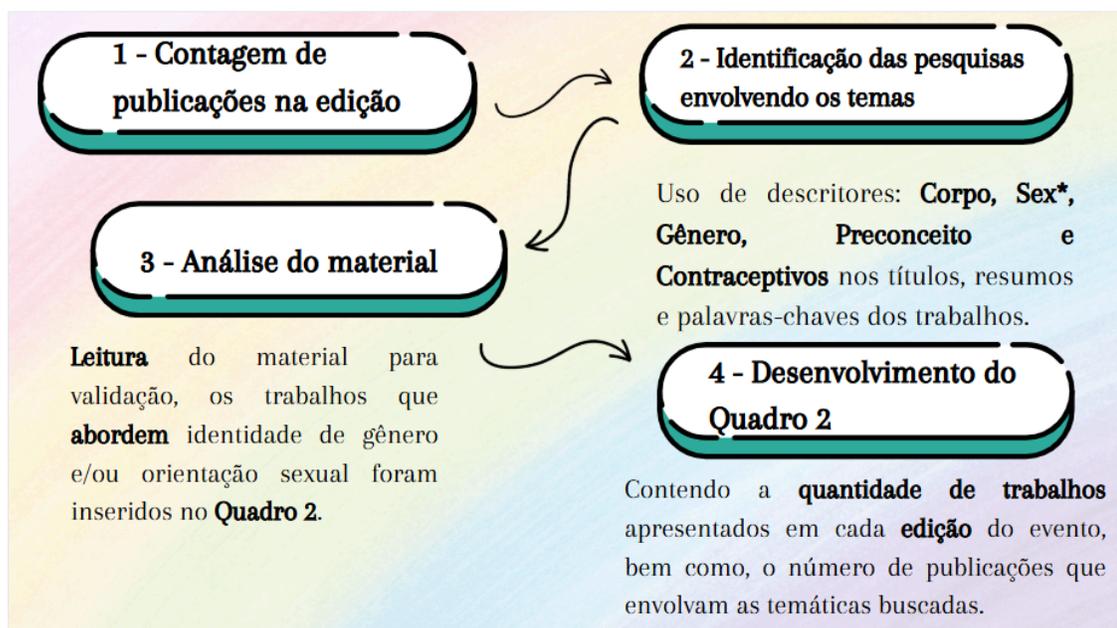
“[...] Estados da arte podem significar uma contribuição importante na constituição do campo teórico de uma área de conhecimento, pois procuram identificar os aportes significativos da construção da teoria e prática pedagógica, apontar as restrições sobre o campo em que se move a pesquisa, as suas lacunas de disseminação, identificar experiências inovadoras investigadas que apontem alternativas de solução para os problemas da prática e reconhecer as contribuições da pesquisa na constituição de propostas na área focalizada [...] (Romanowski, 2006, pág 39).

Iniciando com a sondagem no Encontro Nacional de Pesquisa em Educação em Ciências (ENPEC), evento esse conhecido por ser o mais relevante na área do Ensino de Ciências no Brasil. Esse levantamento bibliográfico ocorreu no site da ABRAPEC⁵, investigando todas as edições.

A sequência metodológica da sondagem do ENPEC dividiu-se em quatro etapas vistas na Fig. 12 elaborada pelo aplicativo *canva*.

Fig. 12 - Esquematização para as buscas no ENPEC.

⁵ Site da ABRAPEC - disponibilizado em < <https://abrapec.com/enpec-edicoes-antiores/> >.



Fonte: Autoria própria, 2024.

Dessa forma, iniciamos com uma contagem das publicações em cada edição, em seguida, foram utilizados os descritores “Corpo”, “Sex”, “Gênero”, “Preconceito” e “Contraceptivos” para identificar os trabalhos que abordaram as temáticas buscadas.

“[...] Um levantamento bibliográfico, para ser eficaz, precisa ser sistemático, abrangente e criterioso. Implica, portanto, a definição de palavras-chave, a busca em bases de dados relevantes, a seleção dos materiais mais pertinentes e a análise crítica das informações coletadas [...]” (Marconi; Lakatos, 2017, p. 185).

Na terceira fase, as pesquisas encontradas tiveram seus títulos, palavras-chave e resumos lidos, para a validação dos mesmos. Para os casos em que as temáticas de identidade de gênero e orientação sexual estivessem presentes, os trabalhos foram separados e inseridos no Quadro 2.

Por fim, desenvolveu-se o **Quadro 2**, evidenciando o número de publicações totais em cada edição do ENPEC, bem como, a quantidade de publicações envolvendo as temáticas buscadas em cada ano.

Outro ponto de suma importância a ser considerado é que tanto as apresentações orais, quanto as apresentações em painéis participaram desta pesquisa, havendo um somatório das duas formas de apresentação dentro do mesmo ano.

Esse tipo de metodologia fica dependendo única e exclusivamente da atualização do próprio site da ABRAPEC, responsáveis pelo desenvolvimento dos anais, o que limita a busca de dados

Já em relação às pesquisas de mestrados e doutorados em Educação e Ensino de Ciências das universidades públicas do Mato Grosso do Sul, sendo elas, a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), a Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) e a Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS) as buscas foram feitas nas plataformas das respectivas universidades:

- Portal da UFMS - <https://posgraduacao.ufms.br/portal/cursos/buscar>;
- Portal da UFGD - [Portal UFGD](#);
- Portais da UEMS - <https://posgraduacao.uems.br/> e <https://www.uems.br/ppg>;
- Biblioteca de Teses e Dissertações (BDTD) - <https://bdtb.ibict.br>.

A BDTD foi empregada em casos de uma não-atualização nos portais, sendo um mecanismo facilitador no processo de comparação e buscas. Nesses casos, a BDTD disponibiliza filtros para ajudar no encontro de trabalhos. Os filtros usados foram: “Tipo de Documento” (dissertação ou teses), “Instituição de Defesa” (UFGD e UFMS), pois, a UEMS não apresenta seus materiais na Biblioteca, “Programa de Pós-graduação” (Programas ditos anteriormente) e “Ano da Publicação” (totalidade).

Já que estamos falando de um levantamento de pesquisas de mestrado e doutorado, é nítido que o Catálogo de Dissertações e Teses da Capes, entretanto, a pesquisa foi focalizada apenas nas plataformas das universidades selecionadas, pois, além do Catálogo demorar no carregando das páginas, também foi priorizado a sondagem diretamente nas plataformas, visando entender se as mesmas estavam atualizadas.

Diante disso, participaram desta pesquisa 14 programas de pós-graduação das áreas de Educação e Ensino de Ciências, podendo ser vistos no Quadro 1 a seguir.

Quadro 1 - Programas de pós-graduação da área da Educação e Ensino de Ciências investigados.

Nº	Programas de pós-graduação	Nível	Instituição	Campus	Linhas de Pesquisa	Conceito Capes
1	Educação	Doutorado	UFMS	Campo Grande (CG)	Educação, Cultura, Sociedade; História, Políticas, Educação;	4

					Processos Formativos, Práticas Educativas, Diferenças.	
2	Educação Matemática	Doutorado	UFMS	Campo Grande (CG)	Ensino e aprendizagem da matemática; Formação de professores e currículo; História, Filosofia e Educação Matemática; Tecnologia e Educação Matemática.	5
3	Ensino de Ciências	Doutorado	UFMS	Campo Grande (CG)	Educação Ambiental; A construção do conhecimento em Ciências; Formação do professor de ciências.	4
4	Educação	Mestrado	UFMS	Campo Grande (CG)	Educação, Cultura, Sociedade; História, Políticas, Educação; Processos Formativos, Práticas Educativas, Diferenças.	4
5	Educação	Mestrado	UFMS	Corumbá	Gênero e sexualidades, cultura, educação e	4

					saúde; Políticas, práticas educacionais e exclusão/inclusão social; Práticas educativas, formação de professores(as)/educadores(as) em espaços escolares e não escolares.	
6	Educação	Mestrado	UFMS	Três Lagoas	Educação, Infâncias e diversidades; Formação de Professores e Políticas Públicas.	3
7	Educação Matemática	Mestrado	UFMS	Campo Grande (CG)	Ensino e aprendizagem da matemática; Formação de professores e currículo; História, Filosofia e Educação Matemática; Tecnologia e Educação Matemática.	5
8	Ensino de Ciências	Mestrado	UFMS	Campo Grande (CG)	Educação Ambiental; A construção do conhecimento em Ciências; Formação do	4

					professor de ciências.	
9	Educação	Doutorado	UFGD	Dourados	História da Educação, Memória e Sociedade; Políticas e Gestão da Educação; Educação e diversidade; Educação, Formação de Professores e Práticas Educativas.	5
10	Educação	Mestrado	UFGD	Dourados	História da Educação, Memória e Sociedade; Políticas e Gestão da Educação; Educação e diversidade; Educação, Formação de Professores e Práticas Educativas.	5
11	Ensino de Ciências e Matemática	Mestrado	UFGD	Dourados	Formação de professores em Ciências e Matemática; Ensino e Aprendizagem das Ciências e Matemática.	A - 3
12	Educação	Mestrado	UEMS	Paranaíba	Currículo, Formação de Professores e Diversidades;	3

					<p>Currículo, formação docente e diversidade;</p> <p>História, Sociedade e Educação;</p> <p>Linguagem, Educação e Cultura.</p>	
13	Educação	Mestrado Profissional	UEMS	Campo Grande	<p>Formação de Professores e Diversidade;</p> <p>Organização do Trabalho Didático.</p>	4
14	Educação Científica e Matemática	Mestrado Profissional	UEMS	Dourados	<p>Divulgação Científica e Ensino de Ciências;</p> <p>Epistemologia e Ensino de Ciências Naturais e Matemática;</p> <p>Educação Matemática;</p> <p>Ensino de Ciências.</p>	4

Fonte: autoria própria, 2024.

A partir disso, a sondagem nesses programas foi dividida em **seis (6) momentos**:

1. Abertura dos Portais das universidades, nas abas “Dissertações/Teses Defendidas” e/ou “Produções” no Menu do curso selecionado, por exemplo (Fig. 13);

Figura 13 - Menu do programa de Pós-graduação da UFGD.

MENU

O Curso

[Agenda de defesas](#)

[Avisos da secretaria do Programa](#)

[Aluno Especial](#)

[Avaliação do Curso](#)

[Bolsas](#)

[Corpo Discente](#)

[Corpo Docente](#)

[Disciplinas Ofertadas](#)

[Dissertações Defendidas](#)

Fonte: Portal da UFGD.

2. Contagem de todas as defesas feitas em cada programa, indo desde a criação do mesmo, até a atualidade. Com o somatório feito, foram desenvolvidos os Quadros 3, 4 e 5, contendo a quantidade de dissertações/teses defendidos em todos os seus anos, para cada programa selecionado, divididos nas universidades, assim, o **Quadro 3** é destinado aos programas da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), o **Quadro 4** para a Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) e o **Quadro 5** designado para a Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS). Em seguida, foi elaborado o **Quadro 6**, que traz apenas a totalidade de defesas em cada programa, servindo como um meio comparativo entre eles.
3. Identificação das dissertações/teses que contenham os conceitos de identidade de gênero e orientação sexual, com auxílio dos descritores: “Gênero”, “Sex”, “Diversidade”, “Preconceito”, “Trans”, “Homo”, “LGBT”. Os descritores foram selecionados de maneira que abrangessem uma maior possibilidade de dados, dessa forma “Gênero” foi escolhido por focalizar em um dos principais objetos analisados, já “Sex” seria uma junção entre “sexual”, “sexualidade”, “sexismo/sexista” e “sexo”. Aliando a pesquisa em uma vertente na área da educação para a diversidade, os descritores “Diversidade” e “Preconceito” foram

determinados para buscar trabalhos que tratem dessas temáticas vinculadas a outras esferas como a escola, família e a sociedade. Por fim, os descritores “Trans”, “Homo”, “LGBT” foram designados por enfatizarem os conceitos acerca das orientações sexuais os dos direitos dos grupos não-cishetero. A partir disso, fica possível elaborar o **Quadro 7**, especializado na participação de identidade de gênero e orientação sexual nesses programas, assim, evidenciando a totalidade de dissertações/teses em cada programa investigado, o número de dissertações/teses que abordam esses temas e os descritores utilizados para cada trabalho encontrado. Vale ressaltar que os títulos dessas pesquisas vão estar disponíveis nos Apêndices.

4. Separação e leitura do material encontrado para a validação do mesmo, analisando 3 elementos: os títulos, palavras-chave e resumo desses trabalhos, sendo essa a fase descarte de materiais não-necessários.
5. Por ser desenvolvida na linha de pesquisa “Ensino e Aprendizagem das Ciências e Matemática” do PPGECMat - UFGD, essa etapa da metodologia consiste em compreender se as dissertações e teses encontradas tratam de identidade de gênero e orientação sexual correlacionadas com a escola, mais precisamente com o corpo discente, assim, ocorrendo o desenvolvimento do **Quadro 8**, contendo os títulos de cada pesquisa registrada; a instituição de ensino vinculada; se é uma tese ou dissertação, a classificação da pesquisa em 4 categorias, para essa classificação foram utilizados os descritores: “Aluno - Estudantes”, “Escola” e “Professores” nos títulos, palavras-chave e resumos, para compreender o direcionamento dos trabalhos, desta forma, as categorias são: “Alunos/Estudantes” - Presença dos descritores “Alunos - Estudantes” na pesquisa; “Professores” - Presença do descritor “Professores”; “Escola” - Quando o descritor escola for registrado na pesquisa e “Nenhum” - Quando nenhum dos 3 descritores marcarem presença no trabalho. Diante disso, um mesmo trabalho pode ser classificado com mais de um descritor. Para a última coluna do Quadro 8, evidencia o referencial teórico por trás da pesquisa, assim, sendo necessário a leitura de cada trabalho encontrado.
6. Por fim, o **Quadro 9**, tem como foco a epistemologia Freireana nas pesquisas relacionando identidade de gênero e orientação sexual, diante disso, separando e listando os trabalhos que contenham Paulo Freire como referencial teórico no Quadro 8, bem como, elucidando

se a participação de Paulo Freire é apenas uma menção ou a fundamentação da pesquisa. Já em sua última coluna, pontua as obras Freireanas utilizadas na pesquisa.

Para o desenvolvimento dessa sondagem, levou-se em consideração algumas informações, tais como:

- As atualizações dessas plataformas são de responsabilidade da direção dos mesmos;
- O levantamento de dados iniciou em 03/02/2024, durando até 05/06/2024, assim, defesas realizadas depois dessa data não participaram da pesquisa;
- Quando um determinado programa não apresentar pesquisas que tratam desses conteúdos, um “(—)” foi usado para representar a quantidade zero, o mesmo acontece em casos de uma não-atualização.
- A determinação do foco apenas para as pesquisas produzidas em programas de pós-graduação das universidades públicas ocorreu pelo fato de que as mesmas tem como intuito formar cidadãos capacitados, uma vez que, a luta contra todos os tipos de preconceitos, seja ele a homofobia, transfobia, machismo, racismo, entres outros, e a laicidade fazem parte principal do caráter desse tipo de instituição. Além disso, as universidades públicas, apresentam uma responsabilidade em sintetizar conhecimentos que beneficiem a sociedade, sendo utilizadas como ferramentas para a perpetuação dos direitos humanos (Chauí, 2001).

7. Resultados e discussões

Iniciando com as buscas nas publicações do ENPEC, como visto no Quadro 2, foram apresentados 12.056 trabalhos no Encontro Nacional de Pesquisa em Educação em Ciências (ENPEC) entre 1997 e 2023, desses, 229 contêm as temáticas investigadas. O que corresponde a 1,89%.

Quadro 2 - Quantidade de trabalhos apresentando nos últimos 20 anos de ENPEC.

Ano	Edição	Totalidade de Publicações	Totalidade de Publicações envolvendo Identidade de Gênero e/ou Orientação Sexual
1997	I ENPEC	128	0
1999	II ENPEC	163	0
2001	III ENPEC	236	5
2003	IV ENPEC	451	4
2005	V ENPEC	739	9
2007	VI ENPEC	601	7
2009	VII ENPEC	693	15
2011	VIII ENPEC	1.235	20
2013	IX ENPEC	1.526	23
2015	X ENPEC	1.768	14
2017	XI ENPEC	1.335	32
2019	XII ENPEC	1.246	44
2021	XIII ENPEC	895	26
2023	XIV ENPEC	1040	30
—	Total	12.056	229

Fonte: autoria própria, 2024.

Identidade de gênero e orientação sexual estão cada vez mais ganhando notoriedade, participando de localidades que geralmente os invisibiliza, e em relação ao ENPEC, não seria diferente, pois, mesmo que ausentes nas duas primeiras edições, é notório que essa participação foi aumentando ao longo dos anos, alcançando 23 trabalhos na 9ª edição (IX ENPEC), bem

como, a totalidade de publicações cresceu no decorrer dessas edições, saindo de 128 trabalhos no I ENPEC para 1.526 no IX ENPEC.

Importante pontuar que o X ENPEC (2015) teve como proposta o dossiê “As políticas educacionais e Educação em Ciências: impactos na pesquisa, no ensino e na formação profissional”, assim, possibilitando que diversos conteúdos que atingem os estudantes e pesquisadores sejam discutidos, como a homofobia, transfobia e misoginia, entretanto, a quantidade de trabalhos que abordem esses temas foi a menor ao se comparar com as últimas 8 edições do ENPEC, mesmo contendo um valor significativo de publicações.

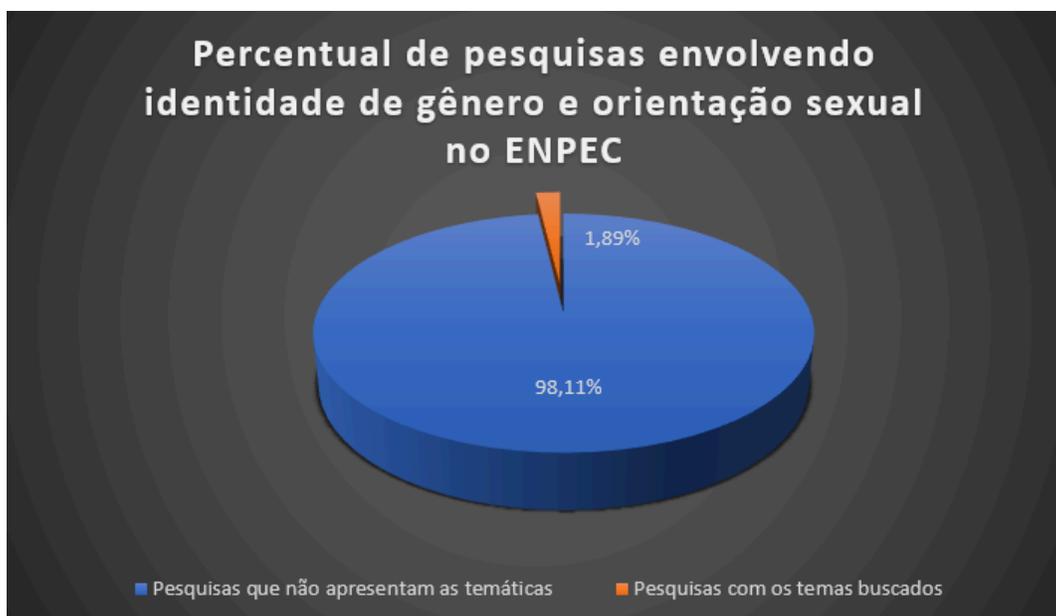
O XI ENPEC (2017) continha mesas redondas e debates que tratam dessas questões como o “Abandono Escolar” e o “Desafios e Evolução da Inclusão Escolar”, ainda assim, apenas 32 trabalhos das 1.335 publicações envolvem esses conceitos.

A partir de 2007, ocorreu um crescimento constante no número de trabalhos publicados, consequentemente muitas pautas foram mais aprofundadas, um exemplo disso é o XII ENPEC, que se caracteriza por conter uma quantidade maior de publicações encontradas em todas as edições, atingindo 44 trabalhos, ocorrendo devido ao dossiê: “XII ENPEC: Educação em Ciências: Diferença, Justiça Social e Democracia”, desta maneira, trazendo conceitos de identidade de gênero e orientação sexual com mais relevância.

Em suas duas últimas edições, foram registradas respectivamente 26 (2021) e 30 (2023) apresentações com esses temas, mesmo contendo propostas de dossiê como “A centralidade da pesquisa em educação em ciências em tempos de movimentos de não-ciência: interação, comunicação e legitimação” no XIII ENPEC e “Pensar o conhecimento, agir em sociedade” no XIV ENPEC, mesmo assim, a inserção desses temas foi relativamente baixa, ao se comparar com anos anteriores.

Essas discrepâncias na inclusão desses temas também podem ser observados no Gráfico 1 a seguir.

Gráfico 1 - Percentual de pesquisas envolvendo identidade de gênero e orientação sexual no ENPEC.



Fonte: autoria própria (2024).

O que é preocupante, uma vez que, esse evento tem como público-alvo pesquisadores que também são docentes, logo, circunstâncias presentes nas realidades dos estudantes que são problemáticas nas escolas, como a própria sexualidade, deveriam ser melhor trabalhados, entretanto, não é o que acontece.

Adentrando a investigação nos mestrados e doutorado em Educação e Ensino de Ciências das universidades públicas do estado de Mato Grosso do Sul, sendo elas: a Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS), a Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) e a Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul (UEMS).

A Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) é disposta de 73 cursos de pós-graduação a nível Mestrado e Doutorados separados em seus 5 *campus*: Aquidauana, Chapadão do Sul, Campo Grande, Corumbá e Três Lagoas, com alguns *campus* às pós-graduação sendo de nível de Especialização. Desses 73 cursos, unicamente 8 são da área da Educação ou Ensino de Ciências.

Como visto no Quadro 3, nesses 8 cursos da UFMS foram defendidos 1.351 trabalhos, sendo 272 teses e 1.079 dissertações. Com o destaque para o Mestrado e Doutorado em Educação em Campo Grande, que não apenas são os programas mais antigos entre os investigados da UFMS, como também, são os que mais apresentam dissertações e teses defendidas, totalizando respectivamente 457 e 181, que ao comparar com os demais programas percebe-se que 42,3% das dissertações e 66,5% das teses foram defendidas nesses 2 programas.

Quadro 3 - Quantidade de dissertações e teses dos programas em Educação e Ensino de Ciências da UFMS.

Ano	Doutorado em Educação - CG	Doutorado em Educação Matemática - CG	Doutorado em Ensino de Ciências - CG	Mestrado em Educação - CG	Mestrado em Educação - Corumbá	Mestrado em Educação - Três Lagoas	Mestrado em Educação Matemática - CG	Mestrado em Ensino de Ciências - CG
1990 - 2007	—	—	—	198	—	—	—	—
2008	1	—	—	26	—	—	—	—
2009	11	—	—	21	—	—	8	4
2010	11	—	—	17	—	—	11	14
2011	12	—	—	22	12	—	14	10
2012	20	—	—	11	5	—	9	11
2013	13	—	—	14	8	—	9	10
2014	8	—	—	13	13	—	17	10
2015	12	—	—	5	10	—	16	9
2016	13	—	—	15	11	—	12	17
2017	9	—	—	10	24	—	16	10
2018	5	3	—	13	22	—	14	21
2019	5	9	—	16	11	—	10	15
2020	14	10	4	11	14	—	17	6
2021	12	4	12	23	16	20	10	15
2022	12	9	13	18	17	17	17	2
2023	20	8	9	17	21	21	13	12
TOTAL	181	46	45	457	188	66	200	168

Fonte: Autoria própria (2024).

Os doutorados em “Educação Matemática” e “Ensino de Ciências” e o mestrado em “Educação” do *campus* Três Lagoas são programas mais recentes, por isso, o número de defesas foi menor em relação aos demais.

Seguindo para a UFGD, a mesma é situada no município de Dourados/MS, na Rodovia Dourados/Itahum, Km. 12, com o CEP (79801-015), fundada em 2005 com a separação da

Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, através da Lei nº 11.153, de 29 de julho de 2005. Nos tempos atuais, o regime administrativo da instituição foi estabelecido pela Resolução COUNI nº 163 de 2019 (Universidade Federal da Grande Dourados, 2024).

A UFGD desenvolveu o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) levando em conta as demandas sociais do município de Dourados, bem como, de outros em seu entorno, popularmente denominado Grande Dourados, alcançando um raio de aproximadamente 400 mil habitantes, totalizando 15% da população do estado do Mato Grosso do Sul (Gumiero, 2019).

De acordo com o “Portal: Pós-graduação da UFGD” disponível em: < [Portal UFGD](#) >, no contexto da Pós-graduação, a UFGD oferece 25 cursos de nível Mestrado e 11 de Doutorado, entretanto, no contexto da Educação e/ou Ensino de Ciências, esse número se reduz para 3 cursos.

No Quadro 4 a seguir, fica possível observar que na UFGD foram defendidas 440 pesquisas, sendo 331 dissertações e 109 teses, com o destaque para o mestrado em “Educação”, que além de ser o curso mais antigo entre os selecionados, também é responsável por 70,68% dessas defesas.

Quadro 4 - Quantidade de dissertações e teses dos programas em Educação e Ensino de Ciências da UFGD.

Ano	Mestrado em Educação	Mestrado em Educação	Mestrado em Ensino de Ciências e Matemática
2008	—	12	—
2009	—	16	—
2010	—	18	—
2011	—	23	—
2012	—	18	—
2013	—	19	—
2014	8	17	—
2015	11	21	—
2016	9	21	—
2017	13	22	—
2018	14	14	—
2019	22	23	—

2020	7	14	—
2021	8	23	14
2022	8	13	6
2023	9	14	—
2024	—	23	—
Total	109	311	20

Fonte: autoria própria (2024).

O mestrado em “Ensino de Ciências e Matemática” atingiu apenas 20 defesas por ter sido criado em 2021, em que durante esse levantamento, as turmas de 2022 e 2023 estavam no processo de qualificações, defesas e realização das disciplinas.

Já a Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul (UEMS) contém 34 cursos de pós-graduação, divididos em 2 Doutorados, 9 mestrados acadêmicos, 8 mestrados profissionais e 15 especializações, separadas em nove *campus* distintos, sendo eles: Aquidauana, Campo Grande, Cassilândia, Dourados, Mundo Novo, Maracaju, Naviraí, Paranaíba e Ponta Porã.

Como observado no Quadro 5, desta universidade participaram 3 programas, neles, foram defendidas 529 pesquisas, com os mestrados em “Educação”, *campus* Paranaíba, “Educação” de Campo Grande e o “Educação Científica e Matemática”, *Campus* Dourados, contendo respectivamente 229, 207 e 93 dissertações defendidas. Assim, o programa em “Educação”, *campus* Paranaíba, não apenas é o curso mais antigo entre esses, como também, é o que mais apresenta defesas entre os averiguados dessa instituição, contendo 43,28% desses trabalhos.

Quadro 5 - Quantidade de dissertações e teses dos programas em Educação e Ensino de Ciências da UEMS.

Ano	Mestrado em Educação - Paranaíba	Mestrado Profissional em Educação - CG	Mestrado Profissional em Educação Científica
2011	15	—	—
2012	20	—	—
2013	20	—	—
2014	25	—	—
2015	24	19	—
2016	—	20	—
2017	—	20	16

2018	15	26	12
2019	27	26	11
2020	16	22	17
2021	16	21	13
2022	18	21	13
2023	30	23	10
2024	3	9	1
Total	229	207	93

Fonte: autoria própria (2024).

Já que os programas investigados não forneciam o total de suas defesas, esses quadros anteriores serviram para que esse valor fosse encontrado, visto que, para falar que alguma temática seja ou não incipiente nesses programas, antes, é preciso salientar acerca da totalidade de defesas nele.

A partir deles, fica possível vislumbrar o Quadro 6, contendo a totalidade de defesas em cada programa escolhido. Assim, nesses 14 programas investigados, foram defendidas 2.320 pesquisas, sendo 381 teses e 1939 dissertações.

Quadro 6 - Totalidade de defesas dos programas em Educação e/ou Ensino de Ciências das universidades públicas do Mato Grosso do Sul.

Nº	Programa de Pós-graduação	Instituição/<i>Campus</i>	Total de Defesas desde a criação até a atualidade
1	Doutorado em Educação	UFMS (Campo Grande)	181
2	Doutorado em Educação Matemática	UFMS (Campo Grande)	46
3	Doutorado em Ensino de Ciências	UFMS (Campo Grande)	45
4	Mestrado em Educação	UFMS (Campo Grande)	457
5	Mestrado em Educação	UFMS (Corumbá)	188
6	Mestrado em Educação	UFMS (Três Lagoas)	66
7	Mestrado em Educação Matemática	UFMS (Campo Grande)	200

8	Mestrado em Ensino de Ciências	UFMS (Campo Grande)	168
9	Doutorado em Educação	UFGD (Dourados)	109
10	Mestrado em Educação	UFGD (Dourados)	311
11	Mestrado em Ensino de Ciências e Matemática	UFGD (Dourados)	20
12	Mestrado em Educação	UEMS (Paranaíba)	229
13	Mestrado Profissional em Educação	UEMS (Campo Grande)	207
14	Mestrado Profissional em Educação Científica e Matemática	UEMS (Dourados)	93
—	Total de defesas dos programas de Educação e/ou Ensino de Ciências das Universidades públicas do Mato Grosso do Sul	—————	2.320

Fonte: autoria própria (2024)

Em uma vertente comparativa, os 5 programas que mais apresentam pesquisas defendidas foram exclusivamente os de nível mestrado, sendo eles respectivamente: O mestrado em “Educação” da UFMS, *campus* Campo Grande, com 457 dissertações defendidas, sendo esse, o programa dentro das áreas pesquisadas com mais defesas de todo o estado; O mestrado em “Educação” da UFGD com 311 defesas; Mestrado em “Educação” da UEMS, *campus* Paranaíba, com 289 pesquisas; Mestrado Profissional em “Educação” da UEMS, *campus* Campo Grande, com 207 dissertações e o Mestrado em “Educação Matemática” da UFMS (CG) com 200 trabalhos defendidos em todos os seus anos. Então, no contexto apenas das dissertações, esses cursos também são os que mais apresentam pesquisas defendidas.

Já em relação às teses, destacam-se o Doutorado em “Educação” da UFMS, *campus* Campo Grande, contendo 181 trabalhos defendidos, seguido do Doutorado em “Educação” da UFGD com 109 pesquisas e o Doutorado em “Educação Matemática” da UFMS, *campus* Campo Grande, com 46 teses defendidas em todos os seus anos.

Com exceção do mestrado em “Educação” da UEMS - Paranaíba que possui Conceito Capes 3, os demais apresentam notas entre 4 e 5 nesse quesito, consideradas excelentes, assim,

elucidando a importância desses cursos não apenas em suas instituições, como também, no estado, na região e em todo país.

Com o uso dos descritores, percebeu-se que das 2.320 pesquisas defendidas nesses programas, apenas 39 delas contém orientação sexual e/ou identidade de gênero presentes nessas pesquisas. Resultando em 1,68%.

No Quadro 7 a seguir, é possível observar a distribuição desses 39 registros nos cursos investigados, bem como, perceber se algum curso não apresenta defesas envolvendo os temas.

Os títulos dessas pesquisas encontradas no Quadro 7 estão disponíveis nos Apêndices.

Dos 14 programas investigados, 5 deles sequer apresentaram uma defesa acerca dos temas buscados, sendo eles, o Doutorado em Educação Matemática (UFMS), Doutorado em Educação (UFGD), Mestrado em Ensino de Ciências e Matemática (UFGD), Mestrado em Educação Matemática (UFMS), *Campus* Campo Grande, e o Mestrado Profissional em Educação Científica e Matemática (UEMS), *Campus* Dourados.

Quadro 7 - Dissertações e teses envolvendo identidade de gênero ou sexualidade nos programas em educação ou ensino de ciências nas universidades públicas do Mato Grosso do Sul.

Nº	Programas de pós-graduação.	Totalidade de dissertações ou teses defendidas no programa	Quantidade de pesquisas envolvendo os temas	Descritor Registrado para cada pesquisa encontrada
1	Doutorado em Educação (UFMS), <i>Campus</i> Campo Grande	181	3	1. “Homo”, “Sex”, “Preconceito”; 2. “Sex”, “LGBT”, “Preconceito”, “Gênero”; 3. “Trans”, “Sex”.
2	Doutorado em Educação Matemática (UFMS), <i>Campus</i> Campo Grande	46	—	—
3	Doutorado em Ensino de Ciências (UFMS), <i>Campus</i> Campo Grande	45	1	1. “Sex”, “Homo”, “Gênero”, “Trans”, “Diversidade”.

4	Mestrado em Educação (UFMS), <i>Campus</i> Campo Grande	457	3	<ol style="list-style-type: none"> 1. “Sex”, “Trans”; 2. “Homo”, “Sex”, “Gênero”, “Diversidade”; 3. “Gênero”, “Sex”, “Diversidade”;
5	Mestrado em Educação (UFMS), <i>Campus</i> Corumbá	188	5	<ol style="list-style-type: none"> 1. “Gênero”, “Sex”; 2. “Trans”, “Sex”, “Preconceito”; 3. “Diversidade”, “Sex”, “Gênero”, “LGBT”; 4. “Gênero”, “Sex”; 5. “Gênero”, “Sex”;
6	Mestrado em Educação (UFMS), <i>Campus</i> Três Lagoas	66	2.	<ol style="list-style-type: none"> 1. “Trans”, “Sex”, “Diversidade”, “Gênero”, “Preconceito”; 2. “Gênero”, “Sex”, “Homo”, “Diversidade”.
7	Mestrado em Educação Matemática (UFMS), <i>Campus</i> Campo Grande	200	—	—

8	Mestrado em Ensino de Ciências (UFMS), <i>Campus</i> Campo Grande	168	1	1. “Gênero”, “Sex”.
9	Doutorado em Educação (UFGD)	109	—	—
10	Mestrado em Educação (UFGD)	311	3	1. “Gênero”, “Sex”; 2. “Gênero”, “Sex”; 3. “Sex”.
11	Mestrado em Ensino de Ciências e Matemática (UFGD)	20	—	—
12	Mestrado em Educação (UEMS), <i>Campus</i> Paranaíba	229	17	1. “Sex”; 2. “Gênero”, “Sex”; 3. “Sex”; 4. Gênero”, “Diversidade”, “Sex”; 5. “Homo”, “LGBT”, “Sex”, “Preconceito”, “Gênero”, “Diversidade”; 6. “Sex”, “Diversidade”; 7. “Trans”, “Sex”, “Gênero”, “Diversidade”; 8. “Gênero”, “Sex”, “Diversidade”; 9. “Gênero”, “Sex” “Diversidade”; 10. “LGBT”, “Sex” “Gênero”, “Diversidade”; 11. “Trans”,

				<p>“Sex”, “Preconceito”, “Gênero”, “Diversidade”;</p> <p>12. “Gênero”, “Sex”, “Preconceito”;</p> <p>13. “Gênero”, “Sex”, “Diversidade”;</p> <p>14. “Trans”, “Sex”, “Gênero”;</p> <p>15. “LGBT”, “Homo”, “Preconceito”, “Diversidade”;</p> <p>16. “Gênero”, “Diversidade”, “Sex”, “Preconceito”;</p> <p>17. “Homo”, “Sex”, “Diversidade”.</p>
13	Mestrado Profissional em Educação (UEMS), <i>Campus</i> Campo Grande	207	4	<p>1. “LGBT”, “Preconceito”, “Sex”, “Homo”, “Gênero”.</p> <p>2. “Sex”, “Homo”, “LGBT”, “Gênero”.</p> <p>3. “Sex”, “Homo”, “Diversidade”;</p> <p>4. “Sex”, “Gênero”, “LGBT”, “Trans”.</p>
14	Mestrado Profissional em Educação Científica	93	—	—

	e Matemática (UEMS), <i>Campus</i> Dourados			
—	Total	2.320	39	122 descritores registrados “Gênero” - (28) “Sex” - (38) “Diversidade” - (19) “Trans” - (9) “Preconceito” - (10) “Homo” - (10) “LGBT” - (8)

Fonte: autoria própria (2024)

Dessas 39 pesquisas defendidas, 4 eram teses e 35 dissertações. Em um olhar comparativo entre as universidades, desses 39 trabalhos, 15 foram defendidos na UFMS, 3 na UFGD, por fim, a UEMS sobressai com 21 defesas encontradas.

O Mestrado em Educação (UEMS), *Campus* Paranaíba, se destaca, não apenas entre os programas da mesma instituição, como também, de todo o estado do Mato Grosso do Sul, por ser o programa que mais apresenta defesas encontradas, contendo 17 pesquisas. Isso aconteceu provavelmente por causa de uma de suas linhas de pesquisa chamada “Currículo, Formação de Professores e Diversidades”, “Currículo, formação docente e diversidade” e “História, Sociedade e Educação”, assim, possibilitando que esses temas sejam mais facilmente inclusos.

O uso de descritores no desenvolvimento desta pesquisa foi fundamental, uma vez que, auxiliaram diretamente no levantamento de dados e na identificação dos trabalhos encontrados. Sabendo que em um mesmo trabalho pode ser registrado mais de um descritor, desta maneira, esses 39 trabalhos foram identificados com ajuda de 122 descritores registrados, distribuídos em: (38) - “Sex”; (28) - “Gênero”; (19) - “Diversidade”; (10) - “Preconceito”; (10) - “Homo”; (9) - “Trans” e (8) - “LGBT”. Diante disso, os descritores “Sex” e “Gênero” alcançaram um maior número de aparições.

Interessante perceber que a representação da comunidade trans nesses trabalhos é extremamente baixa, visto que, das 2.320 pesquisas, o descritor “Trans” registrou apenas 9 trabalhos, o que evidencia a negligência e a invisibilização que esses corpos sofrem.

O Quadro 8 a seguir mostrará o envolvimento desses 39 trabalhos encontrados com a escola, bem como, evidencia o referencial teórico da pesquisa.

Quadro 8 - Envolvimento das pesquisas encontradas com o ambiente escolar e o seu referencial teórico.

—	Títulos	Instituição	Dissertações/ Teses	Categorias: “Alunos/Estudantes”, “Professores”, “Escola” ou “Nenhum”	Referencial Teórico da pesquisa
1	“Discursos Científicos Sobre a Homofobia no Processo de Escolarização: Enunciados e Problematizações”	UFMS	Tese	“Escola”	Foucault (1985, 1988, 1995, 1999, 2004, 2008, 2010a, 2010b)
2	“A Heteronormatividade em Questão no Espaço Escolar”	UFMS	Tese	“Alunos/Estudantes”, “Professores”	Foucault (2006, 2008a, 2008b, 2010a, 2010b, 2010c, 2014, 2015, 2016, 2017)
3	“Acesso de Transexuais e Travestis à Educação Superior”	UFMS	Tese	“Nenhum”	Nancy Fraser (2006, 2007, 2009, 2017, 2022)
4	“Formação Inicial Docente em Educação para Sexualidade nos Cursos de Ciências Biológicas no Mato Grosso do Sul”	UFMS	Tese	“Nenhum”	Foucault (2010, 2014, 2015, 2016) e Paulo Freire (1970)
5	“Sobre a educação aqüendada: uma análise da relação entre a identidade sexual travesti e o processo de	UFMS	Dissertação	“Escola”	Foucault (1988, 2005, 2006), Michael Warner (1993), Eve K. Sedgwick (1997), David M. Halperin (1995), e Judith

	educação formal”				Butler (1990, 1993, 2004)
6	“Diversidade e Experiência: Uma Investigação sobre Professores Homossexuais e suas Vivências no Espaço Escolar”	UFMS	Dissertação	“Professores”, “Escola”	Paulo Freire (2000, 2018, 2014)
7	“Disputas em Torno das Questões de Gênero e Sexualidade: Um Estudo Sobre o Processo de Aprovação do Plano Municipal de Educação de Campo Grande - PME (2015-2024)”	UFMS	Dissertação	“Escola”	Fernandes (2012, 2017, 2018) e Antonio Gramsci (1980, 1981, 2020)
8	“Corpo e Questões de Gênero e Sexualidade nas Atividades Circenses em uma Escola de Corumbá/MS”	UFMS	Dissertação	“Alunos/Estudantes”, “Professores”, “Escola”	Foucault (1999, 2008a, 2008b) e Judith Butler (2003, 2007, 2010)
9	“As trajetórias de “jovens trans” na fronteira Brasil/Bolívia: (in)visibilidade nas escolas públicas de Corumbá (MS)”	UFMS	Dissertação	“Escola”	Judith Butler (2003, 2006, 2010)
10	“A escola ignora essas questões!” O silêncio em relação à diversidade sexual e de gênero e as	UFMS	Dissertação	“Alunos/Estudantes”, “Escola”	Antonio Carlos Gil (2010, 2012), Louro (1994, 1997, 2004, 2008, 2011, 2018), Triviños (1987)

	discriminações contra a população LGBT em âmbito escolar”				e Paulo Freire (2018)
11	“As Pedagogias de Gênero e de Sexualidades no Desenho animado Steven Universo”	UFMS	Dissertação	“Nenhum”	Carmen Rial (2004) e Bell Hooks (2021)
12	“As identidades de Gênero da Criança e a sua Relação Com a Escola Produzidas pelo Blog Oficial e Projetos de Lei do “Escola Sem Partido”	UFMS	Dissertação	“Escola”	Louro (1996, 1998, 2000, 2007) e Paulo Freire
13	“A biografia de uma professora transexual em Brasília/MS: diálogos formativos e percursos sobre a diversidade sexual”	UFMS	Dissertação	“Professores”, “Escola”	Judith Butler (2015), Louro (1997, 2007) e Foucault (1979, 2014)
14	“Maternidades Lésbicas e Subversividades : Identidades de Gêneros em Contextos Adversos”	UFMS	Dissertação	“Nenhum”	Bell Hooks (1952, 2017), Louro (2014, 2018), Kant e Judith Butler (2018, 2020)
15	“Os Saberes Sobre Gênero e Sexualidade na Formação Inicial e Continuada de Professoras e Professores de Ciências da Rede Municipal de Ensino de Campo Grande	UFMS	Dissertação	“Alunos/Estudantes”, “Escola”, “Professores”	Bourdieu (1989, 1998, 2001), Figueiró (1995, 1996, 1998, 2001), Louro (1998, 2000, 2014, 2019) e Paulo Freire (2018, 2019)

	-MS”				
16	“Memórias de Infância de Professoras da Educação Infantil: Gênero e Sexualidade”	UFGD	Dissertação	“Professores”, “Escola”	Foucault (2007, 2009)
17	“Concepções de Gênero, Sexualidade e Corpo Apresentadas nos Livros Didáticos de Ciências de Carlos Barros (1980-1990)”	UFGD	Dissertação	“Nenhum”	Foucault (1985, 1998)
18	“O Enunciado “Educação Sexual” em Escolas Estaduais de Naviraí - MS (1998-2021): História e Discursos”	UFGD	Dissertação	“Professores”, “Escola”	Foucault (1988, 1996, 2006, 2008)
19	“Educação, memória e sexualidade: narrativas dos professores e profissionais de saúde sobre a educação sexual e a formação docente”	UEMS	Dissertação	“Professores”, “Escola”	Freud (1969, 1976, 1996a, 1996b), Foucault (1988, 2002, 1996), Ribeiro (1990, 2004, 2009), Louro (1997, 1999, 2000)
20	“Relação de gênero e sexualidade: narrativas de professoras e de crianças de uma escola pública de tempo integral, Goiás”	UEMS	Dissertação	“Professores”, “Escola”	Paulo Freire (1996, 2000), Foucault (1987, 1992, 1993, 2007) e Freud (1940, 1976, 1994, 1996)
21	“Sexualidade e currículo: a educação sexual no currículo	UEMS	Dissertação	“Professores”, “Escola”	Freud (1969, 1973, 1976, 1996) e Foucault (1997,

	oficial do estado de São Paulo para o Ensino Médio”				1999a, 1999b)
22	“Gênero, diversidade sexual e educação: considerações de professores da educação básica no município de Paranaíba – MS”	UEMS	Dissertação	“Alunos/Estudantes”, “Professores”, “Escola”	Foucault (1999, 2010, 2012), Judith Butler (2003, 2013), Freud (1996), Bell Hooks (2013)
23	“Vozes (des)veladas... Memórias de homossexuais sobre práticas escolares”	UEMS	Dissertação	“Professores”, “Escola”	Foucault (1974, 1979, 1984, 1986, 1987, 1988, 2001, 2003, 2005, 2013), Judith Butler (1993), Louro (2007, 2008, 2009, 2015), Bourdieu (2002, 2003, 2005)
24	“Corpo, Sexualidade e Resistências: o contraste entre as propostas dos projetos denominados "Escola sem partido" e as perspectivas foucaultianas”	UEMS	Dissertação	“Escola”	Foucault (1979, 1998, 1999a, 1999b, 2000, 2003, 2004a, 2004b, 2008, 2010)
25	“Memórias de Professoras Transexuais no Leste de Mato Grosso do Sul”	UEMS	Dissertação	“Professores”, “Escola”	Paulo Freire (1987, 2001) e Louro (1997, 2000, 2002)
26	“Desconstrução de discursos discriminatórios sobre a diversidade de expressão da	UEMS	Dissertação	“Escola”, “Alunos/Estudantes”	Paulo Freire (1996) Foucault (1984, 1996, 1999, 2006, 2008) e Louro (1997,

	sexualidade e da identidade de gênero expressos entre alunos e alunas do ensino médio”				2000, 2001, 2013)
27	“Trabalhadoras Lésbicas em Instituições Escolares: Histórias de Vida no Leste de Mato Grosso do Sul”	UEMS	Dissertação	“Escola”	Foucault (1988) e Louro (2000, 2003, 2012)
28	“Gênero a Currículo Escolar: a Representação de Gênero no Currículo Escolar do Ensino Fundamental I de Paranaíba/MS, Sob a Perspectiva da Justiça Curricular”	UEMS	Dissertação	“Escola”, “Alunos/Estudantes”, “Professores”	Moscovici (1978) e Orlandi (1992, 1994, 1996, 2000, 2007, 2009, 2011)
29	“Travestis e Transsexuais no Mercado do Sexo em Três Lagoas/MS”	UEMS	Dissertação	“Escola”	Andrade (2012), Duque (2009), Jesus (2012), Maira (2016), Orlandi (2005), Foucault (1988), Benedetti (2005), Pelúcio (2005), Bento (2011) e Louro (2013)
30	“Representações da Sexualidade e dos Gêneros Através dos Grafitos em uma Ambiência Escolar”	UEMS	Dissertação	“Escola”	Foucault (1979) e Chauí (2001)

31	“É Menino Homem ou Menina Mulher?”: Abordagens de Gênero e Sexualidade na Educação do/no Campo”	UEMS	Dissertação	“Professores”, “Alunos/Estudantes”	Foucault (1987, 2013, 2015) e Louro (2010, 2014, 2018a, 2018b)
32	“Práticas de Gestão Escolar e o Uso do Nome Social como um Direito Fundamental em Escolas Públicas da Rede Estadual de Uma Região Paulista”	UEMS	Dissertação	“Escola”, “Alunos/Estudantes”	Foucault (1986, 2002, 2012), Paulo Freire (1996), Louro (1997, 2000, 2007, 2009, 2015) e Judith Butler (2000, 2003, 2011, 2015)
33	“Prevenção ao Suicídio, Diversidades e Políticas Públicas em Paranaíba/MS”	UEMS	Dissertação	“Alunos/Estudantes”, “Escola”	Judith Butler (2000, 2015, 2019) e Foucault (1987, 2000, 2010)
34	“A Responsabilidade e Ética de Gestores/as Escolares Por um Currículo na Perspectiva do Gênero E das Sexualidades em Escolas da CRE-10, Leste de Mato Grosso do Sul”	UEMS	Dissertação	“Escola”	Foucault (1985, 1996, 2002, 2013, 2014), Louro (2000, 2001, 2004, 2007, 2009, 2012), Judith Butler (2003, 2011, 2018), Colling (2018)
35	“Dentro ou Fora do Armário: Discursos de Professores Homossexuais”	UEMS	Dissertação	“Professores”	Orlandi (1984, 1996, 2007, 2009, 2011), Coracini (2007) e Foucault (1977a, 1977b, 1979, 1995, 1996, 1999, 2001, 2004, 2008)
36	“Vozes de	UEMS	Dissertação	“Escola”,	Paulo Freire

	Estudantes do Ensino Médio Sobre a LGBTfobia em uma Escola Estadual em Campo Grande, MS”			“Alunos/Estudantes”	(1996), Judith Butler (2003), Foucault (1971, 1988, 1998, 2008) e Louro (1997, 2000, 2001)
37	“Vozes de Estudantes e Docentes sobre Sexualidade e Homofobia na Escola: Construção de um Espaço de Reflexão Sobre Sexualidades Não-Heteronormativas”	UEMS	Dissertação	“Professores”, “Escola”, “Alunos/Estudantes”	Foucault (1979, 2015), Judith Butler (2015, 2019)
38	“As Diferenças (Des)Encontradas na Sala de Aula: as Artes Cênicas Emancipando o eu, o/a Outro/a e o Nós”	UEMS	Dissertação	“Escola”, “Alunos/Estudantes”	Foucault (1975, 1988, 2001), (2012) e Paulo Freire (1987, 2000, 2006, 2019)
39	“Identidade Sexual e de Gênero no Espaço Escolar: Narrativas de Professores/es LGBTQ+, Campo Grande - MS”	UEMS	Dissertação	“Professores”, “Escola”,	Foucault (1999) e (2020)
—	Total	—	—	“Alunos/Estudantes” - (13) “Professores” - (18) “Escola” - (31) “Nenhum” - (5)	—

Fonte: Autoria própria, 2024.

Em relação a distribuição desses descritores nas 39 pesquisas encontradas, sabendo que em um mesmo trabalho pode ser registrados mais de 1 único descritor, como visto no Quadro 8, “Escola” foi o mais abrangente, marcando presença em 31 trabalhos, seguido de “Professores” e “Alunos/Estudantes”, contendo respectivamente 18 e 13 aparições. Por fim, 5 pesquisas foram

classificadas na categoria “Nenhum” por não registrarem os descritores selecionados, ou seja, das 39 pesquisas, apenas 34 abordam identidade de gênero e orientação sexual vinculados com o ambiente escolar.

Em sua última coluna, exibe os referenciais teóricos por trás de cada pesquisa, visando encontrar a epistemologia Freireana, assim, dessas 39 pesquisas, a epistemologia Foucaultiana foi a mais presente, participando de 29 trabalhos, seguido de Louro, Judith Butler e **Paulo Freire**, com respectivamente 15, 12 e 11 aparições.

Esses 11 trabalhos, 10 dissertações e uma tese, foram separados e inseridos no Quadro 9, contendo os títulos; se essa epistemologia participou da fundamentação da pesquisa ou se apenas foi mencionada/citada, bem como, apresentando as obras Freireanas utilizadas pelos. Os links dos respectivos trabalhos do Quadro 9 estão disponíveis nos Apêndices.

Quadro 9 - Epistemologia Freireana nas pesquisas envolvendo identidade de gênero e orientação sexual.

—	Pesquisas relacionando a epistemologia de Paulo Freire com identidade de gênero e orientação sexual	Menção/Fundamentação	Obras Freireanas utilizadas
1	“Formação Inicial Docente em Educação para Sexualidade nos Cursos de Ciências Biológicas no Mato Grosso do Sul”	Fundamentação	Mencionou a obra <i>Pedagogia do Oprimido</i> , como uma das primeiras para uma Educação Crítica. FREIRE, Paulo. <i>Pedagogia do Oprimido</i> . 12. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra , 1987.
2	“Diversidade e Experiência: Uma Investigação sobre Professores Homossexuais e suas Vivências no Espaço Escolar”	Menção	FREIRE, P. Seminário “Educação e justiça social: um diálogo com Paulo Freire”. In: Paulo Freire; Ana Maria Araújo Freire; Walter Ferreira de Oliveira. <i>Pedagogia da solidariedade</i> . 1. ed. São Paulo: Paz e Terra , 2014, p. 21-40. FREIRE, P. <i>Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa</i> . 56. ed. São Paulo: Paz e Terra , 2018. FREIRE, P. Educação e esperança. In: Paulo Freire. <i>Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos</i> . 1. ed. São Paulo: Editora UNESP , p. 51-54. 2000. FREIRE, P. O papel educativo das igrejas na América Latina. In: Paulo Freire. <i>Ação cultural para a liberdade: e outros escritos</i> . 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra , 1981, p. 95-114.

3	“A escola ignora essas questões!” O silêncio em relação à diversidade sexual e de gênero e as discriminações contra a população LGBT em âmbito escolar”	Menção	FREIRE, P. <i>Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa</i> . 56. ed. São Paulo: Paz e Terra , 2018.
4	“As identidades de Gênero da Criança e a sua Relação Com a Escola Produzidas pelo Blog Oficial e Projetos de Lei do “Escola Sem Partido”	Menção	FREIRE, P. <i>Pedagogia do oprimido</i> . 67. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra , 2019.
5	“Os Saberes Sobre Gênero e Sexualidade na Formação Inicial e Continuada de Professoras e Professores de Ciências da Rede Municipal de Ensino de Campo Grande -MS”	Fundamentação	FREIRE, P. <i>Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa</i> . 56. ed. São Paulo: Paz e Terra , 2018. FREIRE, P. <i>Pedagogia do oprimido</i> . 67. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra , 2019.
6	“Relação de gênero e sexualidade: narrativas de professoras e de crianças de uma escola pública de tempo integral, Goiás”	Menção	FREIRE, P. <i>Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa</i> . São Paulo: Paz e Terra , 1996. FREIRE, P. <i>Pedagogia da Indignação: Cartas Pedagógicas e Outros Escritos</i> . São Paulo: Editora UNESP , 2000.
7	“Memórias de Professoras Transexuais no Leste de Mato Grosso do Sul”	Menção	FREIRE, Paulo. <i>Pedagogia do oprimido</i> . 29. ed. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra , 1987 FREIRE, Paulo. Política e educação: ensaios . 5. ed. São Paulo: Cortez, 2001. (Coleção Questões de Nossa Época; v. 23).
8	“Desconstrução de discursos discriminatórios sobre a diversidade de expressão da sexualidade e da identidade de gênero expressos entre alunos e alunas do ensino médio”	Menção	FREIRE, Paulo. <i>Pedagogia da Autonomia: Saberes Necessários à Prática Educativa</i> . São Paulo: Paz e Terra , 1996.
9	“Práticas de Gestão Escolar e o Uso do Nome Social como um Direito Fundamental em Escolas Públicas da Rede Estadual de Uma Região Paulista”	Menção	FREIRE, Paulo. <i>Pedagogia da Autonomia: Saberes Necessários à Prática Educativa</i> . São Paulo: Paz e Terra , 1996.
10	“Vozes de Estudantes do	Menção	FREIRE, Paulo. <i>Pedagogia da Autonomia:</i>

	Ensino Médio Sobre a LGBTfobia em uma Escola Estadual em Campo Grande, MS”		Saberes Necessários à Prática Educativa. São Paulo: Paz e Terra , 1996.
11	“As Diferenças (Des)Encontradas na Sala de Aula: as Artes Cênicas Emancipando o eu, o/a Outro/a e o Nós”	Fundamentação	FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. 12. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra , 1987. FREIRE, Paulo. Pedagogia da Esperança. 13. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra , 2006. FREIRE, Paulo. Pedagogia da Indignação : Cartas Pedagógicas e Outros escritos. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

Fonte: Autoria própria (2024).

Dessas 11 pesquisas que contém Paulo Freire, 8 delas o trazem como menção, sem um aprofundamento, e as outras 3 o abordam de forma mais fundamentada.

As obras Freireanas mais exploradas foram a “Pedagogia da Autonomia”, presente em 7 dos 11 trabalhos; “Pedagogia do Oprimido”, encontrada em 5 dessas 11 pesquisas e “Pedagogia da Indignação”, com 3 aparições.

O primeiro trabalho é a tese “*Formação inicial docente em educação para a Sexualidade nos cursos de Ciências Biológicas de Mato Grosso do Sul*”, nessa pesquisa o objetivo foi investigar a sexualidade dos/nos currículos da formação inicial docente em ciências biológicas no Mato Grosso do Sul, com o foco voltado a descrição e análise de como e se sexualidade é abordada nos currículos da formação inicial docente em ciências biológicas nas Universidades públicas no Mato Grosso do Sul. Nessa direção, Paulo Freire tem sua obra – Pedagogia do Oprimido – mencionada como intelectual da educação crítica e atuando diretamente nesse delineamento.

A dissertação “*Diversidade e Experiência: Uma Investigação sobre Professores Homossexuais e suas Vivências no Espaço Escolar*” teve como objetivo investigar, através das vivências dos docentes homossexuais, como as expressões de sexualidade e identidade de gênero acontecem nos âmbitos escolares, vinculadas com experiências discriminatórias ou não. Essa mesma pesquisa, se inicia como um Estado do Conhecimento referente a homossexualidade e as pesquisas em Educação, com foco nas invisibilizações sofridas por pesquisas acadêmicas sobre a homossexualidade. Paulo Freire fundamenta essa pesquisa, por meio de seus discursos que visam a igualdade e que lutam contra os diferentes tipos de preconceito presentes nas escolas, como

também, que o educador precisa compreender seu papel nesse processo. Esse trabalho foi o que mais mencionou diferentes obras de Freire, como a Pedagogia da Autonomia; do Oprimido; da Solidariedade; da Esperança e da Indignação.

O terceiro trabalho encontrado foi a dissertação *“A escola ignora essas questões!” O silêncio em relação à diversidade sexual e de gênero e as discriminações contra a população LGBT em âmbito escolar*”, foi o trabalho em que Freire atuou menos, servindo apenas para uma simples citação “Formação humana, visão de mundo, diálogo e educação: a atualidade de Paulo Freire e Martin Buber”.

Já a dissertação *“As identidades de Gênero da Criança e a sua Relação Com a Escola Produzidas pelo Blog Oficial e Projetos de Lei do “Escola Sem Partido”* tinha como objetivo problematizar que identidades de gênero da criança são produzidas pela “Escola sem Partido” no blog oficial e Projetos de lei apresentados em municípios do Mato Grosso do Sul e sua relação com a escola. A “Pedagogia do Oprimido” foi empregada para auxiliar no desenvolvimento do questionário e das entrevistas semiestruturadas das autoras, ou seja, serviu como um suporte metodológico.

A quinta pesquisa foi a *“Os Saberes Sobre Gênero e Sexualidade na Formação Inicial e Continuada de Professoras e Professores de Ciências da Rede Municipal de Ensino de Campo Grande -MS”* teve como objetivo investigar os discursos de docentes de ciências que atuam nos anos finais do Ensino Fundamental na REME em Campo Grande, por meio de um questionário com questões abertas e fechadas sobre gênero e sexualidade. Freire entrou para auxiliar nas discussões sobre os saberes fundamentais à prática docente e da formação de professores, bem como, uma educação crítica e reflexiva, juntamente com o referencial teórico de Tardif (2021), que discute os saberes docentes e a formação profissional.

O trabalho *“Relação de gênero e sexualidade: narrativas de professoras e de crianças de uma escola pública de tempo integral, Goiás”* teve como objetivo entender como acontece a constituição das relações de sexualidade e de identidade de gênero para crianças em uma Escola de Tempo Integral, promovendo uma reflexão acerca desses temas nos professores. Esse trabalho foi fundamentado em vários autores, entre eles, Freire, com a “Pedagogia da Indignação” e “Pedagogia da Autonomia” reforçando sobre o *“Saber Ingênuo”* expresso pelas vivências de professoras que não aplicam um rigor científicos em suas aulas de gênero e sexualidade.

A dissertação *“Memórias de Professoras Transexuais no Leste de Mato Grosso do Sul”* tinha como objetivo conhecer a história de vida de professoras trans, oriundas de Cassilândia e Paranaíba, municípios do leste de Mato Grosso do Sul, por meio de entrevistas embasadas em seus contextos familiares, culturais, vivências, escolarização e formação, através de suas memórias narradas, transcritas e analisadas. Nessa pesquisa, Freire entra de forma sucinta, porém como implementador de uma educação igualitária, em que os estudantes são ativos e essenciais no processo de escolarização. Neste trabalho, as falas das entrevistadas são correlacionadas com alguns autores, entre eles, Freire.

A oitava pesquisa foi a dissertação *“Desconstrução de discurso discriminatórios sobre a diversidade de expressão da sexualidade e da identidade de gênero expressos entre alunos alunas do ensino médio”*. A Pedagogia da Autonomia é mencionada para enfatizar a atuação docente, como mecanismo à frente das situações, evitando a neutralidade e incentivando a participação ativa na relação professor/aluno, reforçando o posicionamento politizado dos professores.

Em seguida, a dissertação *“Práticas de Gestão Escolar e o uso do Nome Social como um Direito Fundamental em Escolas Públicas da Rede Estadual de uma Região Paulista”*, ressalta que a educação é uma forma de intervenção no mundo e que a maneira em que ensinamos um conteúdo poderá reforçar o pensamento de uma classe dominante ou desmascarar o seu papel desumanizador, visto que, os conteúdos não são neutros. Assim, A *“Pedagogia da Autonomia”* é uma obra ideal para ser pontuada nesta pesquisa, uma vez que, na mesma Freire aborda que *“Não posso ser professor se não percebo cada vez melhor que, por não poder ser neutra, minha prática exige de mim uma definição”*, bem como, outros pontos essenciais.

A dissertação de mestrado profissional denominada *“Vozes de Estudantes do Ensino Médio Sobre a LGBTfobia em uma Escola Estadual em Campo Grande, MS”* menciona a Teoria do Conhecimento de Paulo Freire para defender que somos sujeitos no gerúndio, ou seja, estamos sempre em construção. Somos sujeitos afetivos, históricos e culturais. E que precisamos combater todas as formas que violentam nossa existência. Diante disso, A *“Pedagogia da Autonomia”* em seu primeiro capítulo apresenta um tópico chamado *“1.7 – Ensinar exige risco, aceitação do novo e rejeição a qualquer forma de discriminação”*, que disserta exatamente sobre o papel docente frente a esses casos de preconceito.

Por fim, o último trabalho analisado, foi a dissertação “*As diferenças (Des)Encontradas na Sala de Aula: as Artes Cênicas Emancipando o eu, o/a Outro/a e o Nós*”, foi a pesquisa que mais se debruçou nas obras de Paulo Freire para fundamentar a pesquisa. Nela a Teoria do Conhecimento de Paulo Freire apontou para a importância da práxis docente. Que a educação precisa possibilitar que nossos estudantes possam fazer leituras de mundo numa perspectiva crítica e transformadora. Na pesquisa, o conceito de *dialogicidade* emergiu como uma estratégia metodológica para construção de uma consciência crítica/política sobre tudo que fere nossa existência no mundo.

Essa vigente pesquisa é disposta de 3 objetivos específicos, que no decorrer desta dissertação foram todos alcançados.

O primeiro objetivo foi referente a participação desses temas nos trabalhos apresentados em todas as edições do ENPEC (1997-2023), descobrindo que das 12.056 publicações, 229 os abordam, resultando em 1,89%, o que considero extremamente preocupante e alarmante, pois, o ENPEC é o maior evento de Ensino de Ciências do país, assim, esperava-se uma presença mais significativa desses saberes.

Já o segundo objetivo é referente a inserção desses temas nos mestrados e doutorados em Educação e/ou Ensino de Ciências das universidades públicas do Mato Grosso do Sul (MS), bem como, identificar qual programa apresenta mais pesquisas envolvendo as temáticas investigadas em cada universidade averiguada e em todo o estado. Adentrando aos resultados, avistou-se que dentro desses 14 programas analisados foram defendidas 2.320 pesquisas, em que 39 (4 teses e 35 dissertações) continham os temas buscados, o que novamente foi considerado problemático. Nesse quesito o mestrado em Educação (UEMS), *campus* Paranaíba, se destaca, não apenas entre os programas da mesma instituição, como também, de todo o estado do Mato Grosso do Sul, por ser o que mais apresenta defesas encontradas, com 17 pesquisas.

O terceiro e último objetivo específico foi identificar quais dessas pesquisas apresentam a epistemologia de Paulo Freire como referencial teórico, como também, identificar as obras Freireanas utilizadas, no qual dessas 39 pesquisas envolvendo identidade de gênero e orientação sexual, Freire é presente em 11 delas, 8 apenas como menção/citação e 3 como a fundamentação da pesquisa, com suas obras mais presentes sendo a “*Pedagogia da Autonomia*”, “*Pedagogia do Oprimido*” e “*Pedagogia da Indignação*”, com respectivamente 7, 5 e 3 aparições nessas 11 pesquisas.

Mostrando assim, que mesmo tendo um repertório de obra suficiente para fundamentar pesquisas na área da sexualidade, permitindo realizar leituras críticas sobre essas questões e ao mesmo tempo correlaciona-las com papel da escola e do professor frente, ainda assim, Freire não foi prioridade como referencial, pois, menos de um terço (1/3) dessas pesquisas citam obras Freireanas.

Considerações Finais

Ao retornamos a questão de pesquisa que fundamenta essa pesquisa, sendo ela: Como as temáticas de identidade de gênero e orientação sexual foram presentes nas pesquisas de mestrados e doutorados em Educação e Ensino de Ciências das universidades públicas do Mato Grosso do Sul, bem como, nas ATAS do ENPEC? e com ajuda dos dados, é perceptível que em ambos os casos essa inserção foi incipiente, pois, tanto no ENPEC (1,89%), quanto nos mestrados e doutorado em Educação e Ensino de Ciências (1,68%), essa participação não ultrapassou em 2% de suas totalidades

Esses valores são preocupantes, uma vez que, os mestrados e doutorados em Educação e Ensino de Ciências, como também, o ENPEC, deveriam de alguma forma articular preceitos que atinjam diretamente o ambiente escolar, bem como, a sociedade, como por exemplo, as discussões sobre a sexualidade e as identidades humanas, intercalando esses saberes com a realidade de seus alunos, assim, combatendo as diferentes manifestações de preconceito como o racismo, a misoginia, a homofobia, transfobia, entre outros, que tanto são presentes nos espaços escolares.

Diante dos dados expostos, é crucial que os organizadores do ENPEC, bem como, os programas analisados, principalmente para os 5 que sequer apresentam alguma pesquisa com esses temas, reavaliem suas estruturas, suas linhas pesquisas e/ou seus dossiês, para que assim, portas se abram para que esses temas sejam mais presentes.

Defendo que essas discussões aconteçam em eventos como o ENPEC e nos mestrados e doutorados, para assim, atrair mais pesquisadores e conseqüentemente mais pesquisas com esses temas, visto que, futuras pesquisas são necessárias para veicular acerca da complexidade humana, bem como, auxiliar na criação de uma formação permanente de professores e na elaboração de práticas e materiais pedagógicos que problematizem e evidenciem os diferentes tipos de discriminação existentes no ambiente escolar.

Por fim, reforço que essas discussões não podem ser finalizadas apenas na finalização desta dissertação, sendo preciso ultrapassar barreiras até que cheguem em outros mestrados e doutorados, e assim, esse cenário consiga ir em um caminho diferente do que encontramos hoje, pois, entendemos que a baixa quantidade de trabalhos envolvendo identidade de gênero e orientação sexual colabora diretamente no crescimento da invisibilidade, marginalização, intolerância e violência de corpos não-heteros.

Agradecimentos

- Ao Sitawi/Carrefour pelo fomento da bolsa de pesquisa e permanência;
- Ao PPGECMat e UFGD, pela oportunidade de realizar essa dissertação;
- A minha orientadora Regiani Magalhães de Oliveira Yamazaki por todas as orientações e suporte até aqui.

,Apêndices

Pesquisas que abordem identidade de gênero e orientação sexual dispostas no Quadro 7

- **Doutorado em Educação (UFMS), *Campus Campo Grande* -**

1. “Discursos Científicos Sobre a Homofobia no Processo de Escolarização: Enunciados e Problematizações” - 2016;
2. “A Heteronormatividade em Questão no Espaço Escolar” - 2021;
3. “Acesso de Transexuais e Travestis à Educação Superior” - 2023.

- **Doutorado em Ensino de Ciências (UFMS), *Campus Campo Grande***

1. “Formação Inicial Docente em Educação para Sexualidade nos Cursos de Ciências Biológicas no Mato Grosso do Sul” - 2021.

- **Mestrado em Educação (UFMS), *Campus Campo Grande***

1. “Sobre a educação aqüendada: uma análise da relação entre a identidade sexual travesti e o processo de educação formal” - 2011;
2. “Diversidade e Experiência: Uma Investigação sobre Professores Homossexuais e suas Vivências no Espaço Escolar” - 2020;
3. “Disputas em Torno das Questões de Gênero e Sexualidade: Um Estudo Sobre o Processo de Aprovação do Plano Municipal de Educação de Campo Grande - PME (2015-2024)” - 2021;

- **Mestrado em Educação (UFMS), *Campus Corumbá***

1. “Corpo e Questões de Gênero e Sexualidade nas Atividades Circenses em uma Escola de Corumbá/MS” - 2017;
2. “As trajetórias de “jovens trans” na fronteira Brasil/Bolívia: (in)visibilidade nas escolas públicas de Corumbá (MS)” - 2018;
3. “A escola ignora essas questões!” O silêncio em relação à diversidade sexual e de gênero e as discriminações contra a população LGBT em âmbito escolar” - 2020;
4. “As Pedagogias de Gênero e de Sexualidades no Desenho animado Steven Universo” - 2021;
5. “As identidades de Gênero da Criança e a sua Relação Com a Escola Produzidas pelo Blog Oficial e Projetos de Lei do “Escola Sem Partido” - 2021;

- **Mestrado em Educação (UFMS), *Campus Três Lagoas***

1. “A biografia de uma professora transexual em Brasilândia/MS: diálogos formativos e percursos sobre a diversidade sexual” - 2021;
2. “Maternidades Lésbicas e Subversividades: Identidades de Gêneros em Contextos Adversos” - 2022.

- **Mestrado em Ensino de Ciências (UFMS), *Campus Campo Grande***

1. “Os Saberes Sobre Gênero e Sexualidade na Formação Inicial e Continuada de Professoras e Professores de Ciências da Rede Municipal de Ensino de Campo Grande -MS” - 2021;

- **Mestrado em Educação (UFGD)**

1. “Memórias de Infância de Professoras da Educação Infantil: Gênero e Sexualidade” - 2008;

2. “Concepções de Gênero, Sexualidade e Corpo Apresentadas nos Livros Didáticos de Ciências de Carlos Barros (1980-1990)” - 2011;
3. “O Enunciado “Educação Sexual” em Escolas Estaduais de Naviraí - MS (1998-2021): História e Discursos” - 2021.

● **Mestrado em Educação (UEMS), *Campus Paranaíba***

1. “Educação, memória e sexualidade: narrativas dos professores e profissionais de saúde sobre a educação sexual e a formação docente” - 2011;
2. “Relação de gênero e sexualidade: narrativas de professoras e de crianças de uma escola pública de tempo integral, Goiás” - 2012;
3. “Sexualidade e currículo: a educação sexual no currículo oficial do estado de São Paulo para o Ensino Médio” - 2012;
4. “Gênero, diversidade sexual e educação: considerações de professores da educação básica no município de Paranaíba – MS” - 2013;
5. “Vozes (des)veladas... Memórias de homossexuais sobre práticas escolares” - 2013;
6. “Corpo, Sexualidade e Resistências: o contraste entre as propostas dos projetos denominados "Escola sem partido" e as perspectivas foucaultianas” - 2015;
7. “Memórias de Professoras Transexuais no Leste de Mato Grosso do Sul” - 2015;
8. “Desconstrução de discursos discriminatórios sobre a diversidade de expressão da sexualidade e da identidade de gênero expressos entre alunos e alunas do ensino médio” - 2015;
9. “Trabalhadoras Lésbicas em Instituições Escolares: Histórias de Vida no Leste de Mato Grosso do Sul” - 2018;
10. “Gênero a Currículo Escolar: a Representação de Gênero no Currículo Escolar do Ensino Fundamental I de Paranaíba/MS, Sob a Perspectiva da Justiça Curricular” - 2018
11. “Travestis e Transsexuais no Mercado do Sexo em Três Lagoas/MS” - 2019
12. “Representações da Sexualidade e dos Gêneros Através dos Grafitos em uma Ambiência Escolar”- 2020
13. “É Menino Homem ou Menina Mulher?": Abordagens de Gênero e Sexualidade na Educação do/no Campo” - 2020;
14. “Práticas de Gestão Escolar e o Uso do Nome Social como um Direito Fundamental em Escolas Públicas da Rede Estadual de Uma Região Paulista” - 2023;
15. “Prevenção ao Suicídio, Diversidades e Políticas Públicas em Paranaíba/MS” - 2023;
16. “A Responsabilidade Ética de Gestores/as Escolares Por um Currículo na Perspectiva do Gênero E das Sexualidades em Escolas da CRE-10, Leste de Mato Grosso do Sul” - 2023;
17. “Dentro ou Fora do Armário: Discursos de Professores Homossexuais” - 2024.

● **Mestrado Profissional em Educação (UEMS), *Campus Campo Grande***

1. “Vozes de Estudantes do Ensino Médio Sobre a LGBTfobia em uma Escola Estadual em Campo Grande, MS” - 2019;
2. “Vozes de Estudantes e Docentes sobre Sexualidade e Homofobia na Escola: Construção de um Espaço de Reflexão Sobre Sexualidades Não-Heteronormativas” - 2019;
3. “As Diferenças (Des)Encontradas na Sala de Aula: as Artes Cênicas Emancipando o eu, o/a Outro/a e o Nós” - 2020;
4. “Identidade Sexual e de Gênero no Espaço Escolar: Narrativas de Professores/es LGBTQ+, Campo Grande - MS” - 2024

Pesquisas relacionando a epistemologia de Paulo Freire com identidade de gênero e orientação sexual (Quadro 9).

1. “Formação Inicial Docente em Educação para Sexualidade nos Cursos de Ciências Biológicas no Mato Grosso do Sul” - https://repositorio.ufms.br/bitstream/123456789/4139/1/Tese_Cristiano_UFMS_versaultima.pdf;
2. “Diversidade e Experiência: Uma Investigação sobre Professores Homossexuais e suas Vivências no Espaço Escolar” - <https://repositorio.ufms.br/bitstream/123456789/4369/1/MARLLON%20CACERES.pdf>
3. “A escola ignora essas questões!” O silêncio em relação à diversidade sexual e de gênero e as discriminações contra a população LGBT em âmbito escolar” - <https://ppgecpn.ufms.br/files/2020/11/Disserta%C3%A7%C3%A3o-Jessica-Pereira-Casali.pdf>
4. “As identidades de Gênero da Criança e a sua Relação Com a Escola Produzidas pelo Blog Oficial e Projetos de Lei do “Escola Sem Partido” - <https://ppgecpn.ufms.br/files/2021/07/Yasmin-Serra-Lino-Disserta%C3%A7%C3%A3o-Finalizada-28.06.2021.pdf>.
5. “Os Saberes Sobre Gênero e Sexualidade na Formação Inicial e Continuada de Professoras e Professores de Ciências da Rede Municipal de Ensino de Campo Grande -MS” - <https://repositorio.ufms.br/bitstream/123456789/4279/1/Vers%C3%A3o%20Final%20Disserta%C3%A7%C3%A3o%20.pdf>.
6. “Relação de gênero e sexualidade: narrativas de professoras e de crianças de uma escola pública de tempo integral, Goiás” - <https://biblioteca.uems.br/publicos/download/96467>
7. “Memórias de Professoras Transexuais no Leste de Mato Grosso do Sul” - https://www.oasisbr.ibict.br/vufind/Record/BRCRIS_4f226609500053065cd5bf149d43c8bc
8. “Desconstrução de discursos discriminatórios sobre a diversidade de expressão da sexualidade e da identidade de gênero expressos entre alunos e alunas do ensino médio” - <https://biblioteca.uems.br/publicos/download/104234>
9. “Práticas de Gestão Escolar e o Uso do Nome Social como um Direito Fundamental em Escolas Públicas da Rede Estadual de Uma Região Paulista” - <https://posgraduacao.uems.br/uems-sigpos/portal/trabalho-arquivos/download/3612>
10. “Vozes de Estudantes do Ensino Médio Sobre a LGBTfobia em uma Escola Estadual em Campo Grande, MS” - https://drive.google.com/file/d/1hbHuyHHsCqAn_IneTs6_rdIWCnn99-OY/view
11. “As Diferenças (Des)Encontradas na Sala de Aula: as Artes Cênicas Emancipando o eu, o/a Outro/a e o Nós” - <https://drive.google.com/file/d/19V8taxKcDswQhh5uOZNB-jybLFn8U1m3/view>

Referências Bibliográficas

ABRAI, Associação Brasileira Intersexo. **O que é ser Intersexo**. Disponível em < https://abrai.org.br/informacoes-e-recursos/definicao-de-intersexo/#_ftnref1 > Acesso em 20/03/2025.

ABOUID, P. O; JOSEPHSON, J. Z. A. Fissuras Nos Espaços Público E Político: Um Olhar Pelo Perfil De Érika Hilton No Twitter. **ASAS DA PALAVRA**, v. 20, n. 1, p. 225-244, 2023.

ACNUR. **Diretrizes sobre Proteção Internacional n. 01**. Perseguição baseada no Gênero, no contexto do Artigo 1A(2) da Convenção de 1951 e/ou Protocolo de 1967 relativos ao Estatuto dos Refugiados. 2002a. Disponível em < <http://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/BDL/2014/9738.pdf?view> >. Acesso em 25/09/2023.

Actually Intersex. **O que é o Intersexo**, 2015. Disponível em < <https://actuallyintersex.tumblr.com/post/107932248229/i-have-mrkh-and-also-id-as-both-intersex-and> >.

ALMEIDA, G. "'Homens trans': novos matizes na aquarela das masculinidades?." **Revista Estudos Feministas**, 513-523, 2012.

ALTER, A; HARRIS, E. A. **Proibição de livros sobre raça e gênero nos EUA Faz pressão sobre escolas e bibliotecas**, 2023. Disponível em < <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2022/02/proibicao-de-livros-sobre-raca-e-genero-nos-eu-a-faz-pressao-sobre-escolas-e-bibliotecas.shtml> > acesso em 13/06/2023.

ALVES, R. O. **A Constituição De Inéditos-Viáveis Na Formação Continuada De Professores Que Ensinam Matemática**. 2016. Disponível em < <https://sites.pucgoias.edu.br/pos-graduacao/mestrado-doutorado-educacao/wp-content/uploads/sites/61/2018/05/REJANE-DE-OLIVEIRA-ALVES.pdf> > Acesso em 29/07/2024.

ANTRA, Associação Nacional de Travestis e Transexuais. **Brasil é o país que mais mata pessoas trans e travestis pelo 14º ano seguido**, 2022. Disponível em < [Notícias – Associação Nacional de Travestis e Transexuais \(antrabrasil.org\)](#) >. Acesso em 11/06/2023.

ANTRA, Associação Nacional de Travestis e Transexuais. **Antra Lança Nota Técnica Sobre O Uso Do Banheiro Por Pessoas Trans**, 2023. Disponível em < <https://antrabrasil.org/noticias/> >. Acesso em 25/09/2023.

ANTRA, Associação Nacional de Travestis e Transexuais. **História**, 2000 Disponível em < <https://antrabrasil.org/historia/> > Acesso em 08/09/2024.

ANTRA, Associação Nacional de Travestis e Transexuais: **Dossiê - Assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2024**. Brasil, 2025. ISBN: 978-65-986036-1-8,

Disponível em < <https://antrabrazil.org/wp-content/uploads/2025/01/dossie-antra-2025.pdf> >. Acesso em 03/02/2025.

APA. **Report of the Task Force of the American Psychological Association on Gender Identity and Gender Variance** Washington, 2009: APA, Disponível em < <https://www.apa.org/pi/lgbt/resources/policy/gender-identity-report.pdf> > Acesso em 25/09/2023.

AYA, G. **Jean Wyllys relembra homofobia durante BBB 5: “Eu tratava todos bem”**. CNN Brasil, 2025. Acesso em 24/01/2025. Disponível em < <https://www.cnnbrasil.com.br/entretenimento/jean-wyllys-relembra-homofobia-durante-bbb-5-eu-tratava-todos-bem/> >.

BAGAGLI, B. P. **"Orientação sexual na identidade de gênero a partir da crítica da heterossexualidade e cisgeneridade como normas"**, Letras escreve 7.1, 137-16, 2017.

BARBIÉRI, L. F; LIMA, K; HOLANDA, R. **Comissão da Câmara aprova projeto para proibir casamento entre pessoas do mesmo sexo**. G1, 2023, disponível em < <https://g1.globo.com/politica/noticia/2023/10/10/comissao-da-camara-aprova-projeto-para-proibir-casamento-entre-pessoas-do-mesmo-sexo.ghtml> > Acesso em 11/10/23.

BARBOSA, A. K S, *et al.* **Gênero Fluído: A Autopercepção Da Construção De Identidade De Gênero Fluído Nos Padrões Normativos**, 2019.

BARBOSA, I. I. **Trajetórias e experiências de pessoas não-binaries: Reflexões teóricas para a construção de uma agenda de pesquisa**. Revista Zabelê, Teresina, Brasil, v. 4, n. 1, 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufpi.br/index.php/revzab/article/view/4339> . Acesso em: 21 mar. 2025.

BARIFOUSE, R. **STF aprova a criminalização da homofobia**. BBC News, 2019. Disponível em < <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-47206924> > Acesso em 08/09/2024.

BENTO, B. **A Reinvenção do Corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual**. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

BENTO, Souza. **Quem era Santrosa, cantora decapitada em Mato Grosso**. CNN BRASIL, 2024. Disponível em < <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/quem-e-santrosa-cantora-decapitada-em-mato-grosso/> >. Acesso em 20/01/2025.

BERNARDINO, S. M. L. **O Papel das experiências adversas precoces na construção da identidade assexual** (Doctoral dissertation), 2022.

BIAL, P. **BBB: O Documentário**. Rede Globo/Globo Play, 2025. Disponível em , <https://globoplay.globo.com/bbb-o-documentario/t/Dh57pTsRLH/> >.

BLAKEMORE, E. **Revolta de Stonewall deu origem ao movimento atual pelos direitos LGBTQ+**, National Geographic Brasil, 2021. Disponível em < [Revolta de Stonewall deu origem ao movimento atual pelos direitos LGBTQ+ | National Geographic \(nationalgeographicbrasil.com\)](https://nationalgeographicbrasil.com) > Acesso em 09/10/23.

BORTOLINI, A. **Diversidade sexual e de gênero na escola** - Uma perspectiva Intercultural e Interrelacional. Revista Espaço Acadêmico, v. 11, 2011.

BRASIL, Câmara Municipal de Dourados (MS): **LEI Nº 5.073**, 2023. Disponível em: < <https://www.camaradourados.ms.gov.br/noticia/sancionada-lei-de-juscelino-que-impede-sexualizacao-de-menores-em-eventos-publicos> >. Acesso em 09/10/2023.

BRASIL, Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Organização do texto: Juarez de Oliveira. 4. ed. São Paulo: **Saraiva**, 1990.

BRASIL, Conselho Federal de Medicina. **RESOLUÇÃO CFM nº 1.652/2002**, 2002. Disponível em < https://sistemas.cfm.org.br/normas/arquivos/resolucoes/BR/2002/1652_2002.pdf > Acesso em 08/09/2024.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei 9.394/96. Brasília: Imprensa Oficial, Diário Oficial, v. 134, n. 248, 1996.

BRASIL, Ministério da Educação. **CNJ aprova resolução que obriga cartórios a realizar casamento homoafetivo**, 2013. Disponível em < <https://www.gov.br/mdh/pt-br/sdh/noticias/2013/maio/cnj-aprova-resolucao-que-obriga-cartorios-a-realizar-casamento-homoafetivo> > Acesso em 08/09/2024.

BRASIL, Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania. **OMS retira transexualidade da lista de doenças e distúrbios mentais**, 2018. Disponível em < <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2018/junho/organizacao-mundial-da-saude-retira-a-transexualidade-da-lista-de-doencas-e-disturbios-mentais> > Acesso em 08/09/2024.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Brasília: MEC/SEF, 1997.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018.

BRASIL. **Projeto de Lei do Senado nº 134/2018**. Institui o Estatuto da Diversidade Sexual e de Gênero. Senado federal. Disponível em < [documento \(senado.leg.br\)](https://www.senado.leg.br) > Acesso em: 24 set. 2023.

BRISA, M. **RuPaul's Drag Race: entenda o que é, como funciona e quem apresenta**. O POVO, 2021. Disponível em < <https://www.opovo.com.br/vidaarte/2021/08/26/rupaul-s-drag-race-entenda-o-que-e-como-funciona-e-quem-apresenta.html> > Acesso em 03/02/2025.

BUTLER, J. **Problemas de gênero**. Feminismo e subversão de identidade. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

CAMILLOTO, L. S. B *et al.* **Transgeneridade e direito de ser**: relação entre o reconhecimento de si e o reconhecimento jurídico de novos sujeitos de direitos, 2019.

CARDIN, V. S. G; SANTOS, J. B. S. O. "**Da intersexualidade e o direito ao próprio corpo: Uma análise bioética.**" Revista Direitos sociais e políticas públicas (UNIFAFIBE), 8.2 410-438, 2020.

CARDOSO, F. L. **O conceito de orientação sexual na encruzilhada entre sexo, gênero e motricidade.** Revista Interamericana de Psicologia/Interamerican Journal of Psychology, 2008, 42.1, 69-79.

CERQUEIRA, D. **Atlas da Violência 2021**. São Paulo: FBSP, 2021.

CHAUÍ, M. **Escritos sobre a universidade**. São Paulo: Editora Unesp, 2001.

COELHO, J. F. J. **Do casulo à borboleta**: uma compreensão fenomenológica da travestilidade i, Um breve passeio sobre os conceitos de gênero e sexualidade, 2021. Disponível em <<https://1library.org/document/qm6v2rwy-do-casulo-a-borboleta-uma-compreensao-fenomenologica-da-travestilidade-i-1-um-breve-passeio-sobre-os-conceitos-de-genero-e-sexualidade.html> >. Acesso 25/09/2023.

COLLING, L. **Gênero e sexualidade na atualidade**, (2018).

CONNELL R; PEARSE, R. **Gênero**: uma perspectiva global. 13 ed. São Paulo: Versos; 2015.

CURADO, R. M. O. F, *et al.* "**Síndrome de Klinefelter, uma condição subdiagnosticada: Revisão de Literatura.**" *Referências em Saúde do Centro Universitário Estácio de Goiás* 3.01, 68-75, 2020.

DALSOTTO, A. C. O. "**A não garantia dos direitos fundamentais de pessoas transgênero e não-binários pelo estado.**", 2021.

DE OLIVEIRA, L. Z; DA CUNHA, J. M; DOS SANTOS K. R. **Educação e interseccionalidades**. NEAB-UFPR, 2018.

DELAMONT, S. **Os papéis sexuais e a escola**. Lisboa: Livros Horizonte, 1985.

DIAS, R. **Introdução à Sociologia**. 2. Ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010.

DIAS, E. **Paulo Freire e o seu inédito viável**. O Inédito Viável. Jan de 2016. Disponível em <<https://www.oineditoviavel.com.br/blog/ler/26> >. Acesso em 29/07/2024

D'or Consultoria. **Conheça as Conquistas do Movimento LGBT no Brasil**. 2022. Disponível em < <https://dorconsultoria.com.br/2022/05/20/conquistas-do-movimento-lgbt-no-brasil/> > Acesso em 07/08/2024.

FATIMA, W. S. "Uma análise argumentativa do sentido de “homofobia” na enunciação de **Jair Bolsonaro (2014)**." RUA 27.2 (2021): 411-433.

FERREIRA, N. S. A. **As pesquisas denominadas “estado da arte”**. Educação & Sociedade, São Paulo, ano 23, n. 79, p. 257-272, ago. 2002. Disponível em < https://www.researchgate.net/publication/26357153_As_pesquisas_denominadas_estado_da_arte >.

FERREIRA, C. **Quem ganhou o BBB 5?**, CNN Brasil, 2024. Acesso em 24/01/2025, Disponível em < <https://www.cnnbrasil.com.br/entretenimento/bbb/quem-ganhou-o-bbb-5/?hidemenu=true> >.

FIGUEIREDO, E. **Desfazendo o gênero: a teoria queer de Judith Butler**. *Revista Criação & Crítica*, 2018, 20, 40-55. <https://doi.org/10.11606/issn.1984-1124.v0i20p40-55>

FILIPPE, F. A; SILVA, D. DOS S & COSTA, Á. D C. **Uma base comum na escola: análise do projeto educativo da Base Nacional Comum Curricular**. Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação, v. 29, n. 112, p. 783–803, jul. 2021.

FIRMINO, F. H.; PORCHAT, P. **Feminismo, identidade e gênero em Judith Butler: apontamentos a partir de “problemas de gênero”**. DOXA: Revista Brasileira de Psicologia e Educação, Araraquara, v. 19, n. 1, p. 51–61, 2017. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/doxa/article/view/10819>. Acesso em: 21 mar. 2025.

FOUCAULT, M. **História da Sexualidade I: A Vontade de Saber**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1990.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2019. 143 p. Disponível em < [Pedagogia da Autonomia \(apeoesp.org.br\)](https://pedagogia.org.br/) >.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 1. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido**/Paulo Freire; prefácio de Leonardo Boff; notas de Ana Maria Araújo Freire. - 24 ed. São Paulo/Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2018.

FREIRE, P. **À Sombra desta Mangueira**. Edição 9, editora Olho d'água, São Paulo, 2010.

FREIRE, P. **À sombra desta mangueira**. 11. ed. São Paulo: Paz & Terra; 2015. 177 p.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. 17 ed. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1987.

FREITAS, C. **PANSEXUALIDADE – Tudo sobre pansexuais!** Canal no *Youtube* (Psicóloga Carolina Freitas). 2022, Disponível em < <https://www.youtube.com/watch?v=sg2Z9VbojU0> >.

Fundo Brasil. **Qual é a importância do Dia Internacional do Orgulho LGBTQIA+?**, 2022. Disponível em < https://www.fundobrasil.org.br/blog/qual-e-a-importancia-do-dia-internacional-do-orgulho-lgbtqi-a-em-2022/?gad_source=1&gclid=Cj0KCOjw8--2BhCHARIsAF_w1gyEpuzGguNBhHK2xc_XGMiti9RyU2WdtfesOCuMeEev2pcCVyJyQWEaAsZREALw_wcB > Acesso em 08/09/2024.

GERHARDT, T. E; SILVEIRA, D, T. **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, pág. 31-32, 2009.

GORISGH, P. C. V. S. **O reconhecimento dos direitos humanos LGBT: de Stonewall à ONU**. Appris Editora e Livraria Eireli-ME, pág 17, 2014. GROSSI, M. P. Identidade de gênero e sexualidade. Revista Antropologia em Primeira Mão, 1998.

Grupo Dignidade, **ASTRAL - Associação de Travestis e Liberados**, 2024. Disponível em < https://cedoc.grupodignidade.org.br/astral/astral-associacao-de-travestis-e-liberados-do-rio-de-janeiro/?perpage=12&order=ASC&orderby=date&pos=4&source_list=collection&ref=%2F > Acesso em 07/08/2024.

GONZALEZ, M. **Ariadna, a primeira mulher trans do BBB: ‘Espero que Linn não sofra metade do que sofri’**. Universa UOL, 2022. Disponível em < <https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2022/01/22/ariadna-linn-da-quebrada-trans-no-bbb.htm> >. Acesso 08/09/2024.

Guia Gay: **Conservadores tem derrota sobre casamento gay e recuam parcialmente**, 2023. Disponível em < <https://www.guiagaysaopaulo.com.br/noticias/cidadania/conservadores-tem-derrota-sobre-casamento-gay-e-recuam-parcialmente> > Acesso em 09/10/2024.

GUMIERO, R. G. **Avaliação da expansão do Reuni UFGD no Mato Grosso do Sul. Interações (Campo Grande)**, v. 20, p. 989-1003, 2019.

HAILER, M. **FÓRUM: OMS retira transexualidade da lista de doenças e distúrbios mentais**, 2022. Disponível em < <https://revistaforum.com.br/lgbt/2022/1/4/transexualidade-deixa-de-ser-considerada-doena-com-publicacao-do-cid-11-108322.html> > acesso em 25/09/2023.

HALL, S. **Questions of Cultural Identity**. *Cultural Studies (General)* | Social Theory. April, 2006, 208 pages | SAGE Publications Ltd.

Instituto Brasileiro de Direito de Família (IBDFAM). **Criminalização da homotransfobia pelo STF completa dois anos**, 2021. Disponível em < [IBDFAM: Criminalização da homotransfobia pelo STF completa dois anos](#)> Acesso em 29/09/2023.

JESUS, J. G. **Orientações sobre Identidade de Gênero: conceitos e termos**. Brasília, 2012.

JESUS, J. G. **Transfobia e crimes de ódio: Assassinatos de pessoas transgênero como genocídio**." História agora, 16, 101-123, 2014.

JUNIOR, A. P. **'Amor & Sexo estreia hoje na Globo**. Folha UOL, 2011. Disponível em < <https://agora.folha.uol.com.br/show/ult10111u868638.shtml> > Acesso em 29/01/2025.

JUNIOR, P. R. S. **"A questão de gênero, sexualidade e orientação sexual na atual Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e o movimento LGBTQIIS."** Revista de Gênero, Sexualidade e Direito, 4.1, 2018, 1-21.

KLIDZIO, D; SIQUEIRA, M. D. **"A Bissexualidade E A Pansexualidade Enquanto Identidades: Invisibilidade E Estereótipos"** VI CONGRESSO. Revista Debates Insubmissões. v. 3 n. 9 (2020): Edição Especial, 07-28, 2020.

LANZ, L. **O corpo da roupa: uma introdução aos Estudos Transgêneros**. 1.ed. Curitiba: Editora Transgente, 2015.

LEAL, U. Outra Cidade: **Por que a Parada Gay de São Paulo saiu do Guinness como a maior do mundo**, 2016. Disponível em < <https://outracidade.com.br/por-que-a-parada-gay-de-sao-paulo-saiu-do-guinness-como-a-maior-do-mundo/> >. Acesso em 08/09/2024.

LEITE, V. S. M. **Caracterização das abordagens de gênero e sexualidade no ensino de ciências e Biologia à luz dos documentos curriculares vigentes**. TCC (Especialização em Ensino de Ciências)–Universidade do Estado do Rio de Janeiro, pág 18-28, 2019.

LEITE, V. F. A. **Ser Mais: coerência entre a vida e o conceito de Paulo Freire**. Práxis Educativa, Ponta Grossa, v. 16, e2116581, p. 1-12, 2021, Disponível em: <<https://www.revistas2.uepg.br/index.php/praxiseducativa>>. Acesso em 18/07/2024.

LGBTQ+Spacey. **Gay é Termo Guarda-chuva?** 2023. Disponível em < <https://lgbtqspacey.com/gay-e-termo-guarda-chuva> >.

LGBTQ+Spacey. **Pangênero**, 2023. Disponível em < <https://lgbtqspacey.com/pangenero/>>.

LIMA, C. M. N. **Assexualidade: Os desafios para o reconhecimento e aceitação social**. Revista Ibero-Americana De Humanidades, Ciências E Educação, 7(3), 110–125. 2021, Disponível em < <https://doi.org/10.51891/rease.v7i3.762> >.

LIMA, M. L. C. **O uso do nome social como estratégia de inclusão escolar de transexuais e travestis**. 186 f. Tese (Doutorado em Psicologia) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2013.

LIMA, M. Em 2020, **69 países ainda criminalizam relações homoafetivas**. Observatório do Terceiro Setor, 2020. Disponível em < <https://observatorio3setor.org.br/noticias/em-2020-69-paises-ainda-criminalizam-relacoes-homoafetivas> > Acesso em 11/10/23.

LIMA, Y. Opinião CE. **Lei Dandara, que torna LGbTcído crime hediondo, avança na Câmara dos Deputados**. 04 de Julho de 2024. Disponível em < <https://www.opinioace.com.br/lei-dandara-que-torna-lgbtcido-crime-hediondo-avanca-na-camara-dos-deputados/> > Acesso em 07 de julho de 2024.

LOURO, G. **Gênero, sexualidade e educação** – Uma perspectiva pós-estruturalista. 6 ed. Petrópolis: **Vozes**, 2003.

MARCONI, M. A; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017. 185 p.

MARQUES L. **Erika Hilton é primeira deputada trans a liderar bancada no Congresso**. Agência Brasil, 2024. Disponível em < <https://agenciabrasil.etc.com.br/politica/noticia/2024-02/erika-hilton-e-primeira-deputada-trans-liderar-bancada-no-congresso> > Acesso em 08/09/2024.

MARANHÃO, F. **Síndrome de Klinefelter é pouca diagnosticada, embora a incidência seja considerada alta**. Drauzio - Uol, Disponível em < <https://drauzioarella.uol.com.br/genetica/sindrome-de-klinefelter-e-pouca-diagnosticada-embora-incidencia-seja-considerada-alta/> >.

MELLO, L. *et al.* **Políticas de saúde para lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais no Brasil: em busca de universalidade, integralidade e equidade**. Sex Salud Soc. 2011; (9):7-28.

MENDES, T, H, K, B. **A Educação A Distância Na Formação Continuada De Professores: O Curso Gênero E Diversidade Na Escola E O Combate À Homofobia**. SIED: EnPED-Simpósio Internacional de Educação a Distância e Encontro de Pesquisadores em Educação a Distância 2012, 2012.

MENDOS, L. R *et al.* **ILGA World: State-Sponsored Homophobia 2020: Global Legislation Overview Update** (Geneva: ILGA, December 2020), Disponível em < https://ilga.org/downloads/ILGA_World_State_Sponsored_Homophobia_report_global_legislation_overview_update_December_2020.pdf > Acesso em 11/10/23.

MOIRA A. *et al.* **Vidas trans: a luta de transgêneros brasileiros em busca de seu espaço social**. Astral Cultural, 2022.

MOIZÉS, J. S; BUENO, S. M. V. **Compreensão sobre sexualidade e sexo nas escolas segundo professores do ensino fundamental.** Rev Esc Enferm USP. 2010; 44(1):205-12.

NASCIMENTO, W. F. "**Transgeneridade e Candomblés: notas para um debate.**" Revista Calundu 3.2, Disponível em < <https://doi.org/10.26512/revistacalundu.v3i2.28957> >, 18-18, 2019. Acesso em 25/09/2023.

NERY, J. W; GASPODINI, I. B. **Transgeneridade na escola: estratégias de enfrentamento.** Souza RM. Coletânea Diversa Diversidades, v. 1, p. 61-80, 2015.

NOGUEIRA, C.; OLIVEIRA, J. M. **Estudo sobre a discriminação em função da orientação sexual e da identidade de gênero**", 2010. Disponível em < <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/64341/2/16034.pdf> >. Acesso 21/03/2025.

OLIVEIRA, B. I. M; GENTIL, P. A. B. **Cirurgias De “Normalização” Da Aparência Genital Em Crianças E Adolescentes Intersexo: Necessidade Médica Ou Violação De Direitos Humanos?** Revista Direito e Sexualidade, Salvador, v. 5, n. 2, p. 1–27, 2024. DOI: 10.9771/rds.v6i2.60109. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revdirsex/article/view/60109> . Acesso em: 21 mar. 2025.

OLIVEIRA, J. **Em decisão histórica, STF derruba restrição de doação de sangue por homossexuais.** El País - El Periodico Global, 2020. Disponível em , <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-05-08/em-decisao-historica-stf-derruba-restricao-de-doacao-de-sangue-por-homossexuais.html>> Acesso em 08/09/2024.

PARANHOS W. R. **Travesti não é bagunça!** Entrevista com Erika Hilton. *COR LGBTQIA+*, 1(4), 146–150. Recuperado de <https://revistas.cceinter.com.br/CORLGBTI/article/view/570>, 2023.

PERRY, B; DYCK, D. R. **“I Don’t Know Where it is Safe”:** Trans Women’s Experience of Violence. *Critical Criminology*, Columbus, v. 22, n. 1, p. 49-63, 2014.

PFEIL, C. L. **"Pela emancipação dos corpos trans: transgeneridade e anarquismo."** Revista Estudos Libertários 2.5, 129-155, 2020.

PIOVESAN, F; SILVA, S. G. **Diversidade Sexual e o Contexto Global: Desafios à Plena Implementação dos Direitos Humanos LGBTI.** *Quaestio Iuris*, Rio de Janeiro, v. 08, n. 4, p. 2613-2650, 2015.

PISCITELLI, A. **Gênero: a história de um conceito.** In: Almeida, H. B. & Szwako, J. (Org.). *Diferenças, igualdade.* (pp.116-150). Campinas: Berlendis, 2009.

POMPEU, A. **O Supremo Tribunal Federal (STF) permitiu a alteração no nome de registro para pessoas trans.** *Conjur - Consultor Jurídico* 2018. Disponível em < <https://www.conjur.com.br/2018-mar-01/stf-autoriza-trans-mudar-nome-cirurgia-ou-decisao-judicial/> > Acesso em 08/09/2024.

PRADO, V. L. **Gênero E Sexualidade Sob Censura: Hermenêutica Sobre A Construção Do Preconceito**, 2022.

PRAE, Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis. **Identidade de gênero**. UFMG, s/d. Disponível em < <https://www.ufmg.br/prae/diretoria-de-acoes-afirmativas/identidades-de-genero/> >.

QUEER. **Mulher trans sofre transfobia durante live com políticos cristãos**, 2021. Disponível em < [Mulher trans sofre transfobia durante uma live com políticos cristãos | Queer | iG](#) > Acesso em 28/09/2023.

QUEER. **Mulher trans sofre transfobia durante uma live com políticos cristãos**, IG Queer, 2021. Disponível em < <https://queer.ig.com.br/2021-06-19/mulher-trans-sofre-transfobia-durante-uma-live-com-politicos-cristaos.html> > Acesso em 08/10/2024.

QUIRINO, G. S. & ROCHA, J. B. T. **Sexualidade e Educação Sexual na percepção docente**. Educar em Revista, 43, 205-224, 2012.

RAMOS, L. **Meu corpo INTERSEXO**. Canal do Youtube - Hiperplasia Adrenal Congênita, 2021, Disponível em < <https://www.youtube.com/watch?v=Vy8-3jmUmWs> >

RIBEIRO, P. R. M. **Ideologia de Gênero x Estudos de Gênero**. Entrevista. Assessoria de Comunicação e Imprensa da UNESP. 27/11/2017. Disponível em < <https://www2.unesp.br/portal#!/noticia/30669/ideologia-de-genero-x-estudos-de-genero> > Acesso em 05/02/2025.

ROMANOWSKI, J. P; ENS, R. T. **As pesquisas denominadas Estado da Arte em Educação**. Diálogo Educacional, Curitiba, v. 6, n. 19, p. 40, 2006 <https://periodicos.pucpr.br/dialogoeducacional/article/view/24176> . Acesso em: 31 mar. 2025.

ROSA, R. F. M; *et al.* **Amenorréia e anormalidades do cromossomo X**. Revista Brasileira de Ginecologia e Obstetrícia 30, 2008, 511-517.

ROSSINI, M. C. **O que foi a Rebelião de Stonewall?**. Super Interessante, 2021. Disponível em < [O que foi a Rebelião de Stonewall? | Super \(abril.com.br\)](#) > Acesso em 09/10/2023.

SALES, T. K. S. **Resistências e retrocessos na educação sexual durante o Governo Bolsonaro**. BS thesis. 2023.

SAMPAIO, I; FREITAS, C. G1 CEARÁ: **Último acusado do assassinato da travesti Dandara dos Santos é condenado por homicídio triplamente qualificado**, em Fortaleza, 2021, Disponível em < <https://g1.globo.com/ce/ceara/noticia/2021/11/17/ultimo-acusado-do-assassinato-da-travesti-dandara-dos-santos-e-condenado-por-homicidio-triplamente-qualificado-em-fortaleza.ghtml> >. Acesso em 25/09/2023.

SANTOS, A. L. F. **Um sexo que são vários: a (im) possibilidade do intersexo enquanto categoria humana.** MS thesis. Universidade de Coimbra (Portugal), 2012.

SANTOS, C. G. C. O *et al.* "Da invisibilidade ao reconhecimento: experiência de roda de conversa e validação da bissexualidade em São Paulo." BIS. Boletim do Instituto de Saúde 19.2, 77-85, 2018.

SANTOS, L. F. "O discurso autoritário de Bolsonaro e seus impactos sociais e educacionais.", 2023.

SANTOS, M. S. A; MIANUTTI, J; CERDAS, E. "A educação sexual na educação infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental nas atas do ENPEC (2011–2019). Escola, Família e Educação: pesquisas emergentes na formação do ser humano - ISBN 978-65-5360-165-9 - Vol. 1 - Ano 2022 - Editora Científica Digital - www.editoracientifica.org.

SANTOS, T. E. C; DA CUNHA, L. R; & MARTINS, R. A. **O Registro De Crianças Intersexo No Brasil.** Revista Contemporânea, 2023, 3(9), 14270–14294. <https://doi.org/10.56083/RCV3N9-043>.

SANTOS, T. P. dos; CARVALHO, G. M. de. **Assexualidade:** orientação ou disfunção sexual? / Assexuality: sexual orientation or dysfunction?. Brazilian Journal of Health Review, [S. l.], v. 2, n. 4, p. 2709–2728, 2019. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BJHR/article/view/1976>. Acesso em: 21 mar. 2025.

SANTOS, V. K. **(AS)sexualidades:** Processo de subjetivação e Resistência. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica) - Universidade Católica de São Paulo, 2016. 81 f. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/19428>. Acesso em: 12/03/2025.

SILVA, E. L. S. "Pânico moral e as questões de gênero e sexualidade na BNCC." História, histórias 8.16 (2020): 143-169.

SILVA, R. C. P; NETO, J. M. **Formação de professores e educadores para abordagem da educação sexual na escola: o que mostram as pesquisas.** Ciência e Educação. 2006; 12(2):185-197.

SILVA, F. C. T. **Cultura Escolar:** quadro conceitual e possibilidades de pesquisa. Curitiba: Editora UFPR, Revista Educar, v.22, n.28, 201-216, 2006.

SILVA, T. S. **Pansexualidade: uma sexualidade monodissidente.** Anais V Desfazendo Gênero. Campina Grande: Realize Editora, 2021. Disponível em: < <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/79281> >. Acesso em: 25/09/2023.

SILVEIRA, M. C. "A omissão do legislativo e o ativismo judicial na criminalização da homofobia." (2023).

SOUZA, M. M; *et al.* **Qualificação de professores do ensino básico para educação sexual por meio da pesquisa-ação.** Cienc Cuid Saude. 2010;9(1):92-96.

SOUSA, G. **ESTADÃO:** Nikolas Ferreira vira réu por expor adolescente trans nas redes sociais. Disponível em < [Nikolas Ferreira vira réu por expor adolescente trans nas redes sociais; entenda o caso - Estadão \(estadao.com.br\)](https://www.estadao.com.br/2021-02-17/ha-10-anos-morria-lacraia-travesti-que-marcou-a-historia-lgbt-do-pais.html) > Acesso em 22/09/2023.

SUZIGAN, L.Z.C, *et al.* **A percepção da doença em portadoras da Síndrome de Turner.** *Jornal de pediatria* 80, 2004, 309-314.

TOMAZ, R. **Lacraia: 10 anos da morte da travesti que marcou a história LGBTQ+ do país.** Portal IG - Queer, 2021. Disponível em < <https://queer.ig.com.br/2021-02-17/ha-10-anos-morria-lacraia-travesti-que-marcou-a-historia-lgbt-do-pais.html> >. Acesso em 28/01/2025.

TREVISAN, J. S. **Devassos no Paraíso:** a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade. Revista Brasileira de Sexualidade Humana, resenha de livro, 4 ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2018.

Universidade Federal da Grande Dourados. **Cursos de Pós-Graduação.** Portal UFGD. Disponível em: < [Portal UFGD](#) >. Acesso em 08/04/2024.

VALLE L. **O que é Transmasculino?.** 2024. Disponível em < <https://www.institutoclaro.org.br/cidadania/nossas-novidades/reportagens/o-que-e-transmasculino/> >.

VIVAS, F & FALCÃO, M. **STF permite reconhecer ofensa contra LGBTQIA+ como injúria racial,** G1 Política, 2023. Disponível em < <https://g1.globo.com/politica/noticia/2023/08/21/stf-forma-maioria-para-permitir-reconhecimento-de-ofensa-contra-lgbtqia-como-injuria-racial.ghtml> > Acesso em 08/09/2024.

VITORELO, K. **KIT GAY:** atividades lúdicas para toda a família, São Paulo, editora Veneta, 2021. 96 pag.; II.

WELLE, D. **Revista Planeta:** Casamento homoafetivo só é reconhecido em 17% dos países, 2023. Disponível em < [Casamento homoafetivo só é reconhecido em 17% dos países - Planeta \(revistaplaneta.com.br\)](https://revistaplaneta.com.br/casamento-homoafetivo-so-e-reconhecido-em-17-dos-paises-planet/) > acesso em 09/10/2023.

WELLE, D. **Há 30 anos, OMS retirava homossexualidade da lista de doenças,** 2020. Carta Capital, Disponível em, <https://www.cartacapital.com.br/diversidade/ha-30-anos-oms-retirava-homossexualidade-da-lista-de-doencas/> > Acesso em 07/09/2024.